

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VICTOR NEIVA E OLIVEIRA

**O dilema identitário dos agentes de segurança penitenciária:
guardiões ou policiais?**

Belo Horizonte
Julho/2018

VICTOR NEIVA E OLIVEIRA

**O dilema identitário dos agentes de segurança penitenciária:
guardiões ou policiais?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Renan Springer de Freitas

301
O48d
2018

Oliveira , Victor Neiva e
O dilema identitário dos agentes de segurança
penitenciária [manuscrito] : guardiões ou policiais? / Victor
Neiva e Oliveira . - 2018.
200 f. : il.
Orientador: Renan Springer de Freitas.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses. 2.Profissionais - Teses. I.Freitas,
Renan Springer de. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE TESE

VICTOR NEIVA E OLIVEIRA

Aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2018 (dois mil e dezoito), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: **"O Dilema Identitário dos Agentes de Segurança Penitenciária: Guardiões ou Policiais?"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Renan Springer de Freitas** (Orientador – DSO/UFMG), **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro** (DSO/UFMG), **Andrea Maria Silveira** (DSO/UFMG), **Eduardo Cerqueira Batitucci** (FJP) e **Luis Flávio Saporì** (PUC Minas).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Reprovação da Tese ()


Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2018.


Prof. Dr. Renan Springer de Freitas (Orientador – DSO/UFMG)


Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (DSO/UFMG)


Profa. Dra. Andrea Maria Silveira (DSO/UFMG)


Prof. Dr. Eduardo Cerqueira Batitucci (FJP)


Prof. Dr. Luis Flávio Saporì (PUC Minas)

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - 31.270-901 - Belo Horizonte – MG - Tel. (31) 3409 5031 - e-mail: ppgs@fafch.ufmg.br

DEDICATÓRIA

Dedico aos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais

Este trabalho não seria possível sem a colaboração de vocês!

AGRADECIMENTOS

Enfrentar um dilema nem sempre é uma tarefa fácil. Muitas vezes são meses pensando em qual caminho seguir e em qual momento tomar a “melhor” decisão. Nos dois primeiros anos do doutorado precisei enfrentar um tenso dilema: continuar pesquisando o mesmo tema da dissertação sobre as APACs ou explorar o “mundo” dos agentes penitenciários. Em meio a visitas semanais às prisões da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH eu escolhi seguir pelo segundo caminho. No decorrer de quase quatro anos e meio de trabalho diversas pessoas tornaram essa jornada mais leve, prazerosa e, por vezes, desafiante. A todas elas sou profundamente grato!.

Agradeço aos meus pais, José Joaquim e Marilene, por todo o amor, carinho e atenção. Os meus sonhos e das minhas irmãs somente são possíveis porque temos vocês. E, em vocês, encontro força e amparo para sempre seguir!.

À Lais e Luisa, minhas irmãs. Os quilômetros que separam BH de Montes Claros são um mero detalhe quando converso semanalmente com vocês. Tornam-se imperceptíveis e por alguns minutos a saudade desaparece. Vocês duas são o que de mais precioso tenho na vida!.

À Vó Sinhá, por todo o amor, por todas as orações e por ser sempre a minha maior referência de vida. Quando chego a Paracatu o seu abraço faz parar o tempo e cura qualquer angústia.

À Tio Darcizinho e Tia Maristela. São os laços invisíveis que nos ligam enquanto família. E com vocês aprendi e aprendo isso, sempre!. Obrigado por tudo ao longo desses anos. Terminar essa fase só foi possível porque tenho pessoas como vocês em minha vida!.

Ao Caio, por todo carinho, por toda compreensão nos momentos difíceis dessa jornada e por tornar minha vida mais feliz nos últimos anos.

À Rudney e Daniele. Meus amigos, meus irmãos, minha família do coração. Seguimos juntos, fortes e unidos!. Obrigado por sempre me escutarem (por horas!), me ampararem e por compartilharmos tantos momentos bons.

Ao meu orientador, Prof. Renan Springer, agradeço pela orientação e por ter tido a oportunidade de aprender tanto com você nas aulas e nas reuniões de orientação ao longo do mestrado e do doutorado.

À Profa. Ludmila Ribeiro. Foram tantas pesquisas, aulas, estágios docentes, reuniões, trabalhos, artigos, congressos e conversas no CRISP. Em cada momento minha admiração pelo seu trabalho só crescia e só tenho a agradecer pela oportunidade de conviver com você ao longo de quase seis anos. Obrigado por tudo!.

Aos professores Cláudio Beato e Andrea Silveira, pela oportunidade de aprender e participar de tantas pesquisas no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP. Integrar essa equipe foi desafiante e extremamente enriquecedor no decorrer de quase seis anos.

Essa jornada não teria sido tão prazerosa, alegre e divertida se não existisse vocês: Valéria, Luana, Dani, Rafael, Vinicius, Luiza e Gabi. Belo Horizonte se tornou minha segunda cidade quando os conheci. Vocês são minha família belo horizontina!. Espero que as temporadas semestrais do nosso seriado ainda perdurem por muitos e muitos anos. Amo todos!.

Aos colegas do grupo de estudos sobre prisões do CRISP: Luana, Daniel, Dejesus, Renata, Taís, Natália, Ana e Isabela. Quando aprendemos juntos, crescemos juntos!. Agradeço a todos por tantas discussões extremamente proveitosas, instigantes e pelas críticas aos textos apresentados.

No decorrer de dois anos e meio percorri várias unidades prisionais e diferentes instituições do sistema penitenciário mineiro. Gostaria de agradecer a todos os funcionários, gestores da SUAPI, presos, agentes penitenciários e diretores pela

colaboração com as pesquisas. Obrigado pelo tempo de conversa e por me guiarem (e ajudarem!) nessa difícil tarefa de compreensão da vida prisional.

Ao final dessa jornada (e início de outra!) tive a oportunidade de conviver e aprender cada dia mais com os amigos do Núcleo de Estudos de Segurança Pública – NESP da Fundação João Pinheiro - FJP: Eduardo Batitucci, Marcus Vinícius, Filipe Zilli. Amanda Matar, Karina Rabelo, Sara, Mariana e Ana Clara. Obrigado pela compreensão nos momentos finais de escrita da tese e por poder explorar novos temas de pesquisa junto com vocês.

E, por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da UFMG pelo apoio no decorrer desses seis anos do mestrado e doutorado.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central analisar o processo de construção da identidade profissional dos agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais. O sistema penitenciário mineiro passou por mudanças drásticas nos últimos vinte anos e tem demandado um perfil específico de indivíduos para compor o seu *staff*. No decorrer desses anos ocorreu um forte investimento em programas de treinamento visando tornar os agentes penitenciários mais repressivos, estratégicos e eficientes para a manutenção da segurança e da ordem nas prisões. Essa profissionalização, por sua vez, se deu através da incorporação progressiva de elementos organizacionais característicos das forças policiais militares ao trabalho custodial e a valorização da *performance* militar de atuação. A identificação com o campo militar gerou um dilema identitário no grupo ocupacional: guardiões ou policiais?. Alguns agentes penitenciários tem rejeitado a imagem do guardião e se reconhecido como policiais envolvidos em operações de combate ao crime dentro e fora das prisões. Instalou-se uma identidade profissional dual, custodial e policial, com profunda repercussão nos ambientes prisionais e no modo como a ordem tem sido construída em seu interior.

Palavras - chave: agentes penitenciários; identidade profissional; profissionalização; militarização; ordem prisional.

ABSTRACT

This thesis had as main objective to analyze the process of construction of the professional identity of the prison officers of Minas Gerais. The penitentiary system has undergone drastic changes in the last twenty years and has demanded a specific profile of individuals to compose its staff. In the course of these years, there has been a strong investment in training programs aimed making prison officers more repressive, strategic and efficient in maintaining security and order in prisons. This professionalization, in turn, occurred through the progressive incorporation of organizational elements characteristic of the military police forces to the custodial work and valorization of the military performance. The identification with the military field generated an identity dilemma in the occupational group: guardians or cops?. Some prison officers have rejected the image of the guardian and have been recognized as like police involved in crime-fighting operations inside and outside the prisons. A dual professional identity, custodial and police officer, has been established with deep repercussions in prison environments and in the way the order has been built within.

Key-words: prison officer; professional identity; professionalization; militarization; prison order.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
ESTRATÉGIAS DE PESQUISA: UM BREVE PREÂMBULO METODOLÓGICO	24
O Trabalho de Campo nas Prisões da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH	25
A Penitenciária Nelson Hungria	28
O Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária – SINDASP	32
O Comando de Operações Especiais do Sistema Prisional - COPE	34
PARTE I - UMA PROFISSÃO EM TRANSIÇÃO	38
CAPÍTULO I – DE GUARDA DE PRESÍDIO À AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA	39
I.I – A turma dos guardas	39
I.II – A política de humanização das penitenciárias	57
I.III – A mudança de política na administração prisional	65
CAPÍTULO II – O TREINAMENTO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA	81
II.I – Recrutamento, Seleção e Formação Profissional	86
II.II – Treinando a força custodial	93
II.II.I – “Batendo a tranca”: tornando-se um agente penitenciário	97
II.II.II – Ingressando no Grupo de Intervenção Rápida – GIR	104
II.II.III – Ingressando no Comando de Operações Especiais – COPE	108

PARTE II - EM BUSCA DE EFICIÊNCIA.....	117
CAPÍTULO III – O TRABALHO NAS PRISÕES.....	118
III. I – A organização do trabalho custodial	118
III. II – A administração do cotidiano prisional.....	130
III. III – Lidando com as resistências e com o uso da força.....	140
PARTE III - EM BUSCA DE RECONHECIMENTO	150
CAPÍTULO IV – IMAGEM E IDENTIDADE PROFISSIONAL	151
IV.I – Custódia, estigma e descrédito	151
IV. II – Guardiões ou policiais?: o dilema identitário	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Evolução da Duplicidade da Gestão em Minas Gerais (2003-2016).....	76
GRÁFICO 02 – Evolução do Número de Agentes de Segurança Penitenciária em Minas Gerais (2008-2017).....	77
GRÁFICO 03 – Evolução do Número de Efetivos e Contratados na Carreira de Agente de Segurança Penitenciária em Minas Gerais (2008-2017).....	78
GRÁFICO 04 – Avaliação do treinamento para ingresso no sistema penitenciário.....	96
GRÁFICO 05 – Frequência da percepção do risco dos agentes penitenciários no exercício da profissão.....	137

TABELAS

TABELA 01 – Distribuição do principal motivo para a escolha da carreira no sistema penitenciário.....	88
TABELA 02 – Frequência do principal motivo para a escolha da carreira no sistema penitenciário, por tipo de vínculo com a SUAPI.....	89
TABELA 03 – Dados sociodemográficos dos agentes penitenciários de Minas Gerais, por tipo de vínculo com a SUAPI.....	90
TABELA 04 – Tempo de formação do agente penitenciário para a entrada no sistema penitenciário, segundo o tipo de vínculo com a SUAPI.....	92
TABELA 05 – Avaliação da formação para a entrada no sistema penitenciário, segundo o vínculo com a SUAPI.....	92
TABELA 06 – Risco que corre na sua atividade atual de agente penitenciário.....	137
TABELA 07 – Percepção da imagem que a sociedade possui dos agentes penitenciários.....	155

TABELA 08 – Discriminação dos agentes penitenciários fora do seu local de trabalho.....	156
---	-----

FIGURAS

FIGURA 01 – Comando de Operações Especiais.....	69
FIGURA 02 – Símbolo do Comando de Operações Especiais.....	70
FIGURA 03 – Grupo de Intervenção Rápida.....	74
FIGURA 04 – Símbolo do Grupo de Intervenção Rápida.....	75
FIGURA 05 – Organograma do Grupo de Intervenção Rápida – GIR.....	107
FIGURA 06 – Organograma do Comando de Operações Especiais.....	113
FIGURA 07 – Organograma da Penitenciária Nelson Hungria – PNH.....	120

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos o modo de administrar as prisões se tornou uma tarefa árdua e complexa a ser desempenhada pelo *staff* prisional, especialmente, no Estado de Minas Gerais em razão das mudanças drásticas no sistema penitenciário. A imagem de um sistema relativamente “calmo”, com apenas oito unidades em funcionamento, poucos presos, com uma clientela de criminosos de origem rural considerados de “baixo risco”, com as carceragens da polícia civil suprimindo as demandas de vagas e o recrutamento de guardas sendo realizado via empresas de segurança privada ou empresas públicas, como descrito por Paixão (1985; 1991) em meados da década de 1980, consiste em algo do passado. Esse sistema penitenciário tornou-se superpopuloso, diverso em perfis de prisioneiros, segmentado em pavilhões específicos e tem demandado agentes penitenciários profissionalizados, inexistentes deste então, para vigiar, controlar e manter a ordem nas prisões.

Essa profissionalização, por sua vez, tem ocorrido através da incorporação de elementos organizacionais característicos das forças policiais militares¹ - ideal de hierarquia e disciplina, estética militar (fardas e insígnias), símbolos, rituais de socialização profissional, linguagens, códigos de conduta, táticas e estratégias militares de atuação, treinamento voltado para operações de confronto, o uso progressivo da força e armamentos de alta tecnologia - ao trabalho custodial. O objetivo tem sido firmar a imagem do agente penitenciário como um profissional tecnicamente habilidoso, altamente treinado, com perfil tático operacional e eficiente na execução de suas atividades rotineiras.

No entanto, a identificação com o estilo militar de atuação² não tem sido consensual entre os membros da categoria. E, por isso, a existência de uma

¹ A literatura internacional sobre polícias e o trabalho policial é extremamente vasta. Ao longo desse trabalho serão destacados brevemente alguns dos principais estudos desenvolvidos, especialmente, aqueles sobre a organização quase-militar de algumas polícias como, por exemplo, as polícias militares brasileiras. Autores como Bittner (2003) alertaram para a deficiência séria da organização militar burocrática de algumas polícias. Centradas exclusivamente na missão de “guerrear” e na disciplina militar do seu efetivo, freqüentemente refletida no chamado “espírito de corpo”.

² Militarizar significa adotar e aplicar elementos centrais do modelo militar a uma organização ou grupo particular, segundo Kraska (2007). O estilo militar prioriza a vestimenta (farda) de guerra, tecnologias sofisticadas, hipermasculinidade e funções perigosas, incursões de choque, respostas rápidas, o uso

identidade profissional dual, custodial e policial, tem consistido em um dos mais profundos dilemas com os quais os agentes têm lidado ultimamente. A convivência tensa entre os agentes de linha de frente e os agentes de grupamentos táticos especializados (Grupo de Intervenção Rápida – GIR e Comando de Operações Especiais – COPE) criados nos últimos quinze anos para atuação nas prisões, acaba por explicitar tal dilema uma vez que os agentes dos grupamentos táticos não mais se reconhecem como “guardiões”, mas como “policiais”. Vêem-se como um grupo de elite envolvido em atividades de “combate” ao crime organizado dentro e fora das prisões.

Para os agentes de segurança penitenciária o trabalho desempenhado nas prisões se complexificou de tal maneira que se transformou em um trabalho eminentemente policial. Ou seja, não se resume apenas em abrir e fechar celas, supervisionar o comportamento dos presos e registrar situações de indisciplina. Soma-se a isso o fato de que a imagem do “guardião” dos presos - normalmente associada à corrupção, amadorismo, brutalidade e violência - não mais satisfaz a categoria enquanto elemento de afirmação, orgulho e honra profissional. O perfil militarizado³, nessa perspectiva, tem significado maior legitimidade social, autoridade, reconhecimento, coesão grupal, solidariedade, eficiência e, na visão dos próprios agentes, tem se mostrado mais eficaz para lidar com prisioneiros com perfis criminais bastante diferentes dos existentes na década de 1980 nas penitenciárias de Minas Gerais.

Os prisioneiros a serem encaminhados para as penitenciárias do sistema nos anos de 1980 possuíam características bem específicas, o criminoso “ocasional” considerado de “baixo risco”, de origem rural, mais velho e homicida, enquanto isso, as carceragens da polícia civil recebiam os criminosos de origem urbana considerados “mais perigosos” e com carreiras ligadas aos crimes contra o patrimônio e ao tráfico de drogas⁴. Ao longo dos anos essa clientela a chegar ao sistema cresceu e se tornou mais diversa a ponto de serem criados pavilhões

ocasional de granadas nas operações para desorientar as pessoas, revistas rápidas e frenéticas, além do uso de armamentos letais e não letais nos “confrontos”.

³ Para uma análise crítica sobre o perfil militarizado das polícias brasileiras ver, por exemplo, os trabalhos de Muniz (1999), Batitucci (2010) e Poncioni (2004).

⁴ PAIXÃO, 1991, p.40.

específicos no interior das unidades prisionais⁵ para os presos ligados a gangues juvenis, a facções criminosas (o Primeiro Comando da Capital - PCC), para a população LGBT, para os “chefes” do tráfico de drogas e para os ex-profissionais da segurança pública (policiais militares, policiais civis, guardas municipais e agentes penitenciários).

O grupo do *staff* prisional também passou por modificações ao longo das últimas quatro décadas, anteriormente, os guardas de presídio contratados para trabalhar nas penitenciárias possuíam uma ocupação transitória, as exigências de qualificação profissional eram mínimas (ensino fundamental completo), não possuíam uniformes de trabalho, equipamentos de segurança e de defesa pessoal e se caracterizavam como um grupo pouco coeso, pouco organizado, com alta rotatividade de pessoal, sem possibilidade de desenvolvimento de uma carreira e construção de uma identidade profissional⁶.

A administração cotidiana das penitenciárias não consistia em uma atribuição exclusiva a ser exercida pelos guardas de presídios, pelo contrário, compartilhavam com os policiais militares. O cargo de diretor geral das unidades prisionais era ocupado por policiais militares reformados⁷ (coronéis e sargentos) ou delegados da polícia civil. Os policiais militares também estavam responsáveis pela segurança externa com atividades nas muralhas, nas guaritas de vigilância, nas portarias e na escolta dos presos. Guardas de presídio, por sua vez, encontravam-se nas atividades tradicionais de custódia dos presos e de auxílio aos policiais nos postos de trabalho externo.

No entanto, em meados dos anos 2000, ocorreu a regulamentação da profissão de agente de segurança penitenciária e foram exigidas maiores qualificações para contratação (ensino médio completo). O governo estadual de Minas Gerais

⁵ Na Penitenciária Nelson Hungria, localizada na cidade de Contagem, existem 02 (dois) pavilhões destinados exclusivamente para presos considerados pertencentes ao PCC, 01 (um) pavilhão para os chefes do tráfico da RMBH e 01 (um) pavilhão para ex-profissionais da segurança pública. Na Penitenciária José Martinho Drummond, localizada na cidade de São Joaquim de Bicas, existem três pavilhões destinados para presos do “seguro” e do “seguro de guerra”. Na Penitenciária Jason Soares Albergaria e no Presídio de Vespasiano, localizados na cidade de São Joaquim de Bicas e na cidade de Vespasiano, respectivamente, existem em cada um 01 (pavilhão) exclusivo para presos que se declaram homossexuais.

⁶ PAIXÃO & COELHO, 1984, p. 300.

⁷ Nas organizações militares se usa o termo “reforma” para se referir ao policial militar afastado da atividade como, por exemplo, aposentado.

centralizou a administração do sistema prisional com a criação da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), investiu em critérios meritocráticos de recrutamento e seleção (realização de concursos públicos), na criação de uma escola de formação para agentes do sistema penitenciário e de grupamentos táticos especializados (Comando de Operações Especiais – COPE, Grupo de Intervenção Rápida – GIR e o Grupo de Escolta Tática Prisional – GETAP) para torná-los mais repressivos, estratégicos e eficientes no exercício cotidiano das atividades de custódia dos prisioneiros dentro e fora das prisões.

Após se organizarem politicamente enquanto categoria profissional autônoma do sistema penitenciário os agentes de segurança penitenciária começaram a assumir progressivamente os cargos de direção e as atividades de segurança externa das unidades prisionais no lugar dos policiais militares. E, também, a se mobilizarem através da criação de sindicatos e associações profissionais. Ou seja, foram dadas as possibilidades para desenvolverem uma carreira por meio da qual poderiam conseguir estabilidade no serviço público, construir fidelidade organizacional, criarem um novo sentido de missão para a atividade custodial e buscarem formas de profissionalização do seu trabalho. E, com isso, a categoria passou de 650, em 2003, para 18.892 indivíduos, em 2017, entre funcionários efetivos e contratados⁸. Tornando-se a segunda força de segurança pública do Estado de Minas Gerais em quantidade de profissionais, ficando atrás somente da polícia militar⁹.

Os agentes penitenciários são os interlocutores legítimos dos presos na estrutura organizacional das prisões e desempenham papel estratégico na administração cotidiana desses estabelecimentos. O que eles fazem, a maneira pela qual fazem, como se relacionam, representa uma dimensão essencial do “mundo prisional” para compreendermos o tipo de ordem a ser imposta e as estratégias as quais recorrem para construí-la. E, sobre essa ordem, podem recair os efeitos das formas de recrutamento, do aprendizado nos cursos de formação, do treinamento, dos conhecimentos adquiridos, das dificuldades em lidar com os prisioneiros, das

⁸ FERREIRA *et al*, 2017, p. 13.

⁹ Em termos de quantidade de efetivo os agentes de segurança penitenciária são o segundo grupo do Estado de Minas Gerais (18.892), seguido pela polícia civil (9.744) e, o primeiro com 42.115, a polícia militar. Informações referentes ao ano de 2014 presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016).

possíveis insatisfações com a profissão, das inseguranças relacionadas à execução das rotinas operacionais de trabalho e dos dilemas identitários da categoria. Ou seja, o treinamento pelo qual passam os membros do *staff* prisional tem se constituído em um elemento chave¹⁰ para compreendermos o funcionamento contemporâneo das prisões.

Diante dessas mudanças institucionais no cenário prisional mineiro o objetivo central deste trabalho consiste em analisar o processo de construção da identidade profissional dos agentes de segurança penitenciária do Estado de Minas Gerais. O foco de análise esteve direcionado para as formas de ingresso na carreira, a formação profissional, o treinamento da atividade, as práticas rotineiras de trabalho nas prisões, o modo de organização do trabalho custodial, a administração cotidiana da vida prisional e, especialmente, a organização social do grupo profissional. A emergência de um novo perfil de agente penitenciário suscitou os seguintes questionamentos: como o advento de um dilema identitário tem afetado os agentes de segurança penitenciária enquanto grupo profissional? O investimento na profissionalização via estilo militar alterou o modo como as interações sociais são estabelecidas entre os agentes e, entre esses, e os presos nos ambientes prisionais? E, por fim, como a ordem tem sido mantida nas prisões de Minas Gerais?.

Desde 1940 muito têm se produzido sobre o funcionamento das prisões¹¹ e a conformação de dois mundos sociais em seu interior, de um lado, o “mundo dos prisioneiros” e, do outro, o “mundo do *staff* prisional”¹². Esta literatura sociológica clássica tem se concentrado mais diretamente sobre a trajetória dos internos nas organizações prisionais, o processo de socialização institucional¹³, a formação das “subculturas”¹⁴, a forma pela qual os presos se adaptam ao ambiente de confinamento das prisões, as interações sociais estabelecidas com os

¹⁰ ARNOLD, 2008, p. 399.

¹¹ Ver, por exemplo, o balanço bibliográfico pioneiro de Ohlin (1959) sobre a formação do campo de estudos sobre prisões no âmbito da sociologia.

¹² CREWE, 2012, p. 123.

¹³ GOFFMAN, 2007, p. 23.

¹⁴ IRWIN & CRESSEY, 1962, p. 142.

custodiadores, as demandas, as pressões e a conformação de uma “sociedade de cativos”¹⁵ em seu interior.

O “mundo do *staff* prisional”, por sua vez, suas experiências enquanto grupo profissional tem sido pouco apreciadas e documentadas pela literatura¹⁶. As pesquisas existentes procuraram mostrar o padrão de interação característico entre os presos e os guardas, o papel, a função e a dependência intrínseca dos guardas em relação aos prisioneiros para o desempenho satisfatório das suas tarefas. Os guardas constantemente estão reafirmando sua superioridade hierárquica e “moral” em relação aos presos, rotulando-os de “doentes”, “loucos”, “incontroláveis” e “infantis”, porém, ao mesmo tempo, necessitam da sua colaboração para manterem a ordem prisional.

Autores como Sykes (1965), por exemplo, mostraram como é ilusório imaginar que os guardas são detentores de um “poder total” nas prisões. A eficiência no cumprimento de seus deveres custodiais somente pode ser conquistada mediante a permissão da “corrupção” de sua autoridade através da amizade, da acomodação e da omissão em relação a pequenas violações ao regulamento prisional. O ambiente de incerteza, a vulnerabilidade em relação aos prisioneiros, o caráter transitório da ocupação e a ausência de treinamento formal seriam fatores a ensejar essas estratégias de acomodação da vigilância e “relaxamento” da disciplina¹⁷. Tal relação paradoxal a ser cotidianamente estabelecida no exercício rotineiro de suas atividades envolve o estabelecimento de “acordos tácitos”, cooperação recíproca e negociações periódicas da ordem prisional¹⁸.

No entanto, nessas descrições sobre o funcionamento cotidiano das prisões o “mundo” dos custodiantes sempre esteve subsumido no “mundo” dos cativos. Alguns trabalhos¹⁹ que procuraram romper com tal tradição, dentre os quais se destacam os estudos de Kauffman (1981) e Lombardo (1989), analisaram especificamente o comportamento dos guardas em seus locais de

¹⁵ SYKES, 1965, p. 63.

¹⁶ PHILLIBER, 1987, p. 9.

¹⁷ CLOWARD, 1968, p. 93.

¹⁸ STRAUSS, 1979, p. 16.

¹⁹ Ver, por exemplo, Duffe (1974), Kauffman (1981), Lombardo (1985; 1989), Hepburn (1989), Jacobs & Retsky (1975) e Crouch & Marquart (1989).

trabalho, as interações estabelecidas com os pares e com os próprios presos. Tais análises mostraram como em razão da oposição estrutural aos presos os guardas desenvolviam uma forte solidariedade grupal a ponto de se formar uma “subcultura custodial”²⁰ no interior das prisões com um “código informal”²¹ específico com valores, normas e crenças comuns partilhadas entre os membros do grupo. Por ser um grupo numeroso e muitas vezes desprezado pela ocupação desempenhada mantinham-se profundamente coesos para sobreviverem em um “mundo prisional” difícil e perigoso. Ou seja, em resposta as oposições dos cativos, ao isolamento social nas prisões e a estigmatização do seu trabalho eles desenvolviam uma visão paroquial e defensiva a qualquer escrutínio externo.

Embora tais estudos tenham representado um inegável avanço na literatura sobre as prisões, projetaram uma imagem do *staff* prisional como um grupo extremamente homogêneo, coesos e envolvidos em uma mesma tarefa no decorrer da sua carreira. Além de se mobilizarem em torno de uma identidade profissional unívoca. Em seu trabalho clássico desenvolvido na prisão de Auburn²² Lombardo (1989), por sua vez, destacou o caráter mais “humano” do papel desempenhado pelos custodiadores. Muitas das suas atividades estariam voltadas para amenizar as “dores do aprisionamento”²³ vivenciadas pelos cativos. Com pouco reconhecimento profissional os guardas encontrariam nas interações mais próximas com os presos uma oportunidade para aumentarem sua auto-estima, seu senso de competência, eficiência e reduzir sua solidão nos ambientes prisionais.

Atualmente faz pouco sentido pensar as prisões como comunidades uniformes e, especificamente, a perspectiva da “subcultura custodial” não tem conseguido abarcar as diferentes variações no grupo dos guardas. Diferentes “submundos” têm coexistido no interior das prisões. E os membros desse *staff* prisional têm apresentado distintas percepções sobre o papel por eles desempenhado nas prisões, sobre o próprio grupo ao qual pertencem e sobre as orientações em

²⁰ DUFFE, 1974, p.157.

²¹ KAUFFMAN, 1981, pp.272-273.

²² Auburn é uma cidade localizada no Estado americano de Nova York.

²³ Termo cunhado por Sykes (1965) para se referir a um conjunto de privações pelas quais passam os cativos no interior das prisões, são elas: a privação de liberdade, a privação de bens e serviços, a privação de relações heterossexuais, a privação de autonomia e a privação de segurança.

relação aos presos. As tarefas de custódia dos presos adquiriam uma complexidade jamais imaginada por toda a literatura clássica produzida sobre o assunto ao longo do século XX e um arsenal de conceitos mobilizados por esses autores tornaram-se extremamente anacrônicos, como mostraremos ao longo desse trabalho.

Esta tese está dividida em três partes nas quais estão distribuídos os quatro capítulos. Na primeira parte, encontram-se os capítulos um e dois. O primeiro capítulo consiste em uma reconstrução histórica sobre o sistema penitenciário mineiro e as transformações do papel dos guardas que nele trabalhavam. Será mostrado como no decorrer de quarenta anos os guardas de presídio se tornaram os agentes de segurança penitenciária. A história do sistema penitenciário de Minas Gerais foi dividida em três momentos, o primeiro momento de formação gradativa das organizações do sistema (1938 - 1998), o segundo momento de tentativa de humanização das penitenciárias (1999-2002) e, por fim, o terceiro momento (2003-2016) de expansão, institucionalização e investimento na profissionalização dos agentes de segurança penitenciária com a criação do Comando de Operações Especiais – COPE.

No capítulo dois, mostraremos como a criação do COPE gerou mudanças significativas para a categoria profissional em Minas Gerais. Iniciou-se um movimento político para o controle completo das unidades prisionais, afastamento progressivo em relação à supervisão dos policiais militares e, por mais paradoxal que possa parecer, realização do treinamento da força custodial nos moldes do estilo militar característicos dos grupos especiais da polícia militar brasileira. O COPE através de programas de treinamento tem buscado inculcar os valores de hierarquia e disciplina nos novos agentes, estimulando o “espírito de corpo” nas atividades rotineiras nos pavilhões e o desenvolvimento do trabalho em grupo nas prisões.

Na segunda parte, que consiste no terceiro capítulo, será exposto como tem sido desenvolvido o trabalho custodial pelos agentes de segurança penitenciária nas prisões da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. A atenção foi direcionada para a clivagem existente no grupo dos agentes entre aqueles que

trabalham na linha de frente, rotulados de “amadores”, e aqueles pertencentes aos grupamentos táticos especializados, rotulados de “profissionais”. Mostraremos a tensa convivência cotidiana entre esses dois grupos, as diferentes concepções sobre o modo de organizar o trabalho custodial e administrar o cotidiano prisional e, especificamente, a posição de prestígio e autoridade daqueles que se autodenominamos “caveiras”, os “policiais” e os “profissionais” do sistema penitenciário mineiro.

Na terceira e última parte, ou seja, no quarto capítulo, são analisadas as visões que os agentes de segurança penitenciária têm sobre si, sobre as atividades por eles desempenhadas e sobre a profissão de agente de segurança penitenciária. Muitos deles têm rejeitado a imagem do “guardião” das prisões como representativa da profissão e acreditam que a do “policia” militarizado em estado permanente de prontidão para atuação em operações de alta complexidade dentro e fora das prisões representa melhor o que se tornaram ao longo dos últimos vinte anos. No entanto, para outro segmento do grupo profissional essa consiste em uma visão extremamente distorcida e equivocada do trabalho custodial. Eles tem reforçado a natureza civil da profissão de agente de segurança penitenciária e os problemas advindos com a incorporação progressiva do estilo militar.

Antes, porém, de passarmos para os capítulos, será feito um breve relato sobre o percurso do trabalho de campo em diferentes prisões e instituições ligadas aos agentes penitenciários. No período de julho de 2015 a dezembro de 2017 foram realizadas atividades de observação nas penitenciárias da RMBH e entrevistas em profundidade com diferentes atores do grupo de agentes penitenciários do Estado de Minas Gerais.

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA: UM BREVE PREÂMBULO METODOLÓGICO

Nesta pesquisa buscamos percorrer os diferentes espaços nos quais os agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais trabalham e atuam. Primeiramente foram desenvolvidas atividades no principal lócus de trabalho da categoria profissional, ou seja, nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, em seguida, no principal espaço de mobilização política, o Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária - SINDASP e, por fim, na base operacional do Comando de Operações Especiais – COPE, considerado um “grupo de elite” responsável por atividades de alta complexidade e de treinamento da categoria.

No Estado de Minas Gerais existem 208 (duzentos e oito) unidades prisionais²⁴, sendo que 28 (vinte e oito) encontram-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte²⁵. Dentre as vinte e oito foram selecionadas oito para a realização do trabalho de campo, são elas: o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - CERESP, a Penitenciária José Maria Alckmin - PJMA, a Penitenciária Nelson Hungria - PNH, a Penitenciária José Martinho Drummond, a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, o Presídio de Santa Luzia, o Presídio de Vespasiano e o Presídio de São Joaquim de Bicas II. Essas unidades diferem entre si em termos de grau de segurança (máxima, média e mínima), tipo de regime prisional (fechado e semiaberto) e o perfil da sua clientela²⁶.

Foram realizadas visitas alternadas (semanais e, por vezes, quinzenais) entre essas prisões e, em um determinado período, as visitas se concentraram em uma única penitenciária²⁷. Após a coleta de um material substancial nas prisões e a

²⁴ MONTEIRO, 2018, p. 47.

²⁵ DEPEN, 2016, p.18.

²⁶ O CERESP Gameleira é um centro para presos provisórios e considerado a “porta de entrada” do sistema penitenciário da RMBH. A Penitenciária José Maria Alckmin – PJMA, antiga PAN, é a penitenciária mais antiga em funcionamento do país e a primeira de Minas Gerais. A Penitenciária Nelson Hungria – PNH foi a primeira penitenciária de segurança máxima do Estado. A Penitenciária Jason e o Presídio de Vespasiano possuem um pavilhão específico para a população LGBT. A Penitenciária José Martinho Drummond e o Presídio de Santa Luzia possuem pavilhões específicos para presos pertencentes a gangues juvenis. O Presídio de São Joaquim de Bicas II possui presos no regime fechado e semiaberto, além de uma ala feminina em seu interior.

²⁷ Uma parte dos dados analisados para a presente tese faz parte de uma pesquisa maior sobre o sistema penitenciário mineiro intitulada “Quem são, como vivem e com quem se relacionam os detentos da Região

definição de um foco analítico para o trabalho (o dilema identitário da categoria profissional) decidiu-se explorar espaços fora das prisões nos quais a presença de agentes penitenciários também era marcante e recorrentemente estavam presentes na fala dos entrevistados, o SINDASP e o COPE.

No transcorrer desse percurso foram realizadas observações sobre a rotina das instituições, entrevistas em profundidade com os agentes penitenciários que nelas trabalhavam e registros nos relatórios de campo das situações vivenciadas. Normalmente chegava por volta das dez horas da manhã nas instituições e permanecia até o final da tarde. Nas penitenciárias as entrevistas ocorreram nos postos de trabalho dos agentes ou numa sala disponibilizada pela direção. Em síntese, o percurso completo da pesquisa pode ser dividido em quatro fases que serão detalhadamente expostas a seguir.

O Trabalho de Campo nas Prisões da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH

Na primeira fase do trabalho de campo, realizado entre julho de 2015 e julho de 2016, foram realizadas em média três visitas a cada uma das oito unidades. No percurso pelo interior destas instituições foram registradas observações sobre a estrutura física, os regimes de cumprimento de pena (fechado ou semiaberto), o sistema de segurança, a organização dos pavilhões e celas, a distribuições dos presos por esses espaços e os setores de trabalho nos quais os agentes penitenciários desempenhavam suas atividades. Esse primeiro registro possibilitou um conhecimento preliminar sobre a multiplicidade de postos de trabalho (no interior e fora dos pavilhões), de equipes de trabalho, de grupos

Metropolitana de Belo Horizonte”, realizada entre os anos de 2015 a 2017, coordenada pela Profa. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Professora do Departamento de Sociologia da UFMG e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), (processo 445545/2014-3). Muitas das entrevistas com os agentes de segurança penitenciária nas prisões analisadas para esse trabalho foram por mim realizadas no transcorrer da execução dessa pesquisa maior, porém, outras foram realizadas por membros da equipe do CRISP que também participaram da pesquisa. Agradeço à Profa. Ludmila Ribeiro pela autorização em usar os dados (entrevistas com os agentes penitenciários) da pesquisa para o presente trabalho.

táticos especializados (GTI, GIR, Canil e GETAP) e das diferentes rotinas operacionais dos agentes penitenciários em cada um deles.

Num segundo momento foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agentes penitenciários nessas prisões com o objetivo de compreender como desempenhavam suas atividades e administravam o cotidiano prisional. Inicialmente, o critério de seleção para a realização das entrevistas consistiu em buscar aqueles que trabalhavam nos postos com maior proximidade com os presos como, por exemplo, nas gaiolas dos pavilhões, no trabalho de tranca dos presos e no trânsito interno. No entanto, em razão da superlotação das unidades os funcionários alocados nesses espaços encontravam-se extremamente sobrecarregados e poucos tinham disponibilidade para conceder entrevistas.

Diante dessa dificuldade de acesso aos agentes de linha de frente do sistema penitenciário foram realizadas entrevistas com aqueles que trabalhavam nos mais diversos setores existentes em uma unidade, com disponibilidade no momento e que se voluntariavam a conversar durante um tempo sobre sua trajetória profissional²⁸. Os questionamentos presentes no roteiro de entrevista (Ver Anexo I)envolviam perguntas sobre o ingresso na profissão, o aprendizado das tarefas de custódia, o curso de formação técnico-profissional, o treinamento da atividade, o tempo de trabalho na unidade, a organização interna dos pavilhões, as tarefas do dia-a-dia, a organização do trabalho prisional, a relação com os colegas de trabalho, a relação com os presos, os problemas relacionados à segurança da unidade e, por fim, as percepções sobre a profissão.

As informações registradas (relatórios de observação, caderno de campo e entrevistas com os agentes)no transcorrer desse período de visitas às oito prisões me permitiram conhecer as especificidades das rotinas de trabalho em cada setor, as habilidades demandadas dos agentes, o caráter diverso e especializado do trabalho custodial, as especificidades da clientela de cada unidade e o modo de funcionamento do sistema penitenciário na RMBH. Além do mais, nas entrevistas

²⁸ Em todas as entrevistas realizadas os propósitos da pesquisa e a preservação do anonimato do entrevistado foram explicados inicialmente. Além do caráter voluntário. Também foi perguntado se o mesmo autorizaria a gravação ou não. Nessa primeira fase todos os agentes entrevistados autorizaram o uso do gravador.

com os agentes por várias vezes foram feitas referências a instituições criadas nos últimos anos ligadas diretamente ao grupo profissional como, por exemplo, o Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais - SINDASP, responsável pela mobilização e representação política da categoria, e o Comando de Operações Especiais do Sistema Penitenciário - COPE, responsável por intervenções nas unidades e treinamento dos agentes penitenciários antes de ingressarem nas prisões.

Dentre as oito unidades uma chamava particularmente a atenção dada a sua grandiosidade (em termos de população prisional e efetivo de agentes penitenciários) e importância histórica: a Penitenciária Nelson Hungria. Muitos agentes que exerciam suas funções na Nelson Hungria possuíam mais de vinte anos de trabalho e se mostraram extremamente dispostos a conversar sobre suas experiências, sobre as mudanças no trabalho custodial, sobre os episódios dramáticos vivenciados na penitenciária na década de 1990 (motins e rebeliões), sobre a relação cotidiana com os colegas de trabalho e, especialmente, suas insatisfações com os rumos da profissão.

Após uma análise preliminar dos dados coletados (20 entrevistas com os agentes de segurança penitenciária e relatórios de campo) durante um ano de trabalho de campo nas prisões da RMBH decidiu-se concentrar a pesquisa somente na Penitenciária Nelson Hungria - PNH²⁹. A Penitenciária Nelson Hungria foi a primeira penitenciária de segurança máxima de Minas Gerais, inaugurada em 1998 com o propósito de desafogar as carceragens policiais da região metropolitana³⁰ e considera a principal do Estado de Minas Gerais (chamada de 01). Essa segunda fase iniciou em setembro de 2016 e foi finalizada em junho de 2017.

²⁹ Não foi autorizado o uso do gravador nas entrevistas realizadas na Penitenciária Nelson Hungria (PNH). Enquanto realizava a entrevista propriamente dita um dos estagiários do CRISP anotava o relato e, em seguida, produzíamos relatórios. Agradeço imensamente ao Tássio e à Renata pela presteza nos momentos das entrevistas com os agentes penitenciários.

³⁰ PAIXÃO, 1991, p.

A Penitenciária Nelson Hungria

A Penitenciária Nelson Hungria - PNH está localizada no município de Contagem - Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua população prisional está estimada em aproximadamente 2.000 (dois mil) presos distribuídos por doze pavilhões³¹ e quatro anexos³², porém sua capacidade é para 1.850 (mil, oitocentos e cinquenta) presos. Para vigiar esses presos, a PNH tem um efetivo de 748 (setecentos e quarenta e oito) agentes penitenciários, porém conta com um déficit de 200 agentes. Além disso, possui aproximadamente 200 profissionais encarregados da administração e do tratamento penitenciário (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos).

Os doze pavilhões são destinados a albergar presos condenados e, para alguns desses, são encaminhados presos com perfis bastante específicos. Nos pavilhões 01 e 03 encontram-se os presos considerados ligados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O pavilhão 02 se destina para presos considerados “chefes” do tráfico de drogas. No pavilhão 05 estão reclusos os que possuem rixas ou “guerras de rua” com outros presos. Os pavilhões 07, 08 e 09 são conhecidos como “pavilhões do trabalho”, para presos que exercem alguma atividade laboral na unidade. Os presos ex-profissionais da segurança pública³³ são encaminhados para o pavilhão 12. No espaço conhecido como “pavilhão H” encontram-se os presos condenados por crimes do colarinho branco, rotulados como “presos estrela”. E, para os quatro anexos, são encaminhados os presos provisórios e os jurados de morte³⁴.

A Penitenciária Nelson Hungria (PNH) fora projetada inicialmente como uma unidade para o cumprimento de penas no regime fechado. No entanto, em 2005/2006 foram construídos os anexos 1 e 2 e, em seguida, nos anos de 2007/2008 os anexos 3 e 4. A construção dos anexos configurou a unidade como

³¹ Nos pavilhões os presos encontram-se reclusos em celas de confinamento solitário, individuais.

³² Nos anexos os presos encontram-se reclusos em celas de confinamento coletivas.

³³ No pavilhão 12 estão reclusos ex-policiais militares, ex-policiais civis, ex-guardas municipais, ex-agentes socioeducativos e ex-agentes penitenciários.

³⁴ Presos ameaçados por outros presos em razão de desavenças nas ruas, dívidas de drogas ou conflitos violentos nas celas.

um complexo penal devido ao ingresso de presos provisórios. No Complexo Penitenciário Nelson Hungria - CPNH também podem existir, esporadicamente, presos no regime aberto ou semiaberto devido à falta de vagas nas unidades da RMBH.

Quando a Penitenciária Nelson Hungria foi inaugurada em 1998 alguns guardas de presídio que trabalhavam na Penitenciária José Maria Alckmin³⁵ e no Presídio Dutra Ladeira foram transferidos para a penitenciária com o objetivo de ensinarem os novos guardas contratados a trabalhar com a custódia dos presos. Esses guardas possuíam ampla experiência e muitos deles eram oriundos do primeiro concurso para a categoria profissional realizado no Estado de Minas Gerais no ano de 1994. Alguns deles ainda encontravam-se trabalhando na penitenciária e se mostraram extremamente dispostos a falar sobre suas experiências. O acesso a esses guardas me possibilitou um conhecimento sobre a história do sistema penitenciário mineiro, o processo de mobilização política da categoria, as mudanças ocorridas no trabalho de custódia dos presos e no modo de administração cotidiana das penitenciárias.

Nas primeiras entrevistas realizadas identificou-se a existência de clivagens no interior do grupo dos agentes na penitenciária como, por exemplo, os “guardas antigos”, os “agentes novatos” e os agentes dos grupamentos táticos (GIR, GETAP e COPE). Cada subgrupo procurava demarcar suas diferenças em relação aos outros e, por sua vez, acentuar suas características peculiares no que diz respeito ao desempenho do trabalho, profissionalismo, investimento na formação profissional, no modo de lidar com os presos e com os próprios colegas de profissão.

Os espaços ocupados por esses subgrupos também estavam bem delimitados. Guardas antigos e novatos normalmente exerciam suas atividades no interior dos pavilhões, em postos de trabalho considerados “mais tranquilos” ou com uma rotina “menos pesada” (censura, guarda volume ou portarias). Enquanto isso, os

³⁵ Antiga Penitenciária Agrícola de Neves – PAN.

agentes do GIR concentravam-se na base operacional própria³⁶do grupamento localizada próxima a portaria principal da PNH.

As entrevistas com os “guardas antigos” revelaram as vicissitudes no trabalho de custódia por eles desempenhado no transcorrer da sua trajetória profissional, o processo de transmissão do conhecimento adquirido aos novatos, as mudanças na administração do cotidiano prisional e, especialmente, na relação entre os próprios agentes. Os “guardas antigos” se mostravam extremamente ressentidos com a iminência de encerramento dos seus contratos de trabalho e da posição de descrédito ocupada por eles nas penitenciárias. Foram inúmeras as referências ao passado de união, de solidariedade e de companheirismo entre os colegas de profissão nos momentos de greve ou de rebeliões. Também diziam não mais conseguirem realizar o que consideravam ser um “bom trabalho” no interior da penitenciária dadas as constantes interferências dos agentes do GIR, do COPE, dos próprios diretores e de membros da secretaria de governo.

Nas conversas estabelecidas com os “agentes novatos” - oriundos dos concursos públicos de 2012, 2013 e 2014 - foi possível captar as experiências no curso de formação, no treinamento inicial com o COPE, a busca pelo ingresso em faculdades (curso superior ou especializações *lato sensu*) em razão das exigências pela profissionalização da categoria, as dificuldades encontradas nos primeiros dias de trabalho, as tensas relações cotidianas com os “guardas antigos”, o desejo de integrar os grupamentos táticos e a profunda insatisfação com o desempenho de uma atividade única na penitenciária, qual seja, a de custódia dos presos.

Os agentes do GIR, dentre os três grupos, foram os que apresentaram maiores “barreiras” de acesso. As equipes permanecem durante o seu regime de plantão na base operacional do grupamento ou realizando treinamentos no interior da unidade. No entanto, para a realização das entrevistas foi preciso pedir autorização ao diretor de segurança explicando ao mesmo os propósitos da pesquisa e o porquê da importância de conhecer o trabalho desenvolvido pelo GIR. As referências ao trabalho do GIR eram constantes nas entrevistas devido

³⁶ Na base operacional existe uma sala na qual fica o setor administrativo, o vestiário e a sala de reuniões.

ao seu perfil “diferenciado” e treinamento “específico”. Esse pedido foi encaminhado aos coordenadores das equipes do GIR (Alfa e Bravo) e, por fim, autorizado.

Inicialmente, os agentes do GIR se mostraram desconfiados, fechados e receosos de contarem sobre suas experiências³⁷. Eles se orgulhavam da conquista de integrarem um grupamento tático, das dificuldades para conseguirem completar todas as fases do treinamento árduo para ingressar, do salto conquistado na carreira, do sentimento de estarem realmente engajados numa atividade profissional, da coesão entre os membros do grupamento e da responsabilidade pela segurança da penitenciária. Também destacavam a complexidade do trabalho por eles desempenhado e do comportamento diferenciado dos mesmos em relação aos “agentes convencionais”.

No transcorrer do trabalho de campo na PNH a não autorização da direção de segurança para o uso do gravador³⁸ nas entrevistas colocava certo empecilho a continuidade do trabalho dada a impossibilidade de reprodução das falas dos entrevistados em sua inteireza e das perdas de memória ao produzir os relatórios de entrevistas. Porém, por outro lado, a ausência do gravador também possibilitou conversas prolongadas com os agentes sobre os mais diversos assuntos e nos mais diferentes setores da unidade (refeitório, portarias, setor administrativo, censura e gaiolas). Foram realizadas ao todo 19 (dezenove) entrevistas com os agentes de segurança penitenciária que trabalhavam na PNH sendo que, 12 (doze) deles se consideravam “guardas antigos”, 04 (quatro) integravam o GIR e 03 (três) ocupavam cargos de direção.

O período na Penitenciária Nelson Hungria me colocou em contato com os principal dilema identitário da categoria profissional, os conflitos cotidianos, as insatisfações com a atuação do sindicato e com as demandas de melhorias para a categoria. Alguns episódios a afetar o grupo diretamente tornavam esses

³⁷ No transcorrer das entrevistas com os agentes do GIR percebi que muitos deles recebiam ordens do coordenador para colaborar com a pesquisa. Diante disso, informava a todos sobre o caráter voluntário das entrevistas e caso não se sentissem confortáveis, poderiam recusar e não seriam repassadas tais informações a quaisquer membros do GIR ou da diretoria da unidade.

³⁸ A direção de segurança à época alegou que consistia em uma norma da unidade não permitir quaisquer tipos de objeto eletrônico no interior da unidade e por motivos de segurança das informações.

problemas mais acentuados no interior da penitenciária como, por exemplo, a greve dos agentes no Estado em junho de 2016, a demissão dos contratados e ingresso dos efetivos em dezembro de 2016 e, por fim, as discussões em relação à Proposta de Emenda Constitucional - PEC 14/2016 que propõe a criação de uma nova polícia no país. Ou seja, a mudança de *status* do agente de segurança penitenciária para polícia penal.

Diante da identificação desse profundo dilema identitário (guardiões ou policiais?) com o qual os agentes de segurança penitenciária têm buscado lidar cotidianamente (dentro e fora das prisões) e com o propósito de compreendê-lo um pouco mais realizei por dois meses (setembro e outubro de 2017) entrevistas com alguns dirigentes do sindicato, participei de reuniões nas quais a principal pauta consistia em discussões sobre a natureza da atividade desempenhada pelos agentes nas prisões (custodial ou policial) e conversei com agentes penitenciários de diferentes regiões do Estado de Minas Gerais.

O Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária – SINDASP

O Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária foi criado em 2004³⁹ e se constitui como o principal canal de representação e mobilização política da categoria no Estado de Minas Gerais. Após uma conversa com o presidente da SINDASP na qual foram expostos os objetivos da pesquisa fui autorizado a permanecer durante dois dias da semana (manhã e tarde) na sede, além de disponibilizarem uma sala para a realização das entrevistas.

Nas primeiras semanas foram realizadas entrevistas com alguns membros das diretorias do sindicato. Alguns deles trabalharam durante anos nas principais penitenciárias da RMBH (Penitenciária José Maria Alckmin e Penitenciária Nelson Hungria) e outros já se encontravam aposentados⁴⁰. Todos os membros das diretorias possuíam uma característica bastante peculiar: a participação ativa nas

³⁹Disponível em: <<http://www.sindaspmg.org.br/sindasp/institucional#quemsomos>>. Acesso em: 13 de Junho de 2018.

⁴⁰ No sindicato existe uma diretoria específica para lidar com os assuntos dos agentes já aposentados ou prestes a aposentar.

principais reivindicações em prol da categoria em diferentes momentos históricos. Relataram os episódios de greve, as reuniões com membros do governo estadual, a mobilização política pela criação da carreira de agente de segurança penitenciária, do sindicato e do COPE.

Também realizei entrevistas com agentes penitenciários que trabalhavam em diferentes unidades prisionais da RMBH que procuravam o sindicato para resolver seus problemas administrativos ou solicitar sua desfiliação. As entrevistas no sindicato foram particularmente proveitosas dado que os entrevistados não se encontravam em expediente de trabalho e pela possibilidade de uso do gravador. Muitas delas se alongaram por mais de uma hora e continuavam em conversas informais na sala de reuniões ou na recepção do sindicato. Ao todo foram 06 (seis) entrevistas gravadas com os agentes de segurança penitenciária no SINDASP.

Os meses de setembro a outubro de 2017 foram de extrema expectativa para os agentes penitenciários do sindicato em razão das reuniões no senado federal nas quais se discutia a aprovação ou não da PEC 14/2016⁴¹. Nos dias que antecediam a votação e nos seguintes várias reuniões com membros da categoria eram realizadas buscando arregimentar novos agentes para o movimento nacional. Além da intensa mobilização com os diferentes sindicatos do país e com os membros da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários – FENASPEN. O fluxo de agentes penitenciários na sede aumentava consideravelmente nesses dias.

Nas entrevistas realizadas com lideranças do movimento nacional e estadual pela aprovação da PEC foram recorrentes as referências a Polícia Penitenciária Italiana⁴². Ao longo dos anos os líderes do movimento estabeleceram contatos com os membros dessa força pública e uma parceria com vistas a replicar no Brasil o mesmo modelo existente na Itália, caso a PEC seja aprovada. O contexto prisional de criação da polícia penitenciária italiana nos anos de 1990 se

⁴¹Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-em-2-turno-pec-que-cria-a-policia-penitenciaria-texto-vai-a-camara.ghtml>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2017.

⁴² Para uma análise sobre o *modus operandi* da polícia penitenciária italiana ver, por exemplo, a tese de Gariglio (2015).

assemelha bastante ao existente atualmente no país, ou seja, como resposta a emergência do crime organizado dentro e fora prisões, segundo as lideranças. E, por isso, estão com grandes expectativas dessa mudança de agente de segurança penitenciário para policial penal nos próximos anos.

No decorrer desses dois meses no sindicato, ao entrevistar alguns agentes pertencentes ao Comando de Operações Especiais – COPE e também responsáveis pela sua criação no Estado de Minas Gerais consegui a autorização junto à direção geral do comando para realizar a fase final da pesquisa em sua base operacional⁴³, localizada no bairro Engenho Nogueira na cidade de Belo Horizonte. Essa última fase iniciou em Outubro de 2017 e foi finalizada em Dezembro de 2017.

O Comando de Operações Especiais do Sistema Prisional - COPE

Nas primeiras semanas de trabalho de campo na base operacional do COPE foram realizadas algumas adequações no roteiro de entrevista (ANEXO II) devido às especificidades do trabalho desempenhado por esses agentes, quais sejam: operações de intervenção nas prisões do Estado, escoltas intermunicipais e interestaduais, além da responsabilidade pelos cursos de formação e treinamentos⁴⁴ dos agentes de segurança penitenciária novatos, do GIR, do GETAP e do próprio COPE.

O roteiro de entrevista apresentava questões específicas sobre a estruturação das disciplinas dos cursos de formação, os procedimentos de segurança ensinados, as experiências em sala de aula, as experiências nos diferentes tipos de treinamentos, a organização do trabalho no COPE, a composição dos dois

⁴³ No mês de Maio de 2017 foi encaminhado a Secretaria de Estado de Administração Prisional - SEAP um pedido de autorização para realizar a última fase da pesquisa no COPE, porém sem resposta. Foram feitas várias ligações ao setor responsável pela autorização das pesquisas, vários email enviados perguntando sobre o pedido e, por fim, dado a demora decidi procurar diretamente a direção do COPE com a ajuda dos agentes da SINDASP, que gentilmente entraram em contato com eles informando sobre a minha pesquisa em andamento.

⁴⁴O COPE além de ser o responsável pelos cursos de formação e treinamento dos agentes de segurança penitenciária do Estado de Minas Gerais também ministra cursos específicos para outras forças da segurança pública como, por exemplo, as guardas municipais e os agentes do sistema socioeducativo.

principais grupamentos (Grupamento de Operações Táticas - GOT e Grupamento Tático de Escolta - GTE) e o modo como as intervenções eram planejadas e executadas.

Em um primeiro momento busquei realizar entrevistas com membros da primeira turma do COPE (2003) com o propósito de conhecer a história do comando, sua constituição e consolidação. Esses agentes antes de integrar o grupo apresentavam uma larga experiência em unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (especialmente na PJMA e na PNH), além de acompanharem vários episódios e mudanças pelas quais passou o sistema penitenciário ao longo dos últimos trinta anos. Os relatos foram repletos de episódios históricos para a categoria profissional e mencionavam com profundo orgulho os avanços conquistados com o investimento na profissionalização dos agentes. Foram eles a indicar nomes de integrantes do COPE especializados nas mais diversas áreas (manuseio de tonfa, armamentos, intervenções em ambientes carcerários e escolta de presos) para que eu pudesse entrevistá-los ao longo dos próximos meses de trabalho.

A permanência durante dois dias da semana (manhã e tarde) nas dependências internas da base me possibilitou conhecer a rotina operacional da equipe da base, do GOT, do GTE e estabelecer um contato mais próximo com os agentes instrutores, responsáveis pelas atividades de treinamento, indicados pelos precursores do COPE. As entrevistas normalmente ocorriam no auditório ou no refeitório da base. E, em todas elas, foi autorizado o uso do gravador.

Alguns entrevistados no início da conversa possuíam uma preocupação com a descrição a ser feita futuramente por mim sobre o comando e o seu trabalho nas prisões. Alertavam para o fato de que os integrantes do COPE são considerados exemplo para os profissionais do sistema penitenciário e, por isso, precisam possuir conduta disciplinada e zelar pela imagem institucional do comando. Além de desempenharem um trabalho extremamente complexo devido às condições adversas nas quais normalmente atuam nas unidades: motins, rebeliões e escolas de presos de “alta periculosidade”. Por se constituírem enquanto um “grupo de elite” também diziam estarem muito mais próximos (em termos de

treinamento, conhecimento, estética e *performance* profissional) das forças especiais da polícia militar⁴⁵ do que dos agentes penitenciários de linha de frente do sistema prisional.

Durante a realização da pesquisa na base operacional do COPE algumas unidades prisionais do Estado, especialmente, a Penitenciária Nelson Hungria⁴⁶, sofreram ataques externos (agentes penitenciários baleados na portaria), agentes paralisaram suas atividades⁴⁷ e falava-se em ameaças aos agentes penitenciários do Estado divulgadas por membros do PCC⁴⁸ (Ver Anexo III - Cronologia dos Eventos do Sistema Penitenciário de Minas Gerais 2015 - 2017). Nesses momentos aconteceu a mobilização de um grande contingente de integrantes do COPE para atuar no interior das unidades prisionais. O estado de tensão e alerta foi sentido no cotidiano da base à medida que surgia a necessidade de planejamento de novas intervenções.

Devido à fase de intenso trabalho dos grupamentos (GOT e GTE) muitas entrevistas que estavam agendadas foram remarçadas até o retorno à normalidade. Os dias seguintes a esses episódios de tensão no sistema penitenciário foram de extrema preocupação, cautela e planejamento de operações pela direção do COPE para garantir a segurança nas prisões. Nas últimas entrevistas realizadas nas duas primeiras semanas de dezembro os agentes relatavam o modo como foram realizadas tais operações e a resistência de membros do GIR e dos diretores à chegada do GOT nas unidades. Existia entre eles um forte sentimento de perda de controle sobre o funcionamento da prisão. As visitas ao COPE foram encerradas em meados de dezembro de 2017 após a coleta de um material de 14 (quatorze) entrevistas gravadas.

Ao longo de dois anos e meio de trabalho de campo (julho de 2015 a dezembro de 2017) em dez instituições ligadas ao sistema penitenciário do Estado de Minas

⁴⁵ Como, por exemplo, o Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas – ROTAM de Minas Gerais e o Batalhão de Operações Especiais – BOPE.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/31/interna_gerais,912936/agentes-penitenciarios-e-crianca-sao-baleados-perto-nelson-hungria.shtml>. Acesso em: 31 de Outubro de 2017.

⁴⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/agentes-penitenciarios-param-em-protesto-contratentativa-de-assassinato-de-colegas/6255733/>>. Acesso em: 31 de Outubro de 2017.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/01/interna_gerais,913257/ataque-ligalerta-no-sistema-prisional-e-previsao-e-de-temor.shtml>. Acesso em: 01 de Novembro de 2017.

Gerais foram realizadas 59 (cinquenta e nove) entrevistas em profundidade com os agentes de segurança penitenciária sendo que 40 (quarenta) foram gravadas e 19 não gravadas (Ver Anexo IV). Foram aproximadamente 47 (quarenta e sete) horas de gravação posteriormente transcritas, codificadas no *software* NVivo 10⁴⁹, analisadas e lidas inúmeras vezes para a escrita dos capítulos da presente tese. Ao percorrer as diferentes instituições foram produzidos relatórios de campo diários e relatórios das entrevistas que não puderam ser gravadas, como as realizadas na Penitenciária Nelson Hungria.

No decorrer desse período também foram consultadas diferentes fontes de informações sobre o sistema penitenciário mineiro em geral e sobre os agentes penitenciários em específico, são elas: legislações (leis, decretos e portarias) editadas em diferentes momentos históricos, relatórios das Comissões Parlamentares de Inquéritos sobre o sistema penitenciário de Minas Gerais realizadas pela Assembléia Legislativa, reportagens veiculadas na mídia pelos principais jornais locais⁵⁰ e um banco de dados resultado de um *survey online* aplicado (2013 a 2015) junto aos agentes de segurança penitenciária do Estado Minas Gerais pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG⁵¹. Todo esse material me possibilitou um conhecimento sobre o modo de funcionamento das penitenciárias mineiras e sobre a atividade de custódia desempenhada pelos guardas em diferentes períodos.

⁴⁹ O Nvivo trata-se de um *software* que auxilia na organização da análise de dados de natureza qualitativa (entrevistas, relatórios de campo, reportagens e relatórios de entrevistas). Quando se tem um grande volume de dados, como é o caso do presente trabalho, torna-se quase imperativo recorrer a tal ferramenta para auxiliar e organizar as informações. Para maiores informações sobre o *software*, ver: <http://www.qsrinternational.com/nvivo-portuguese>.

⁵⁰ Foram consultados os jornais Estado de Minas e O Tempo.

⁵¹ Este *survey* refere-se à pesquisa “Missão Guardar: quem são, o que pensam e em que condições trabalham os agentes penitenciários de Minas Gerais”, coordenada pela Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, desenvolvida no decorrer de dois anos (de julho de 2013 a julho de 2015). Por meio de um questionário eletrônico, especialmente desenvolvido para a pesquisa, o acesso ocorreu a partir do envio de convites individuais a uma amostra estratificada do universo de agentes penitenciários que trabalhavam nas 151 unidades prisionais do Estado de Minas Gerais.

PARTE I

UMA PROFISSÃO EM TRANSIÇÃO

CAPÍTULO I – DE GUARDA DE PRESÍDIO À AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA

Antecedentes históricos (1980 - 2016)

Neste capítulo será apresentado um balanço histórico sobre as mudanças pelas quais passou o sistema penitenciário de Minas Gerais nos últimos quarenta anos e como a atividade de custódia dos presos foi sendo alterada em razão dessas diversas transformações. Também será descrito o processo de mobilização política dos guardas em busca de maior autonomia para a administração cotidiana das penitenciárias e de construção de uma identidade profissional.

I.I – A turma dos guardas

Rotina, dependência e reciprocidade

A população prisional do Estado de Minas Gerais encontrava-se distribuída entre os anos de 1930 e 1950⁵² pelas cadeias públicas dos municípios - gerenciadas pela polícia civil – e em três penitenciárias situadas nas cidades mineiras de Ribeirão das Neves, Ouro Preto e Uberaba⁵³. Dentre essas três penitenciárias uma se destacava por representar um marco da política penal mineira em razão da preocupação com a “recuperação” do sentenciado em oposição à perspectiva punitiva e meramente custodial, a saber: a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), fundada em 1927⁵⁴ e inaugurada em 1937.

Na PAN os presos seguiam uma rotina ancorada na perspectiva da recuperação através do trabalho cotidiano e do princípio de progressão da pena⁵⁵. Essa preocupação governamental com a condução de uma política penal no Estado voltada para a reabilitação do interno⁵⁶ levou à desativação das penitenciárias de

⁵² LEMOS BRITO, 1946, p. 99.

⁵³ CÂMARA, 1951, p.118.

⁵⁴ Ver Lei N 968 de 11 de Setembro de 1927. Autoriza a fundação de duas penitenciárias em Minas Gerais: uma agrícola – a PAN - e a outra industrial, na cidade de Juiz de Fora. O governo estadual comprou uma propriedade denominada Fazenda Mato Grosso, situada no distrito de Ribeirão das Neves, para a instalação da PAN. No ano de 1936, o governo desistiu de implantar a penitenciária de Juiz de Fora, sendo inaugurada, posteriormente, somente no ano de 1965 (SOUZA & SILVA, 2006).

⁵⁵ SOUZA & SILVA, 2006, p. 106.

⁵⁶ O modelo da PAN foi inspirado no modelo Auburn's de administração prisional, criado em 1816, cujo propósito consistia na correção dos presos via trabalho. Ou seja, os presos devem trabalhar pesadamente em grupo durante o dia e no período da noite ser confinados em celas individuais. Deveriam permanecer em

Ouro Preto e Uberaba. E, em seguida, à criação da Penitenciária de Juiz de Fora no decorrer do ano de 1940. Essas duas grandes unidades prisionais – a Penitenciária Agrícola de Neves e a Penitenciária de Juiz de Fora – representavam naquele período o que se poderia chamar de um sistema penitenciário mineiro ainda em gestação. Existia um total de 2.406 presos no Estado de Minas Gerais, no ano de 1949, sendo que 612 (25,4%) encontravam-se reclusos na PAN⁵⁷.

No entanto, nem todo preso era encaminhado para essas duas unidades prisionais, principalmente, para a PAN. Existia uma predileção das administrações penitenciárias por presos com perfil rural, mais velhos, condenados por crimes contra a pessoa (homicidas) e considerados “menos perigoso”. Os presos de origem urbana, mais jovens e voltados para as carreiras criminosas contra o patrimônio (furtos e roubos), por sua vez, eram encaminhados para as carceragens da polícia civil. Como o sistema penitenciário mineiro não dispunha de vagas suficientes para atender a demanda gerada pelos tribunais o Depósito de Presos da Lagoinha, a Delegacia de Furtos e Roubos em Belo Horizonte, o Presídio Santa Terezinha em Juiz de Fora e as cadeias públicas espalhadas pelas cidades mineiras recebiam os condenados “excedentes” da justiça⁵⁸.

Essa estratégia adotada à época pelas Secretarias de Interior e Justiça e de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais⁵⁹ de transferência da custódia dos condenados “excedentes” da justiça criminal para as carceragens policiais fez com que a imagem de um sistema penitenciário “inovador”, calmo, sem déficit de vagas e com relativa estabilidade perdurasse até meados da década de 1980⁶⁰. O sistema penitenciário mineiro foi de certa maneira “preservado” dos problemas de superlotação, deterioração física e conflitos violentos entre presos, situações

silêncio sem qualquer forma de comunicação. O objetivo organizacional da prisão volta-se prioritariamente para a reabilitação do interno através do trabalho (CRAIG, 2004; SOUZA & SILVA, 2006).

⁵⁷ CÂMARA, 1951, p. 119.

⁵⁸ PAIXÃO, 1991, p.61.

⁵⁹ A Secretaria de Interior e Justiça tinha sob sua jurisdição a responsabilidade pelos estabelecimentos penais do sistema penitenciário mineiro. As cadeias públicas e carceragens policiais, por outro lado, estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública.

⁶⁰ RIBEIRO; CRUZ; BATITUCCI, 2004, p.1.

bastante comuns nas cadeias públicas, nas carceragens da polícia civil em Belo Horizonte e nos presídios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo⁶¹.

Essa diferenciação dos presos em razão da “origem” e “periculosidade” caracterizava o *modus operandi* dos atores do sistema de justiça criminal, enquanto isso, no interior da própria população prisional, as diferenciações seguiam outros critérios. Como alguns detentos não podiam usufruir do regime semiaberto, esse direito criava certa sorte de tensão cotidiana nas penitenciárias. Os presos se diferenciavam em dois grupos, de um lado, os do “lado de lá”, com direito ao regime progressivo de pena (experimentavam a oportunidade de convívio social, de vida familiar e oportunidades de trabalho) e, do outro, os do “lado de cá”, recolhidos nas prisões em “regime de tranca” sem a possibilidade de contato com o mundo externo. Os presos do “lado de cá” hostilizavam os do “lado de lá” considerando-os “caguetes”, coniventes com os membros da administração e, por vezes, utilizavam de violência física e degradação moral para reafirmar seu *status* superior na vida prisional⁶². Essas diferenciações operadas pelos próprios presos estabeleciam uma clivagem e moldavam a dinâmica das interações na população prisional.

A PAN notabilizou-se no país como modelo de instituição prisional “aberta”, pioneira⁶³, inovadora, voltada para a recuperação dos sentenciados e essa imagem conseguiu resistir às constantes mudanças de direção na penitenciária. No entanto, a “placidez” do sistema penitenciário mineiro contrastava com a “ebulição” das carceragens policiais. Nesses espaços do aparelho policial a situação se deteriorava a cada dia devido ao crescimento da criminalidade na cidade de Belo Horizonte⁶⁴ e ao surgimento de novas modalidades de ação criminosa como, por exemplo, os assaltos (a bancos, edifícios, supermercados ou

⁶¹ Análises sobre as situações das prisões nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo em meados dos anos de 1980 podem ser encontradas em Coelho (2005) e Ramalho (2002), respectivamente.

⁶² PAIXÃO, 1991, p. 44.

⁶³ O regime progressivo de cumprimento de pena (fechado, semiaberto e aberto) foi adotado na penitenciária, antes mesmo, de ser aprovado na legislação penal brasileira, por isso, o pioneirismo da experiência em Minas Gerais (PAIXÃO, 1991).

⁶⁴ Para uma análise sobre a dinâmica da criminalidade na cidade de Belo Horizonte, ver Paixão (1983). O autor mostra as alterações no perfil da criminalidade na capital mineira. Entre os anos de 1960 e 1970 os crimes contra o patrimônio e sem violência cresceram em taxas superiores a duas vezes em relação aos crimes violentos e contra a pessoa. Também destacou o processo de “modernização” do comportamento criminoso, especialmente, com o advento de modalidades como o estelionato, o tráfico de drogas e os assaltos cujos alvos passaram a ser coletivos (edifícios, bancos, supermercados ou ônibus), demandando, portanto, planejamento e organização dos assaltantes para lograrem êxito nas empreitadas criminosas.

ônibus por grupos organizados), o tráfico e uso de drogas e os roubos a indivíduos nas ruas⁶⁵.

Na década de 1980 oito estabelecimentos penitenciários encontravam-se sob a responsabilidade da Secretaria do Interior e Justiça, a saber: a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), a Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto, a Penitenciária Regional de Juiz de Fora, o Manicômio Judiciário Jorge Vaz, a Penitenciária Regional de Teófilo Otoni, o Centro de Reeducação do Jovem Adulto, a Casa de Detenção Dutra Ladeira e a Prisão – Albergue Presidente João Pessoa.

A população prisional distribuída pelos oito estabelecimentos estava estimada em aproximadamente 1.506 indivíduos em 1983, sendo que, 40% (603) cumpriam pena na PAN, 15,3% (230) na Casa de Detenção Dutra Ladeira, 14,9 % (224) na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, 14,3% (216) no Manicômio Judiciário, 5,1% (77) na Penitenciária de Mulheres, 4,7% (71) na Penitenciária Regional de Teófilo Otoni, 3,6% (54) no Centro de Reeducação e 2,1% (31) na Prisão-Albergue⁶⁶.

No entanto, se, por um lado, as penitenciárias do Estado, sobretudo a PAN, se caracterizavam pela estabilidade prisional, por outro, as carceragens policiais se caracterizavam pelas tentativas de fugas, greves de fome, assassinatos entre os internos, estupros, extorsões, torturas, eclosão de motins e rebeliões, como destacado anteriormente. O encaminhamento progressivo dos condenados para a custódia do aparelho policial somente agravava a situação. A cada motim a população cobrava das autoridades governamentais o “esvaziamento” das carceragens policiais e das cadeias públicas⁶⁷.

No ano de 1982, com a eleição de Tancredo Neves como governador de Minas Gerais ocorreu uma intensa mobilização da opinião pública denunciando as

⁶⁵ Enquanto a PAN apresentava um índice de 58% de presos condenados por crimes contra a pessoa (homicídio), a Casa de Detenção Dutra Ladeira, ligada à administração da polícia civil, apresentava uma população na qual 46,5% dos presos estavam reclusos em razão de cometimento de crimes contra o patrimônio (PAIXÃO & COELHO, 1984, p.204).

⁶⁶ PAIXÃO & COELHO, 1984, p.201.

⁶⁷ CRUZ & BATITUCCI, 2013.

condições aviltantes a que estavam submetidos os presos nas carceragens policiais mineiras e, ao mesmo tempo, uma forte reivindicação de melhorias emergia do interior do Depósito de Presos da Lagoinha⁶⁸ e do Presídio de Juiz de Fora. Esses dois movimentos ensejaram o delineamento de uma política penitenciária nos anos seguintes cuja tônica se constituiu no “esvaziamento” das carceragens policiais e encaminhamento progressivo dos presos para as penitenciárias do Estado.

Neste período, o órgão da Secretaria do Interior e Justiça responsável pela administração do sistema penitenciário era o Departamento de Organização Penitenciária (DOP), criado em 1963⁶⁹. Esse departamento fora criado para ser um órgão de coordenação central, porém, uma de suas marcas administrativas foi a falta de dinamicidade e a incapacidade centralizadora frente às unidades prisionais a ele ligadas⁷⁰.

Não existia um regulamento prisional único a ser cumprido em todas as penitenciárias do sistema. Cada unidade prisional mineira criava seu próprio regulamento interno e os diretores (majores e coronéis reformados da polícia militar) gozavam de plena autonomia administrativa para gerir os presos e selecionar os guardas. Os policiais militares também ficavam responsáveis pela segurança externa das penitenciárias (trabalho nas portarias, muralhas e guaritas de vigilância), enquanto isso, os guardas se ocupavam das tarefas de vigilância interna e auxílio externo aos policiais.

Na PAN, por exemplo, em julho de 1983, existiam 147 guardas, sendo 15 estatutários e 132 contratados. O processo de seleção dos candidatos às vagas normalmente ocorria na própria penitenciária. Os guardas mais antigos indicavam conhecidos ao diretor da penitenciária. Não existiam requisitos mínimos de escolaridade e a única exigência era o candidato não possuir antecedentes criminais. Após uma conversa com o diretor os selecionados eram orientados a procurarem a Secretaria de Interior e Justiça que realizava a contratação via empresas externas. A contratação ocorria através da utilização de empresas

⁶⁸ Carceragem da polícia civil localizada no bairro Lagoinha na cidade de Belo Horizonte.

⁶⁹ Ver Lei 2.977 de 14 de Outubro de 1963 (art.17).

⁷⁰ PAIXÃO & COELHO, 1984, p.188.

privadas de segurança ou de empresas públicas de serviço, como, por exemplo, a Credireal⁷¹.

O ingresso do guarda novato nas penitenciárias era precedido por uma espécie de “cerimônia de iniciação” coordenada pelos diretores. No primeiro dia de trabalho os recém-chegados eram encaminhados para uma sala. O diretor chegava com um saco nas mãos, abria e jogava um conjunto de objetos encontrados dentro das celas dos presos (facas, pedaços de pau, lâminas e os chamados “chuchos”, armas brancas confeccionadas artesanalmente pelos internos) na frente de todos. Muitos dos recém-chegados desistiam naquele momento de trabalhar na prisão em razão do temor de serem feridos ou mortos pelos presos nos pavilhões. Os que permaneciam seguiam para os pavilhões para aprenderem o ofício de custódia dos presos.

A “turma dos guardas”, como ficaram conhecidos nas penitenciárias do Estado, executavam a vigilância por turnos que se revezavam no regime de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso. Observavam diretamente os internos nas galerias, nas celas, nos pátios e nos locais de trabalho. E poderiam ser demandados em um mesmo dia a cumprir diferentes funções em setores diversos da penitenciária. Trabalhavam sob o comando de um inspetor de disciplina, cujo superior era o chefe de disciplina que, por sua vez, transmitia aos inspetores as ordens do diretor da penitenciária⁷².

A rotina de trabalho de um inspetor era aparentemente simples, chegava por volta das oito da manhã, recebia o serviço do inspetor do turno anterior, conferia os cadeados, fazia a conferência das celas nas quais ficavam os internos, recebia as ordens do dia do chefe de disciplina, fazia os relatórios de ocorrência e cuidava do livro de ocorrências disciplinares. O controle minucioso dos horários da penitenciária também consistia em uma de suas atribuições diárias⁷³.

⁷¹Na década de 90, a Credireal passou por uma reestruturação interna e ocorreu uma alteração de denominação, tornando-se a "MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A", obedecendo ao disposto na Lei nº 11.406/94 e transformando-se em empresa pública. A MGS ainda atua junto ao governo do Estado de Minas Gerais através do recrutamento e composição de uma parte do quadro de funcionários ligados aos serviços de escritório, apoio administrativo e de limpeza. Disponível em: <<http://www.mgs.srv.br/hist.php>>. Acesso: 21 de Junho de 2016.

⁷² PAIXÃO & COELHO, 1984, p.325.

⁷³ Ibidem, p.327.

Os guardas, em razão do contato face a face com os internos, deveriam garantir minimamente a tranquilidade nos pavilhões. Realizavam a observação dos internos no interior das galerias, nas celas, nos pátios e nos locais de trabalho. Consistia em um trabalho com duas atividades básicas: vigilância (checagem rotineira da segurança através da observação) e atendimento ao interno (conversas para averiguação de pedidos ou reclamações). E, diante de situações disruptivas, precisavam decidir “no ato” se um determinado evento se configuraria como infração disciplinar, demandando, portanto, advertência ao preso ou a sua rejeição. Ou seja, possuíam ampla discricionariedade para interferir em um conjunto de atividades desenvolvidas pelos prisioneiros, administrar os pavilhões sob a sua responsabilidade e distribuir punições e privilégios.

No entanto, com pouca preparação ou treinamento para executar as atividades custodiais rotineiras, os guardas se encontravam em uma posição precária dentro da organização prisional. Estavam submetidos à autoridade do diretor e, ao mesmo tempo, incumbidos de manter sob controle uma população crescente de prisioneiros nos pavilhões⁷⁴. Além do mais existiam os problemas ocupacionais - para os quais não existia qualquer forma de revisão ou contestação – devido à instabilidade do vínculo empregatício contratual. Todas essas condições reunidas criavam um ambiente de incerteza e dependência⁷⁵.

O sistema penitenciário mineiro sob o comando do Departamento de Organização Penitenciária (DOP) ao conferir autonomia às penitenciárias para a contratação dos guardas através dos serviços de empresas externas liberava o sistema dos custos de administração de pessoal e, sobretudo, dos constrangimentos impostos pela estabilidade no serviço público, dentre eles, a eficiência no trabalho em burocracias públicas. Qualquer insatisfação do diretor com o desempenho dos

⁷⁴ De acordo com Sykes (1965) os guardas ocupam uma posição intermediária na estrutura burocrática das prisões, pois se encontram submetidos às ordens da direção e incumbidos de garantir o controle dos prisioneiros sob a sua guarda. Assim, em muitos casos, encontram-se frente a “conflitos de lealdade”, ou seja, precisam executar ordens e reprimendas dos seus superiores e, ao mesmo tempo, precisam conquistar a colaboração dos presos para a execução eficiente do seu trabalho. Reprimendas incompreensíveis ou arbitrarias podem revoltar os prisioneiros e, por isso, dificultar o seu trabalho. E, por outro lado, caso não sejam cumpridas podem despertar a ira do diretor e ocasionar a sua demissão.

⁷⁵ Vários autores como, por exemplo, Sykes (1965), Hepburn & Cripin (1984) e Hepburn (1989), destacaram como os guardas, ao contrário do que se imagina, não dispõem de um “controle total” sobre o comportamento dos prisioneiros e sobre o próprio estabelecimento prisional. Para realizar suas tarefas custodiais eficientemente precisam desenvolver estratégias para conquistarem a colaboração dos presos. Ou seja, dependem dos prisioneiros para a manutenção da ordem em pavilhões ou celas. E, na maioria das vezes, essa tranquilidade é conquistada através de “acordos tácitos” estabelecidos com as lideranças de presos.

guardas resultava em comunicação da demissão à empresa contratada que, em seguida, realizava a substituição⁷⁶.

O recrutamento via empresas externas gerava dois problemas para a administração cotidiana nas penitenciárias, o primeiro consistia na ampliação da probabilidade de escape do guarda ao controle interno e de envolvimento com os presos - sobretudo no que diz respeito à “corrupção da autoridade”⁷⁷e, o segundo, a eliminação do sentido de carreira na função ampliava a insatisfação dos guardas com o trabalho e gerava uma alta rotatividade nas unidades prisionais. Sem estímulo e possibilidades de desenvolvimento de uma carreira, no sentido burocrático, ficavam enfraquecidos os mecanismos que produziram a identidade profissional, o envolvimento institucional e os laços de solidariedade entre os membros da categoria profissional⁷⁸.

Os guardas se ressentiam do baixo prestígio social da atividade, da baixa remuneração, dos riscos de vida ao lidarem cotidianamente com os presos e do caráter transitório que a ocupação assumia para eles, pois poderiam ser demitidos a qualquer momento pelo diretor da penitenciária. Encontravam-se pressionados, de um lado, por uma direção prisional percebida como autoritária e pouco sensível aos seus problemas cotidianos e, por outro, pelos próprios internos, que ao conhecerem a vulnerabilidade de seu “status profissional” terminavam por desenvolver estratégias para “neutralizar” sua autoridade.

Tal neutralização, por sua vez, poderia ser bloqueada pelo guarda caso conseguisse aprender no exercício cotidiano do seu trabalho a chamada “malícia”, que permitia a ele reinterpretar o regulamento prisional no contexto de cada interação social com os presos. Essa “malícia” não era ensinada no curso de formação básica que antecedia a entrada do guarda novato na penitenciária, pelo contrário, demandava um contato bastante próximo com os guardas mais experientes e prolongado com os presos. Muitos novatos sentiam nos primeiros dias o descompasso entre a teoria e a atividade prática de vigilância. Ou seja,

⁷⁶ PAIXÃO & COELHO, 1984, p. 219.

⁷⁷ SYKES, 1965, p. 192.

⁷⁸ PAIXÃO & COELHO, 1984, p. 222.

consistia em um “saber prático”⁷⁹ cuja assimilação não era possível através de métodos formais de ensino.

Bom, o primeiro dia me colocaram com pessoas mais antigas (...). Então, quem tava lá (Penitenciária José Maria Alckmin) de 88 me ensinou a trabalhar, no trato com o preso: ‘cê nunca baixa os olhos pro preso’, ‘cê sempre fala com o preso olhando no olho, mesmo que seu olho cansa, você mantém firme, até ele abaixar, porque se ocê abaixar primeiro que ele, ele vai notar que cê tem um ponto fraco. Entendeu?’. Aí eu fui pegando as malícias do dia a dia (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 - COPE)

Para executarem o trabalho de vigilância com eficiência os guardas precisam se “antecipar” à ocorrência de situações de indisciplina e de possíveis motins a serem arquitetados pelos presos. O êxito nessas empreitadas, por sua vez, demanda conhecimentos práticos sobre o interno, seus hábitos, gestos, gírias, normas de convivência e valores. É a assimilação progressiva desse saber cotidiano que possibilitará ao guarda captar o “clima da penitenciária”, interpretar situações nas celas, detectar atitudes suspeitas dos presos e bloquear antecipadamente possíveis movimentos que coloquem a ordem prisional em colapso.

O DOP tentou treinar formalmente os guardas com cursos de formação e aperfeiçoamento (currículo com disciplinas sobre Direito Penal, Criminologia, Primeiros Socorros e Defesa Pessoal) e utilizando profissionais da psicologia ou funcionários experientes do sistema. Porém, o aprendizado da atividade permaneceu acontecendo no próprio serviço de custódia ao trabalhar em dupla um guarda antigo (depositário do conhecimento sobre a “malícia”) com o guarda novo⁸⁰. Os presos encontravam-se constantemente aprimorando suas técnicas para burlar a segurança, por isso, a transmissão do conhecimento sobre o uso da “malícia” ao novato consistia em uma tarefa inicial fundamental.

(...) esse conhecimento, não-formalizável, não é também formalmente transmissível e, assim, a socialização do guarda, no que se refere à “vigilância”, é um longo processo de construção de sua malícia, capaz de fazer frente, com alguma eficiência, à “malícia do preso” (PAIXÃO & COELHO, 1984, p.328)

⁷⁹ COELHO, 2005, p. 97.

⁸⁰ PAIXÃO & COELHO, 1984, pp. 328-329.

O guarda antigo transmitia ao guarda novo o conhecimento prático da penitenciária informando ao mesmo que não deveria falar sobre seus problemas pessoais com o preso, deveria tratá-los com respeito, sem demonstrações desnecessárias de autoritarismo e jamais brincar com o preso. Qualquer tipo de envolvimento pessoal poderia romper a “fronteira moral”⁸¹ que o separa do preso e, portanto, manter e administrar de forma competente o “respeito” consistia em uma lição fundamental a ser transmitida ao novato.

No entanto, esse processo de descoberta das astúcias dos presos tem um custo (psíquico e social) para os guardas, dado que necessita proximidade, conversas e contato contínuo. Essa proximidade física entre posições estruturalmente desiguais (custodiaros e cativos) coloca o guarda constantemente frente ao tenso dilema de “misturar-se” aos presos, para cumprir o seu papel de vigilância com eficiência e, ao mesmo tempo, conseguir manter a sua autoridade e administrar o “respeito”⁸².

Existe uma crença difundida nas prisões de que qualquer movimento de proximidade mais pessoal – contato físico ou conversas prolongadas - dos guardas em relação aos presos podem evidenciar corrupção. O guarda pode vir a ser rotulado como um “corrupto” pelos seus pares e ficar desmoralizado perante a população prisional⁸³. O distanciamento também se constitui em uma estratégia para evitar a assimilação progressiva das gírias, do modo de comportamento e dos valores dos presos, demarcando, portanto, as diferenças entre captosres e cativos. Porém, mesmo sob constante risco de “contaminação”⁸⁴ social, os guardas buscam ficar em interação contínua com os internos para conseguirem compreender o “mundo” dos internos, adquirir certo estoque de conhecimento da “malícia” e, finalmente, cumprir sua missão eficientemente.

O guarda antigo, portanto, era o depositário do conhecimento sobre o uso da malícia e da própria população prisional. Também desenvolvia um profundo senso de honra e orgulho profissional em razão da complexa perspicácia demandada no

⁸¹ FREITAS, 1985, p.29.

⁸² FREITAS, 1985, p.30.

⁸³ COELHO, 2005, p. 108.

⁸⁴ FREITAS, 1985, p. 33.

desempenho do seu papel na prisão. Ele conseguia detectar de maneira preventiva as possíveis atividades ilegais nos pavilhões, negociar com diferentes “tipos” de detentos e manter os pavilhões em tranqüilidade. Tais guardas atuavam na linha de frente da penitenciária, gozavam de prestígio, eram considerados os melhores, mais habilidosos e sua posição representava um símbolo de *status* profissional. O novato “apoiava-se” nesse conhecimento do antigo e, à medida que se familiarizava com o modo de funcionamento da penitenciária, adquiria autonomia para lidar diariamente com os presos.

No trato com a população prisional os guardas lidavam construindo tipificações sobre o preso, sua natureza e seu comportamento. Dividiam os presos em dois tipos, quais sejam: os criminosos de sangue (ou “presos de cadeia”) e os traficantes e ladrões (ou “presos de penitenciária”). O homicida de origem rural era considerado dócil (“matadores” ou “pregos”), o traficante de drogas sagaz e ardiloso, o esturador voltado para a pederastia, os assaltantes organizam-se em “patotas” e os ladrões eram os “agitadores”, criminosos urbanos condenados a longas penas e com vários processos pendentes⁸⁵.

Os ladrões se constituíam como o tipo de preso mais problemático do ponto de vista dos guardas, pois lideravam a massa carcerária em movimentos de motins e rebeliões. Os “matadores”, por sua vez, ocupavam uma posição inferior na hierarquia dos presos, sendo considerados de pouca instrução no ofício de “tirar cadeia” e nos hábitos do criminoso urbano (astúcia, uso de drogas, roubo e pederastia).

Os guardas também precisavam desenvolver habilidades para lidar com as lideranças de presos (os ladrões) recorrendo a estratégias de conquista da cooperação e realização de “acordos” tácitos. Dadas as condições estruturais de uma prisão muitas vezes os presos dependem dos guardas para se comunicarem com a direção, conseguirem algum trabalho na prisão ou para sua própria proteção em casos de brigas ou ameaças nas celas. Guardas, por seu turno, também dependem dos presos para a sua própria segurança pessoal e execução

⁸⁵ PAIXÃO & COELHO, 1984, pp. 334.

com sucesso das suas atividades⁸⁶. Menos numerosos do que os presos e sem qualquer tipo de equipamento disponibilizado pelo DOP para sua proteção pessoal eles reconheciam a sua vulnerabilidade em relação à população prisional.

Não tinha arma, não tinha cachorro, não tinha gás, não tinha nada!. A gente era nu e cru, aprendia... Eu agradeço a um colega que aposentou agora tem um mês e pouco, eu fiquei uma semana trabalhando com ele, me ensinou os macetes todos da cadeia, ir de camisa branca, nem pensar, de noite sempre acabava a luz, tinha um gerador, mas raramente ele funcionava, então ele orientava a gente andar com a lanterna. Eles eram malandros (presos) e a gente era vagabundo (guardas), como na gíria que te falei. Você tinha que ter olho ativo mesmo, você trabalhava 24 horas de arrebentar, e o salário, pergunta o pessoal, nós entramos na época ganhando 120 cruzados. E nós tínhamos o “Chico doce” que era um pedaço de pau desse tamanho aqui. E alguém mais alterado levava o seu revólver escondido, eu mesmo, tinha na minha equipe, tinha uns oito ou dez lá dentro lá que tinha um revólver, pistola (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – PJMA e PNH)

A diferença hoje, o sistema não tinha armamento, o sistema não tinha esse GIR, o GIR que coincide com os grupos de intervenção tática que entra na unidade prisional para controlar distúrbios. Nós não tínhamos isso. Nem cães a gente não tinha. Então...O sistema era aquilo ali. Era muito na conversa, no diálogo, porque os presos ficavam assim: “Hoje nós não...”. Era preso na conversa, no diálogo. Quando o cara alterava, você tinha que falar “vem cá preso, vamos para a cela”, naquela situação toda. Nós tínhamos a Polícia Militar nos apoiando, mas a Polícia Militar também estava nas ruas, então era nós. Até eles [PM] chegarem para resolver algum problema na unidade, um problema que a gente tivesse lá dentro... Então, você tinha que administrar (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 - PJMA)

Assim, no curso de suas interações cotidianas guardas e presos desenvolviam acordos para atender as necessidades uns dos outros. Consistia em uma relação de reciprocidade na qual favores eram trocados: os prisioneiros se submetiam à autoridade dos guardas e os guardas tolerariam “pequenas” infrações dos presos⁸⁷. Os guardas se comprometiam em “acomodar-se”, sem o repasse contínuo das infrações para a direção, enquanto isso, em troca, as lideranças se comprometiam em manter o controle sobre os prisioneiros. Esses acordos também resguardavam os guardas em relação a cobranças e insatisfação dos diretores com o trabalho custodial por eles desenvolvido. Pavilhões conflituosos e recheados de problemas de indisciplina podem expressar – aos olhos da direção – a falta de capacidade do guarda em controlar os presos⁸⁸.

⁸⁶ HEPBURN & CREPIN, 1984, p.141.

⁸⁷ HEPBURN, 1989, p.193.

⁸⁸ SYKES, 1965, p.193

Um caso de cooperação relatado por um dos guardas que trabalhou na PAN em meados da década de 1980 evidencia bem como tais interações eram estabelecidas no interior da penitenciária. Ele fez um acordo com um líder de pavilhão para preservar a segurança dos guardas nos momentos de revista das celas. Todas as vezes que chegasse perto do portão de acesso ao pavilhão perguntaria sobre o estado de saúde do preso. Caso o preso respondesse que estava passando bem, significava que o pavilhão estava tranqüilo, ou seja, poderiam entrar, caso respondesse que não estava bem, significava que o pavilhão estava conflituoso e correriam risco de vida caso entrassem.

Essa relação de dependência mútua é caracterizada por tolerâncias, acomodações, negociações, mas, também, por uma profunda tensão cotidiana entre os partícipes. Redes de compromisso – extremamente tênues e frágeis em um contexto de confinamento - são estabelecidas tão recorrentemente que se tornam rotineiras ao longo do tempo e ambos os lados desenvolvem grandes expectativas em relação ao cumprimento do que foi previamente estabelecido⁸⁹. A quebra dessas combinações por qualquer um dos lados pode ter efeitos imprevisíveis, sobretudo, para os guardas.

São eles a ocupar uma posição de superioridade nos ambientes prisionais e, por isso, não podem “relaxar” demais a vigilância de modo a minarem sua “moral” perante a população prisional. E, ao mesmo tempo, não podem recorrer à violência física constantemente como meio principal de controle para reafirmarem tal posição⁹⁰. O guarda habilidoso precisa encontrar no longo processo de aprendizagem da sua atividade custodial um ponto de equilíbrio entre a omissão completa em relação ao seu dever de vigilância e a repressão violenta a qualquer forma de resistência por parte dos prisioneiros.

O recurso à violência pode levar a perda de legitimidade, os presos podem ficar menos dispostos a colaborar, criar condições relativamente instáveis e, dependendo da gravidade dos acontecimentos, podem levar a rebeliões ou motins. O confronto com os presos consistia em uma prática a ser evitada devido

⁸⁹ HEPBURN & CREPIN, 1984, p 145.

⁹⁰ MARQUART, 1986, p. 1986.

ao cenário de instabilidade e imprevisibilidade que tal ação poderia gerar. Normalmente os guardas considerados “agressivos” são mal vistos pela direção e pelos seus pares por representarem uma ameaça à estabilidade interna da prisão⁹¹. Soma-se a isso, o fato de que, em situações de rebeliões são os guardas os alvos principais dos prisioneiros.

No entanto, na PAN, nem todo guarda dispunha de um estoque de conhecimento para lidar estrategicamente com a população de presos, conquistarem a cooperação das lideranças para manter a ordem nos pavilhões e esquivar das tentativas de “corrupção da autoridade”. Na “turma dos guardas”, a alta rotatividade gerava indivíduos despreparados para cumprirem de forma eficiente as atividades de custódia dos prisioneiros. E, por vezes, certos excessos cometidos por alguns guardas destruíam a coesão gerada pelos “acordos tácitos” com as lideranças.

Muitos guardas para demonstrarem a sua autoridade confeccionavam artesanalmente um bastão chamado por eles de “mutamba” ou “chico doce”, como citado pelo entrevistado anteriormente. Esse instrumento era usado em práticas de violência física como o “chá da casa” (tortura física e psicológica) aos recém-chegados à penitenciária e o “côro” (murros, chutes e pontapés) quando os internos extrapolavam os limites de tolerância⁹² nas interações estabelecidas como, por exemplo, tentativas de proximidade física e desrespeito para com os guardas (xingamentos, agressões e ameaças).

No ano de 1982 a relação entre presos e guardas (despreparados) produziu “fugas misteriosas” na PAN que acabaram minando a disciplina interna e as bases de legitimidade da autoridade do guarda. O *staff* prisional perdia aos poucos o controle sobre a penitenciária e as próprias relações se reconfiguravam no interior da penitenciária em razão da chegada dos presos das carceragens policiais⁹³. A “super vigilância” exercida pelos guardas sobre os prisioneiros da PAN, motivo de muita reclamação pelos presos, tornava-se algo do passado, com a chegada constante de novos presos.

⁹¹ FREITAS, 1985, p. 30.

⁹² FREITAS, 1985, p. 31.

⁹³ PAIXÃO, 1991, p.64.

O despreparo dos guardas, o baixo envolvimento institucional, uma direção ausente e pouco centralizada, o encaminhamento crescente de presos oriundos das carceragens policiais e o crescimento da população prisional contribuíram amplamente para o colapso da ordem prisional nas penitenciárias e carceragens policiais em meados da década de 1980. Os motins e rebeliões daquele período revelaram a erosão institucional do sistema penitenciário mineiro e a necessidade de ampliação de novas vagas, de construção de novas penitenciárias, de transferência gradativa dos presos das carceragens para as penitenciárias e de recrutamento de novos guardas.

Em meados da década de 1980 a “exemplaridade” da PAN começa a ser corroída devido ao encaminhamento constante de presos para o estabelecimento, a ascendência de lideranças violentas sobre a massa carcerária, o surgimento de mortes violentas entre os internos e uma direção prisional pouco centralizadora frente aos problemas de deterioração das condições materiais da unidade. A seletividade para a composição de sua população prisional havia deixado de vigorar, pois a cada novo motim na polícia civil, novos presos das carceragens policiais eram transferidos para a PAN. O perfil do preso encaminhado para a penitenciária se distanciava cada vez mais da clientela predominante desde a sua inauguração em 1937, ou seja, o criminoso “ocasional” considerado de “baixo risco”, de origem rural, mais velho e homicida.

Em novembro de 1984, acontece algo inesperado, os presos da PAN fazem um motim, reivindicando melhorias na alimentação e revisão pela direção das barreiras impostas às saídas regulares dos presos previstas no regime progressivo. Guardas são tomados como reféns e o pavilhão administrativo da unidade foi depredado. Não ocorreram mortes e os amotinados buscaram formas de diálogo com as autoridades estatais⁹⁴. A reação do governo estadual diante deste movimento foi a transferência dos internos identificados como líderes para o Depósito de Presos da Lagoinha e para a carceragem da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte⁹⁵.

⁹⁴ PAIXÃO, 1985a, p. 01.

⁹⁵ PAIXÃO, 1985b, p. 106.

No ano seguinte, são os presos das carceragens da polícia civil que protagonizam de forma simultânea pequenos motins e tentativas de rebelião. Em março de 1985 as carceragens policiais de Belo Horizonte e Juiz de Fora contabilizaram 11 mortes, por chutes e enforcamentos. Nas celas da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, no dia 06 de maio de 1985, os presos escolheram os companheiros de cela considerados mais fracos e “sortearam” dois que deveriam ser mortos, prática conhecida nas cadeias como “sorteios da morte”⁹⁶. Essas condições reunidas levaram ao agravamento dos problemas de “corrupção da autoridade” do guarda e a instabilidade da ordem na penitenciária, conforme descrito por Paixão (1991, p.72):

A encenação metódica de novos “sorteios da morte” e a indignação coletiva que acompanhou sua divulgação pela imprensa moveu as autoridades do Estado, pressionadas também pela reação do Judiciário, a atuar no sentido de, pelo menos, deter a sucessão de mortes publicamente anunciadas. Uma das galerias da PAN foi transformada em ala de segurança máxima, enquanto as autoridades esperam que a solução do problema carcerário resulte da construção de uma penitenciária de segurança máxima na região metropolitana de Belo Horizonte

Essa crise⁹⁷ no sistema penitenciário mineiro fez com que os governos estaduais – Newton Cardoso (1987-1990), Hélio Garcia (1991-1994) e Eduardo Azeredo (1995-1998) - adotassem medidas emergenciais no decorrer dos anos para minimizar a instabilidade nas penitenciárias, dentre elas, a substituição do regime progressivo pelo regime de tranca, a transferência gradativa dos presos das carceragens para as penitenciárias, a construção de uma penitenciária de segurança máxima na Região Metropolitana de Belo Horizonte⁹⁸, a reestruturação dos órgãos responsáveis pelas unidades prisionais do Estado⁹⁹ e a realização de um concurso público para novos guardas. O efetivo encontrava-se extremamente deficitário em razão do vínculo precário dos contratos temporários, dos baixos

⁹⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/v/mgtv-30-anos-ciranda-da-morte-em-presidios-de-bh-veio-a-tona-nos-anos-90/2372502/>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2018

⁹⁷ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/08/interna_gerais,837872/crise-carceraria-ja-foi-vivida-em-minas-gerais-episodio-ficou-conheci.shtml>. Acesso em 20 de Janeiro de 2018.

⁹⁸ PAIXÃO, 1991, p.72.

⁹⁹ No ano de 1988, o Departamento de Organização Penitenciária - DOP foi extinto e criada a Superintendência de Organização Penitenciária – SOP (Decreto 28.330, de 06 de Julho de 1988). A SOP teria como objetivo a administração da execução das penas privativas de liberdade e das medidas de detenção, bem como a reintegração social do interno e o amparo ao egresso em seu processo de reintegração à sociedade (ROCHA, 1999).

salários, das demissões recorrentes e, por conseguinte, da alta rotatividade do grupo nas penitenciárias.

No ano de 1994, foi realizado o primeiro concurso para guarda penitenciário¹⁰⁰ (exigência de primeiro grau completo para ingresso) no Estado de Minas Gerais e a posse de aproximadamente 600 novos guardas ocorreu no dia 03 de Janeiro de 1995. Também foi criada, nesse mesmo ano, a Escola de Serviços Penitenciários do Estado de Minas Gerais com o objetivo de desenvolver atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento voltados aos servidores do sistema penitenciário.

A constituição de um corpo de funcionários efetivos nas penitenciárias resultou na criação no ano de 1996, por um grupo de guardas, da Associação dos Servidores da Secretaria de Estado de Justiça¹⁰¹. Esse grupo liderou movimentos reivindicatórios com cobranças ao governo estadual relacionadas ao cumprimento das horas de trabalho previstas no edital do concurso de 1994 e o pagamento de horas extras. Também participaram da greve geral da segurança pública em Minas Gerais no ano de 1997.

O vigilante, ele não precisava nem saber escrever para tomar conta do preso em 1938, já o monitor ele tinha que ter o quarto ano de grupo, o guarda de presídio precisava ter o ensino fundamental até a oitava série, o guarda penitenciário, o primeiro concurso de julho de 1994, ele precisava ter o primeiro grau completo (...). Com a criação da nossa associação sindical a gente veio fazendo algumas lutas, algumas greves e algumas outras situações, como a greve de 1997 em que o cabo Valério teve a vida ceifada. Aquele movimento, nós também estávamos participando daquela greve e naquele momento nós tivemos algumas vitórias (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 08 - COPE)

Com a greve geral de 1997, liderada pelos praças da polícia militar de Minas Gerais e com participação minoritária de outros profissionais da segurança pública, reivindicavam melhores salários, melhores condições de trabalho, reformas no regulamento interno da corporação e o fim dos privilégios e abusos

¹⁰⁰ Neste ano mudou-se a nomenclatura, no Estado de Minas Gerais, de guarda de presídio para guarda penitenciário.

¹⁰¹Disponível em: <www.sindaspmg.org.br/sindasp/institucional>. Acesso em 01 de Fevereiro de 2018.

dos oficiais¹⁰². O governo estadual para cessar o movimento concedeu os aumentos salariais solicitados pelas categorias profissionais. E, os guardas, passaram de um salário de R\$ 250 para R\$ 474 reais.

Apesar de completar mais de uma década da crise no sistema penitenciário em meados da década de 1980 poucos foram os avanços em termos de mudanças efetivas na gestão desse sistema, especialmente, porque ainda permaneceu como *modus operandi* dos gestores da Secretaria de Estado de Justiça a escolha seletiva dos detentos, o rígido controle sobre as vagas nas penitenciárias, o encaminhamento de presos para as carceragens das delegacias e o recrutamento dos guardas via contratos temporários de trabalho. A persistência desses problemas foi objeto de denúncia por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário instalada no ano de 1997 pelos deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Essa comissão também exigiu da secretaria de governo a implantação de uma política carcerária alinhada com o Programa Nacional de Direitos Humanos¹⁰³.

No ano de 1998, como tentativa de solução para o problema prisional no Estado, foi inaugurada a Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, localizada na cidade de Contagem. Essa penitenciária fora criada como resposta a emergência dos “novos tipos de criminosos”, sobretudo, aqueles condenados pela justiça considerados de “alta periculosidade”. Sua instalação também significou um marco na política penal do Estado devido ao abandono progressivo do modelo de recuperação característico da PAN e a adoção do modelo de segurança máxima (celas de confinamento solitário, regime de tranca e controle rígido dos comportamentos).

No final da década de 1990 o sistema penitenciário mineiro contava com 12 (doze) estabelecimentos prisionais e uma população de aproximadamente 2.188 (dois mil cento e oitenta e oito) presos. Dentre os 12 estabelecimentos, 08

¹⁰² No ano de 1997 ocorreu um ciclo nacional de protestos no país (quatorze estados da federação) nas polícias militares, iniciando no Estado de Minas Gerais. Cerca de dois mil policiais militares em greve participaram de uma caminhada na cidade de Belo Horizonte reivindicando melhorias para a organização. Uma das situações mais emblemáticas desse protesto da PM foi a morte do cabo Valério em uma situação tensa de confronto em um dos dias de greve na Praça da Liberdade (ALMEIDA, 2010).

¹⁰³ Ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997.

consistiam em penitenciárias, a Penitenciária José Maria Alckmin (antiga PAN), a Penitenciária José Edson Cavaliere, a Penitenciária Feminina Estevão Pinto, a Penitenciária José Abranches, a Penitenciária Nelson Hungria, a Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, a Penitenciária de Teófilo Otoni e a Penitenciária Agostinho de Oliveira Junior. Os funcionários somavam aproximadamente 1.800 (mil e oitocentos) indivíduos, sendo que, 956 (novecentos e cinquenta e seis) eram guardas penitenciários¹⁰⁴.

Aliado aos problemas estruturais do sistema penitenciário existia a demanda crescente naquele período (1990 a 1998) de adequação das prisões e dos próprios guardas ao contexto democrático vigente. Ou seja, medidas governamentais precisavam ser implantadas para controlar a atividade dos guardas nas penitenciárias e inculcar princípios de direitos humanos dos presos em seu processo de formação. A extinção da Secretaria de Estado de Justiça e a criação da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH) representaram essa tentativa de implantação de uma política de humanização nas penitenciárias em oposição a uma política centrada prioritariamente na custódia e na segurança.

I.II – A política de humanização das penitenciárias

A oposição dos guardas

As exigências de mudanças na gestão do sistema penitenciário mineiro tal como colocadas pela CPI de 1997 se constituiu como um dos principais desafios a serem enfrentados pelo governo de Itamar Franco (1999-2002). Existia uma forte expectativa pública de renovação. E, por isso, os direitos humanos foram um dos principais pilares da sua filosofia de governo¹⁰⁵. O desafio se configurava da seguinte maneira, implantar uma administração prisional democrática e sensível aos direitos humanos dos presos sob condições estruturais adversas, além de

¹⁰⁴ Ver Censo Criminológico da Secretaria de Justiça do Estado de Minas Gerais, 1998.

¹⁰⁵ Ver Programa Mineiro de Direitos Humanos, Governo do Estado de Minas Gerais, Decreto 42.150 de 10 de Dezembro de 2001.

enfrentarem uma possível oposição dos guardas à “abertura” e “liberalização” das prisões.

Uma das primeiras medidas governamentais foi a extinção da Secretaria de Estado de Justiça e a criação da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos em 1999. O primeiro secretário foi o ex-deputado estadual Luiz Tadeu Leite, porém, sua gestão durou apenas 11 (onze) meses, sendo exonerado após a eclosão de uma rebelião no centro de menores de Sete Lagoas¹⁰⁶. Após a posse da nova secretária, Ângela Maria Pace, teve início o processo de estruturação e implantação do Plano de Humanização dos Estabelecimentos Penitenciários de Minas Gerais¹⁰⁷.

Composto por doze projetos¹⁰⁸ o plano teve como ênfase a preparação educacional, profissionalizante e social dos presos (chamados no programa de recuperandos). Também existia a preocupação com a capacitação dos recursos humanos das unidades, especialmente, os guardas. Esses deveriam participar de cursos sobre legislação; direitos humanos e cidadania, defesa pessoal, comunicação e expressão e ética profissional. Esperava-se do guarda mais que um trabalho meramente custodial de vigilância - abrir e fechar celas, distribuir punições e impedir a ocorrência de conflitos – mas preocupações humanitárias com o bem-estar do preso e atendimento de forma prestativa as suas demandas cotidianas. As ações visavam “abrir” as penitenciárias e reduzir a violência institucional perpetradas pelos guardas (torturas e espancamentos), denunciada pelos membros da CPI de 1997.

Dentre os doze projetos um se destacou - o Projeto Perspectiva - em razão das ações voltadas para a recuperação dos detentos e criação de canais de comunicação diretos entre os presos e os gestores públicos (diretores e funcionários da secretaria). Para tornar essa comunicação mais eficaz foi

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1811199910.htm>>. Rebelião faz Itamar exonerar 2º escalão da Secretaria da Justiça. Acesso em: 12 de Março de 2018.

¹⁰⁷ Ver Plano de Humanização dos Estabelecimentos Penitenciários de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, Decreto 41.097 de 07 de Julho de 2000.

¹⁰⁸ O Plano consistia em doze projetos, são eles: Projeto Aprender, Projeto Mãos a Obra, Programa Pintando a Liberdade, Projeto Libertar-se, Núcleo de Apoio Familiar, Projeto Centro de Juventude, Projeto Acompanhamento das Penas Alternativas, Treinamento e Capacitação dos Guardas Penitenciários, Projeto Perspectivas, Administração de Conflitos e Projeto Cidadão Infante Juvenil. In: Plano de Humanização dos Estabelecimentos Penitenciários de Minas Gerais, 2000.

proposta a eleição de presos representantes de pavilhões para expor os principais problemas, denúncias de maus tratos e as reivindicações de melhorias da população prisional.

A secretaria de direitos humanos procurou abandonar a política anterior de não envolvimento nos assuntos internos das prisões, começou a supervisionar a administração e colocar limites à atuação dos guardas. Os guardas sentiram-se acuados com as medidas de abertura progressiva das penitenciárias - dentre elas, a suspensão do regime de tranca dos presos¹⁰⁹ -, com o acompanhamento das ações do plano pelos funcionários da secretaria, com a supervisão direta da secretária e com a visibilidade pública do cotidiano carcerário.

Promoveu entre os presos a chamada 'liderança de preso', ou seja, cada unidade prisional tinha um líder de pavilhão. Na Penitenciária José Maria Alckmin, nós tínhamos quatro pavilhões – capela, lavoura, máxima e cinema -, seiscentos presos, cento e cinquenta preso para cada pavilhão, cada pavilhão desses podia eleger um representante que seria o preso que poderia negociar as melhorias com o diretor da unidade. Isso fere a lei de execução penal totalmente. O preso não está ali, não é para fazer lideranças não, o preso está ali para cumprir a sua pena. A gente (guardas penitenciários) foi contrário (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 08 - COPE)

As condições prisionais anteriores a implantação do Projeto Perspectiva forneciam aos guardas alguma quantidade – mesmo que limitada – de poder sobre a população prisional e o objetivo do seu trabalho estava bem expresso: garantir a segurança da penitenciária. O alheamento da direção em relação aos problemas cotidianos nos pavilhões era tão grande que os guardas gozavam de plena autonomia decisória para lidar com os presos realizando acordos, negociações e recorrendo a diversos mecanismos de controle para manter os pavilhões em ordem, como descrito na seção anterior.

No decorrer do processo de “abertura” a situação foi se agravando à medida que se ampliava a liberdade dos presos (livre circulação dos representantes de pavilhão pelas dependências internas das unidades e participação em diferentes projetos educacionais e profissionalizantes) e, ao mesmo tempo, limitava-se a

¹⁰⁹ Os presos foram autorizados a ficar soltos nos pátios dos pavilhões durante o dia e retornar para suas celas somente durante a noite.

vigilância e o exercício da autoridade dos guardas. As mudanças a serem realizadas estavam imbuídas de uma forte crença na eficácia das medidas humanitárias e reabilitadoras¹¹⁰ voltadas para os ambientes prisionais.

Um pavilhão fechado na Nelson Hungria que o cara (preso) teria de tomar no mínimo duas horas de banho de sol, você abria o pavilhão de manhã e se você conseguisse fechar ele onze horas da noite, você tava no lucro. Muitas vezes o pavilhão ficava totalmente aberto. Final de semana entrava combis e combis de alimentação, churrasco final de semana, piscina, freezer, chegou a um ponto e isso eu presenciei no pavilhão 12, deles cerrarem as duas portas de entrada do pavilhão para poderem colocar um freezer dentro do pavilhão. Então, isso tudo ficava a cargo do representante e quando você, muitas vezes, ia dar geral, alguns locais, vocês não tinha esse acesso, para você dar a geral (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

Diante dessas ações os guardas se mostravam completamente avessos a qualquer medida que colocasse em risco a segurança da penitenciária. Também existia uma dificuldade em compatibilizar a “liberalização” do regime prisional com as práticas rotineiras de manutenção da disciplina. Nos cursos de “requalificação profissional” estruturados pelos gestores da secretaria eles foram instruídos a serem mais tolerantes, mais flexíveis e mais compreensivos com os presos e, ao mesmo tempo, solicitados a garantir a integridade física individual dos mesmos. Ou seja, deveriam desempenhar um papel mais bifurcado¹¹¹ ao procurarem no dia-a-dia compatibilizar duas orientações distintas (custódia e tratamento) em relação aos prisioneiros. Tais instruções, completamente ambíguas para os guardas¹¹², os deixaram impotentes, pressionados, desorientados e vulneráveis. O objetivo de tratamento humanizado também demandava relações de maior proximidade e de ajuda para com os prisioneiros, fonte de profunda tensão devido ao temor da “contaminação social”.

Na visão dos guardas, os presos exploravam estrategicamente as medidas de “abertura” proporcionadas pelo Projeto Perspectiva. Os postos de representantes

¹¹⁰ Nos anos de 1950 e 1960 ocorreram movimentos reivindicatórios nos EUA em relação ao reconhecimento dos direitos humanos dos presos, exigências de melhorias das condições de aprisionamento e da efetivação da “ideologia reabilitadora” que orientava os grupos. Buscou-se pressionar os governos para realizarem reformas administrativas humanitárias nas prisões. Esse movimento influenciou várias correntes em diferentes países a revisarem as medidas de controle empregadas nas prisões. Para uma análise desse período de mudanças na forma de administração cotidiana nas prisões dos EUA ver, por exemplo, Jacobs (1977), Irwin (1980), Crouch & Marquart (1989) e MacClerry (1961).

¹¹¹ CRESSEY, 1959, p. 14.

¹¹² HEPBURN & ALBONETTI, 1980, p. 447.

de pavilhões, ao invés de serem escolhidos democraticamente pelos presos como previsto nas normas do Perspectiva, eram ocupados pelas antigas lideranças, que ascendiam a tais posições na população prisional em razão do histórico criminal violento e do poder financeiro (como, por exemplo, os líderes do tráfico de drogas da RMBH). Os líderes de pavilhão eram conhecidos, tanto dentro quanto fora das penitenciárias (mídia, polícias e justiça), pela sua alcunha e pelos inúmeros crimes praticados. Esses representantes devido à livre circulação no interior das penitenciárias começaram a confeccionar artesanalmente armamentos e a furtar facas e foices nas cozinhas e nas hortas, para a sua defesa em futuras rebeliões ou motins, segundo os guardas.

Esse “clima” de tensão estabelecido no cotidiano prisional agravou-se quando os guardas se tornaram o alvo preferencial das ações do projeto. A revolta dos guardas à política de humanização atingiu seu ápice com a tentativa da secretaria de uniformizar somente esse grupo nas penitenciárias. Os presos, por outro lado, permaneceriam com suas próprias roupas. Isso significou para eles uma inversão dos princípios que regem a vida prisional, uma vez que, são os presos os indivíduos a serem vigiados e controlados. Sentiram-se completamente pressionados e limitados a agir no exercício cotidiano do seu papel custodial. De um lado, encontravam-se os presos com ampla liberdade de circulação pela unidade e desenvolvendo estratégias para neutralizar sua autoridade e, do outro, os diretores, a polícia militar e os gestores da secretaria, impondo severas restrições às atividades de vigilância.

Existia um sentimento generalizado entre os guardas de que não dispunham dos meios necessários para o desempenho satisfatório do seu trabalho. As inovações humanitárias despojavam o guarda da sua habilidade tradicional de administrar o cotidiano prisional por meio de “acordos táticos”, estratégias de “acomodação” da vigilância e negociações com as lideranças dos pavilhões.

A redução progressiva da autonomia do guarda para negociar com as lideranças de presos a tranquilidade nos pavilhões gerou um ambiente cada vez mais frágil e precário. Os presos representantes de pavilhões desafiavam a autoridade dos guardas ao buscarem diálogo direto com o diretor da unidade ou com algum

representante da secretaria. Ou seja, tornavam-se cada dia mais menos dependentes dos guardas.

Os guardas, pressionados de ambos os lados, relaxaram a vigilância e tornaram-se omissos a qualquer problema a surgir no interior dos pavilhões. Estavam impossibilitados de exercerem plenamente sua autoridade no cotidiano prisional e se negavam a estabelecer contatos mais próximos com os presos alinhados com as demandas de individualização do tratamento colocadas pela secretaria. Queixavam-se do fato dos prisioneiros possuírem tantos direitos que estava impossível manter a disciplina nos pavilhões. E, com isso, assumiam uma postura mais adversária em relação à política de humanização. Relações interpessoais no interior das penitenciárias tornaram-se, portanto, mais distantes, mais impessoais e mais fechadas.

Essas condições reunidas geraram um quadro de desconfiança generalizada, imprevisibilidade e instabilidade nas penitenciárias¹¹³, ocasionando sucessivas rebeliões, fugas e motins. No ano de 2001 foram contabilizadas 12 (doze) rebeliões, 2 (dois) motins e 8 (oito) fugas no Estado de Minas Gerais. As penitenciárias, José Maria Alckmin e Nelson Hungria, tornaram-se o centro irradiador de desordem institucional. Entre os anos de 2000 e 2001, na Penitenciária Nelson Hungria, foram registradas 06 (seis) rebeliões¹¹⁴.

O mais complicado na Nelson Hungria foram as rebeliões. Eu cheguei a ficar dois dias... um dia e pouco, quase dois dias de refém. Ficamos 17 guardas e dois Polícias Militares. Porque você não sabe o que passa na cabeça do preso né?! E tinha familiar de preso, e o interessante é que essa rebelião que foi, foi no final de semana, então tinha familiar de preso que estava ameaçando mais a gente que os presos. Tinha familiar de preso que pegava a faca e ficava passando no chão assim e apontando pra gente (...). E a gente negociava lá. Tipo assim, o líder, o inspetor nosso entrava, ou o major entrava tentava negociar, entendeu?. E ficava lá aquele bate-boca com os presos lá, mas ninguém tinha treinamento nem nada. Entrava todo mundo de qualquer jeito, entrava com pedaço de pau do tamanho que quisesse. Se precisasse de uma reação não sabia quem ia reagir (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - PNH)

¹¹³ De acordo com Coelho (2005, p.135) os sistemas penitenciários são extremamente sensíveis a qualquer tipo de interferência ou estímulos externos. Pequenas mudanças administrativas a serem realizadas podem causar fortes expectativas nos presos, desconfiança por parte dos guardas e gerar um clima de tensão no cotidiano das penitenciárias.

¹¹⁴ Ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2002.

No ano de 2002, uma rebelião na Penitenciária José Maria Alckmin, desvelou o colapso vivenciado pelo sistema penitenciário mineiro. Dezesete funcionários foram feitos de reféns¹¹⁵. Os presos rebelados denunciavam a falta de concessão de benefícios àqueles que teriam direito à revisão de sua pena e os privilégios concedidos pelos diretores às lideranças na unidade prisionais. No pavilhão do regime semi-aberto a prática dos “pulões” (na gíria dos presos), fuga de um dia sem o conhecimento da direção, consistia em uma prática comum. Os presos autorizados a trabalhar nas oficinas agrícolas saíam da unidade pela manhã e somente retornavam a noite, sem qualquer tipo de vigilância ou fiscalização pela direção da unidade.

Os obstáculos enfrentados no decorrer dos anos pela política de humanização foram inúmeros e as ações de “abertura” das penitenciárias foram marcadas por um curto período de efetiva existência¹¹⁶. A crença na eficácia de uma política voltada para os direitos humanos dos presos foi sendo minada a cada fuga, motim ou rebelião. Após a denúncia de que a liberação pelos gestores do Projeto Perspectiva de pernoite de menores (filhos de detentos) nos dias de visita estava intensificando o tráfico de drogas e a exploração sexual nas penitenciárias¹¹⁷ tornou insustentável a continuidade das ações de humanização. Os discursos a partir daquele momento destacavam o fracasso da política e a necessidade de restauração da ordem através do “fechamento” das penitenciárias.

O sistema prisional de 1994 até 1999, ele era muito tranqüilo, porque existia a questão da disciplina, existia a questão do respeito tanto de preso como também de funcionário, um sistema mais fechado, mais seguro. A partir de 1998, começou-se o sistema abrir até por conta de mudanças de governo, então, se criou um programa chamado Perspectiva, que começou a inverter um pouco os valores, começou-se a dar mais direito ao sentenciados, reclassificando eles como recuperandos e ventilou-se também a mesma possibilidade de treinamento e curso para os agentes (...). Então, com isso, a gente começou a ter várias rebeliões no período de 2000 até 2003, começou a ter em todas as unidades prisionais uma organização dos presos.

¹¹⁵Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,termina-a-rebeliao-em-ribeirao-da-neves,20021229p22172>>. Acesso em: 26 de Abril de 2018.

¹¹⁶ Para uma análise das políticas de humanização implantadas nos sistemas penitenciários do Rio de Janeiro e São nas décadas de 1980 e 1990, ver, respectivamente, os trabalhos de Coelho (2005) e Góes (2009). Essas análises apontaram os entraves encontrados pelos governos ao buscarem adequar as prisões ao contexto democrático vigente, sobretudo, no que diz respeito aos direitos dos presos, controle sobre a atividade dos guardas e maior supervisão do poder público sobre a administração cotidiana das penitenciárias dos Estados. Mostraram como as políticas humanizadoras acirraram o dilema prisional em torno dos objetivos de segurança *versus* reabilitação.

¹¹⁷ Ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2002.

Foi quando se começou a ventilar o PCC mineiro¹¹⁸, o Primeiro Comando Mineiro aqui, tanto na Nelson Hungria liderado pelo Liberar-te, que era uma organização que tinha na Penitenciária José Maria Alckmin. E na Penitenciária de Contagem (Nelson Hungria) começou-se a ventilar a criação do PCC mineiro com articulação de presos (...). Então, com isso, a gente precisava do quê, a gente precisava fechar o sistema novamente, porque estava totalmente aberto (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

As denúncias de um processo em curso de formação de “comandos” organizados de presos liderados pelos traficantes das penitenciárias do Estado mobilizaram a opinião pública, os gestores da secretarias e os guardas¹¹⁹. Essas informações também evidenciavam que a política persistente executada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de controle das vagas nas penitenciárias e encaminhamento progressivo dos criminosos urbanos considerados mais “perigosos” para as carceragens policiais com vistas a preservar a imagem de “placidez” do sistema penitenciário mineiro não surtia mais o efeito esperado. No final de 2001, existiam aproximadamente 18.735 presos no Estado de Minas Gerais, sendo que 14.812 (79%) encontravam-se nas carceragens policiais e somente 3.923 (21%) nas unidades prisionais¹²⁰.

Diante desse cenário os guardas penitenciários começaram a se mobilizar politicamente enquanto categoria profissional para retomar o controle e ampliar o seu poder sobre a administração cotidiana das penitenciárias. Esse movimento foi se alinhando progressivamente junto aos gestores do novo governo eleito em Minas Gerais no ano de 2003 cujo propósito consistia em reduzir os índices de criminalidade violenta, reverter o quadro precário das organizações policiais (militar e civil) e a instabilidade nas penitenciárias do Estado.

¹¹⁸ Alusão à organização criminosa paulista Primeiro Comando da Capital – PCC, criada no ano de 1993.

¹¹⁹ Ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2002.

¹²⁰ Ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2002.

I.III – A mudança de política na administração prisional

Os Agentes de Segurança Penitenciária

Os primeiros anos do governo Aécio Neves (2003-2010) foram marcados por um processo de investimento na gestão da segurança pública no Estado, especificamente, estratégias de integração das polícias, delineamento de uma política de prevenção de homicídios e modernização do sistema penitenciário. A criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) no ano de 2003, em substituição às antigas Secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Direitos Humanos, representou um período de centralização administrativa, tentativa de articulação das organizações do sistema de justiça criminal e separação das atribuições dos órgãos do governo¹²¹.

O programa de modernização do sistema penitenciário tinha como medidas prioritárias a construção de novas unidades prisionais, a reforma das cadeias públicas, a transferência dos presos das cadeias públicas para as penitenciárias, a expansão do modelo APAC¹²² de administração prisional e a profissionalização dos guardas com o estabelecimento de uma carreira, redução progressiva do número de guardas contratos, realização de concursos públicos e investimento na formação e no treinamento da categoria profissional¹²³.

Uma das ações desse novo governo foi a implantação do chamado “Choque de Gestão” que consistia em uma reforma no modelo existente de administração pública. Buscavam tornar a gestão menos personalista, mais eficiente, eficaz e efetiva em suas ações administrativas. A área prisional havia vivenciado um período de crises sucessivas – motins nas carceragens policiais na década de 1980 e rebeliões nas penitenciárias na década de 1990 – e, por isso, tornava-se necessário uma revisão das estratégias, do modo de funcionamento interno e dos instrumentos de gestão operacional do sistema¹²⁴. Sob a responsabilidade da

¹²¹ Para uma análise mais pormenorizada desse período ver: Saporì (2007) e Ribeiro & Lopes (2018).

¹²² Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC. Consistem em ONG que possuem a prerrogativa legal para administrar estabelecimentos penais em Minas Gerais de forma independente, ou seja, sem a participação de agentes penitenciários ou policiais militares

¹²³RIBEIRO & LOPES, 2018, p.121.

¹²⁴SINHORETTO, 2016, p. 88.

Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) a política penitenciária teria como foco específico o aperfeiçoamento da segurança interna das unidades e a preparação do efetivo de funcionários para o recebimento dos presos.

Os guardas penitenciários, em razão da instabilidade e insegurança vivenciada nas penitenciárias do Estado a partir do ano 2000 com a eclosão sucessiva de rebeliões, começaram uma mobilização intensa através da Associação dos Servidores da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Dentre suas reivindicações, as principais foram: a retirada progressiva dos policiais militares do interior das penitenciárias (diretoria, muralhas, portarias e escoltas), criação de uma carreira para a categoria profissional e de um grupo tático operacional capaz de conter rapidamente os movimentos de desordem (motins e rebeliões) a surgir nas penitenciárias. Essas reivindicações foram discutidas com os gestores da SUAPI no decorrer dos anos com vistas à realização de mudanças gradativas na administração prisional cotidiana.

No ano de 2003, portanto, foi criada a carreira de agente de segurança penitenciária¹²⁵ com a exigência mínima de ensino médio completo para ingresso e, posteriormente, autorizado o porte de arma de fogo fora do serviço¹²⁶. Também foram ampliadas as atribuições a serem cumpridas nas prisões com a aprovação da Lei N° 14.695. A atividade custodial não ficaria mais restrita à vigilância interna do comportamento dos presos nos pavilhões e celas como acontecia nas décadas anteriores. Passariam a realizar escoltas, ocupar as portarias, muralhas e guaritas, que se encontravam sob a responsabilidade dos policiais militares¹²⁷. A convivência diária com os policiais militares nesses postos externos de trabalho significava para os agentes um empecilho para o desempenho completo do seu papel custodial uma vez que os policiais interferiam em alguns momentos no trabalho desenvolvido por eles no interior dos pavilhões.

Na maioria das vezes quando a PM chegava para fazer o procedimento ela fazia tudo. A gente ficava quase que afastado do procedimento dela. Você poderia

¹²⁵ Ver Lei N° 14.695 de 30 de Junho de 2003.

¹²⁶ Desde 2003 vigora a lei federal no 10.826, que permite que agentes penitenciários portem armas; contudo, cada unidade da federação passou a regular esse porte por meio de leis específicas. Minas demorou aproximadamente sete anos para regulamentar o porte de arma para agentes penitenciários, fazendo-o apenas em 3 de abril de 2009. Ver Decreto 45.084/2009.

¹²⁷ Ver Lei N° 14.695 de 30 de Junho de 2003.

acompanhar, abrir uma cela, um acesso ou alguma coisa assim. Mas o resto, o preso, o procedimento geral numa cela, era tudo deles. Literalmente, você ficava afastado dentro da unidade prisional. (Vocês faziam uma cobertura?) Cobertura não, literalmente a gente ficava afastado mesmo. Quando ela saía, você novamente assumia o pavilhão, aí você tinha que gerenciar os problemas: 'ah! Porque o cara (policia) quebrou minha televisão', 'o cara fez isso, fez aquilo'. Os problemas eram todos seus (...). Então, a necessidade de você ter um grupo formado por agentes que sabiam trabalhar dentro da unidade prisional, para você chegar e não deixar um problema maior (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

Os agentes integrantes da associação buscaram aperfeiçoar suas ações e estratégias de controle sobre a população prisional para progressivamente ocuparem o lugar dos policiais militares nas penitenciárias. E, por isso, foram conhecer a experiência do Serviço de Operações Especiais (SOE) do Estado do Rio de Janeiro. Fundado em 1989 o SOE foi pioneiro no país na criação de um grupamento tático especializado formado por agentes para atuar no interior do sistema penitenciário carioca. O grupamento se subdivide em duas especialidades, são elas: o serviço de escolta e o serviço de intervenção tática¹²⁸. Além de ministrem cursos de qualificação profissional no âmbito da Escola de Gestão Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, ligada à Secretaria de Administração Prisional.

O conhecimento dessa experiência do Rio de Janeiro e a coleta de materiais (normativas, regimento interno, planos de ensino dos cursos de qualificação, programas de treinamento e fotos) na base operacional do SOE estimularam os agentes a criarem um grupamento nos mesmos moldes no Estado de Minas Gerais.

Essa proposta foi apresentada ao subsecretário de administração prisional à época (Dr. Agílio Monteiro), aceita pelos gestores do governo estadual e, posteriormente, realizou-se junto a recém-criada Escola de Formação do Sistema Prisional e Socioeducativo (EFAP)¹²⁹ uma seleção de agentes no Estado para a composição do novo grupamento. Um dos critérios principais observados para o recrutamento consistia em ampla experiência de trabalho nas penitenciárias e conduta profissional ilibada. E, ao final, foram recrutados 40 (quarenta) indivíduos

¹²⁸ Disponível em: <<http://www.sindsistema.com.br/noticias/146>>. Acesso em: 15 de Abril de 2018.

¹²⁹ Ver Lei 14.695 de 30 de Julho de 2003.

para a realização de um treinamento no Batalhão de Polícia Militar das Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM)¹³⁰.

O grupamento criado no ano de 2003 foi denominado Comando de Operações Especiais (COPE) do Estado de Minas Gerais, com sede na Penitenciária José Maria Alckmin (PJMA) e com a missão inicial de restaurar a ordem nos ambientes prisionais¹³¹. Antes, porém, participaram de um curso com os policiais militares da ROTAM. O curso teve como principal objetivo capacitar os agentes para a realização de escoltas, estratégias de defesa pessoal, gerenciamento de crises nas unidades, uso da tonfa (cassetetes), uso de instrumentos de menor potencial ofensivo e manuseio de arma de fogo. À medida que o grupo foi sendo formado emergiram conflitos com as organizações policiais pelo fato do investimento maciço do governo em treinamento e definição do fardamento para a nova força pública no âmbito da segurança.

Falaram, assim, no meio da segurança pública, que o Dr. Agílio estava criando uma polícia dentro do sistema prisional. Causou certo, assim, desconforto. Por que: “polícia somos nós, agente penitenciário polícia?”. Custaram pra entender, porque a própria polícia, a própria sociedade, enxergava o agente penitenciário como um carcereiro, que ficava lá dentro da cadeia tomando conta do preso e só. A partir do momento que eles viram o agente penitenciário na rua, fazendo escolta de preso com viatura, com uniforme. Foi um salto que deu no sistema com a criação do COPE. Eles falavam: “você são agente penitenciário?”. Nós éramos indagados. “Somos agentes penitenciário”.. “Não, vocês são polícia” (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 - PJMA)

No ano de 2004 os agentes do COPE fizeram o curso de qualificação da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais (DPOE) em Brasília. O DPOE, localizado no interior do Complexo Prisional da Papuda, é considerado um esquadrão de elite especializado em intervenções nos ambientes prisionais. Foi criado em Março de 2000 e desempenha um trabalho operacional voltado para a segurança nas prisões, transporte de detentos, investigação, recaptura de foragidos e intervenções¹³². O treinamento foi voltado exclusivamente para o ensino de procedimentos para a realização de intervenções em situações de motins ou

¹³⁰Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalpm/cpe/conteudo.action?conteudo=4976&tipoConteudo=subP>>. Acesso em 30 de Abril de 2018.

¹³¹ O COPE foi criado em 29 de Maio de 2003, porém, foi regulamentado somente dois anos depois, Resolução 799/2005 da Secretaria de Estado de Defesa Social.

¹³²Disponível em: <<http://sesipe.ssp.df.gov.br/unidades/dpoe.html>>. Acesso em: 03 de Maio de 2018.

rebeliões. Foram realizadas instruções sobre o uso de munições não letais e de tiro com armas de calibre doze.

Nos primeiros anos do processo de criação da nova força foram definidos os uniformes a serem usados pelo grupo (camuflado azul com preto, conforme figura 01 abaixo), os armamentos utilizados nas escoltas e intervenções, a divisão do grupamento nos moldes do SOE (Grupo Tático de Escolta – GTE e Grupo de Operações Táticas – GOT), a padronização dos procedimentos de segurança, o símbolo do grupo (figura 02 abaixo), o investimento contínuo em treinamento e a direção do grupamento, inicialmente sob o comando e supervisão da polícia militar.

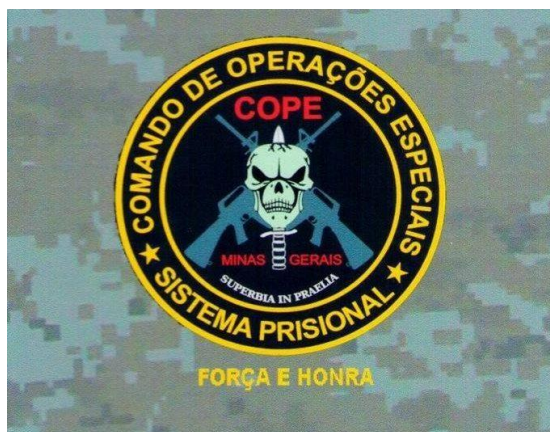
FIGURA 01 – Comando de Operações Especiais



Fonte: Comando de Operações Especiais¹³³

¹³³Disponível em: <<http://copecmdoesp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 03 de Maio de 2018.

FIGURA 02 – Símbolo do Comando de Operações Especiais



Fonte: Comando de Operações Especiais¹³⁴

O processo de constituição do COPE aliado à criação da carreira significou para os agentes um avanço em termos de reconhecimento por parte dos gestores do governo estadual, de envolvimento institucional, unificação da categoria e construção de uma identidade profissional. Existia desde a década de 1980 um desconforto da categoria em relação à ausência de marcadores de diferenciação entre guardas e presos no interior das prisões como, por exemplo, o uso de uniformes. O guarda se distinguia do preso somente devido ao porte das algemas e das chaves. Essa busca por diferenciação também se entendia para o grupo de profissionais da área da segurança pública (policiais militares, policiais civis, bombeiros e guardas municipais). De acordo com um dos entrevistados essa padronização dos uniformes significou também maior visibilidade e o COPE se tornou uma referência para os agentes.

Quando se criou essa instituição (COPE), se criou a identidade do sistema prisional. Hoje, qualquer agente do Estado ou aqui na capital ou na região metropolitana ou nos quinhões desse Estado, lá em Manga (cidade no norte de Minas). Se virar e falar assim: 'tem 40 vagas, 50 vagas para o COPE', aparecem aqui 4000 mil, 5000 mil inscrições (...). Quando o COPE chega é o COPE que dita as normas, toma as rédeas da unidade. Isso não desmerecendo os diretores e nem os colegas. Já que o COPE tem um outro tipo de treinamento. Então a gente faz o adentramento e a gente faz ali cessar esse motim ou rebelião. E junto com os servidores daquele local (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 08 - COPE)

¹³⁴Disponível em: <<http://copecmdoesp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 03 de Maio de 2018.

A primeira turma do COPE (treinados pela ROTAM e pelo DPOE) percorreu as unidades prisionais do Estado para realizar o “fechamento” do sistema e treinar os agentes penitenciários em relação ao manuseio da tonfa, técnicas de algemação, técnicas de defesa pessoal e o uso de gases em situações de motins. O “fechamento” foi realizado com o retorno ao sistema de tranca. Ou seja, a permanência dos presos nas celas durante todo o dia (23h) e saídas somente nos momentos do banho de sol (1h)¹³⁵. Esse sistema de controle estrito da população prisional se diferenciava do adotado anteriormente no período de vigência do Projeto Perspectiva (2000-2002) no qual os presos ficavam soltos durante todo o dia no interior dos pavilhões e somente retornavam para as celas no período da noite.

No interior das penitenciárias, os policiais militares foram progressivamente retirados das funções de segurança externa e o monopólio sobre o controle da população prisional foi sendo transferido aos agentes. O investimento na especialização da atividade custodial significou uma redução da dependência dos agentes em relação às forças especiais da polícia militar (Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE), especialmente, nos momentos de motins e rebeliões¹³⁶. A atuação considerada “amadora” dos agentes frente a tais episódios ensejou uma busca pelo emprego de estratégias de atuação mais repressivas, táticas e operacionais.

A gente passou por várias rebeliões, então muitas vezes a gente não sabia direito como iria agir. Igual, particularmente, eu passei por rebeliões, nunca fiquei refém. Mas só que a gente agia muitas vezes no impulso. Igual teve uma vez no pavilhão lá em Contagem (Penitenciária Nelson Hungria) que a gente teve que segurar uma rebelião na pedra. Os caras começaram a quebrar pavilhão, a gente não tinha bastão, não tinha nada, então jogamos pedra nos presos. Tacamos pedra nos presos para os presos não quebrar mais a parede para poder vazar. Então, seguramos na pedra até o antigo BME, depois virou GATE e hoje é o BOPE¹³⁷. Que chegaram e jogaram granadas. Conseguiram conter, invadiram e resolveram a situação (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 – COPE)

¹³⁵ COUTO, 2011, p. 33.

¹³⁶ O GATE atuava nas penitenciárias em situações extremas de instabilidade como rebeliões nas quais existiam reféns.

¹³⁷ Batalhão de Operações Especiais – BOPE da Polícia Militar de Minas Gerais. Ver: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/cpe/conteudo.action?conteudo=4972&tipoConteudo=subP>.

Também se começou a colocar em prática a política de transferência dos presos das carceragens policiais para as penitenciárias e a construção de novas unidades prisionais. Em 1999 foi criado um planejamento estratégico para a realização da transferência dos presos das carceragens da Polícia Civil para o sistema penitenciário, porém, esse plano não foi efetivado, permanecendo estagnado até 2002, com a justificativa de que o orçamento não era suficiente para executar as mudanças em razão da crise fiscal pela qual passava o governo estadual¹³⁸.

Em 2004, com a Resolução N° 742/2004 da Secretaria de Defesa Social (SEDS) foi aprovado o Regulamento Disciplinar Prisional do Estado de Minas Gerais (REDIPRI), estabelecendo normas de conduta e disciplina a serem cumpridas em todos os estabelecimentos penais do estado subordinados a SUAPI. Iniciava-se, portanto, um processo de centralização administrativa do sistema penitenciário, contrastando com os períodos anteriores caracterizados pela descentralização, nos quais as unidades prisionais possuíam seus próprios regulamentos e os diretores desfrutavam de ampla autonomia para gerenciar os presos e contratar seus funcionários. Foram definidas novas regras para a ocupação dos cargos de direção das unidades sendo reservado o direito aos agentes penitenciários de assumirem tais postos. Os gestores buscaram padronizar os procedimentos de segurança, organizar o trabalho nas prisões, centralizar as decisões e exercer maior supervisão sobre a atuação dos diretores.

De 2003 a dezembro de 2006 foram construídas em Minas Gerais onze penitenciárias para presos sentenciados, oito novas cadeias públicas/presídios para presos provisórios e desativadas quinze carceragens de unidades da polícia civil. No ano de 2004 realizou-se um concurso público para agentes de segurança penitenciária e foram selecionados 1.500 novos agentes¹³⁹. Também começou a ser implantado o Modelo Referencial de Gestão Prisional, a Diretoria de Inteligência do Sistema Prisional com o objetivo de monitorar e desarticular os

¹³⁸ CRUZ & BATITUCCI, 2011, p. 11.

¹³⁹ SAPORI, 2007, p. 143.

possíveis grupos organizados de presos (facções criminosas e gangues)¹⁴⁰ e criados os Grupos de Intervenção Rápida (GIR) no interior das penitenciárias.

A missão do COPE ficou restrita a atuações em situações excepcionais de motins ou rebeliões nas penitenciárias do Estado¹⁴¹ e a realização de escoltas consideradas de “alta periculosidade” (como, por exemplo, de presos considerados “líderes do tráfico” e ligados a facções criminosas). Diante do crescimento do sistema penitenciário sentiu-se a necessidade de criação de um grupamento de intervenção composto por agentes penitenciários para atuação nas próprias unidades prisionais. Os ambientes das penitenciárias ainda estavam precariamente instáveis em razão da resistência dos presos ao regime de tranca, das celas superlotadas, das suspeitas de presos ligados a facções criminosas e gangues juvenis e da chegada de novos condenados.

O grupamento, diferentemente do COPE, permaneceria e atuaria cotidianamente nas penitenciárias como uma força de reação rápida. Ou seja, realizaria intervenções táticas em casos de resistência dos presos e início de motins. A primeira experiência de criação desse grupamento denominado inicialmente de Grupo de Intervenção Tática – GIT ocorreu no Presídio Antônio Dutra Ladeira¹⁴². Sob a supervisão dos integrantes do COPE foram recrutados agentes com perfil considerado operacional ou com experiência em treinamentos do exército ou das forças policiais.

No decorrer dos anos com o propósito de aperfeiçoar e formalizar as atribuições desse grupamento realizou-se uma visita à base operacional do Grupo de Intervenção Rápida – GIR do Estado de São Paulo para conhecer a composição e o seu modo de atuação¹⁴³. Criados em 2001¹⁴⁴ os grupamentos de São Paulo realizam revistas especiais nas celas, remoção interna de presos, combatem os movimentos de indisciplina (motins, rebeliões e tentativas de fuga) e os treinamentos realizados são semelhantes aos das forças especiais da polícia

¹⁴⁰ CRUZ; BATITUCCI, 2013, p. 12.

¹⁴¹ Ver Regimento Interno do COPE. Portaria Nº01 de 03 de Julho de 2015.

¹⁴² Presídio localizado na cidade de Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

¹⁴³ Disponível em: < <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sistema-prisional-tem-tropa-de-elite-para-atuar-nas-penitenciarias/>>. Acesso em 03 de Maio de 2018.

¹⁴⁴ Ver Resolução SAP 69 de 2004 e Resolução SAP 155 de 19 de Junho de 2009.

militar, por exemplo, o BOPE. Tem uniforme próprio e equipamentos operacionais para contenção dos presos (proteção balística, armas *taser* – de eletro choque -, munições não letais e bombas de efeito moral).

No ano de 2012, foi definida a missão do GIR¹⁴⁵, os requisitos para o recrutamento dos agentes penitenciários, a composição e as funções dos integrantes, o uniforme próprio (como na Figura 03, abaixo, inspirado no modelo do exército americano), o estabelecimento de bases operacionais nas penitenciárias, os equipamentos de contenção não letal (tonfa, bombas de gás e armamentos com munição não letal) e de proteção individual (balaclava, capacetes, escudos, farda camuflada, cães) e o símbolo do grupo, escolhido pelos próprios agentes penitenciários (conforme Figura 04, abaixo).

FIGURA 03 – Grupo de Intervenção Rápida



Fonte: Associação Mineira dos Agentes e Servidores do Sistema Prisional¹⁴⁶

¹⁴⁵ Ver Resolução SEDS 1266 de 25 de Abril de 2012.

¹⁴⁶Disponível em:< <http://amaspmg.com.br/>>. Acesso em: 03 de Maio de 2018.

FIGURA 04 – Símbolo do Grupo de Intervenção Rápida

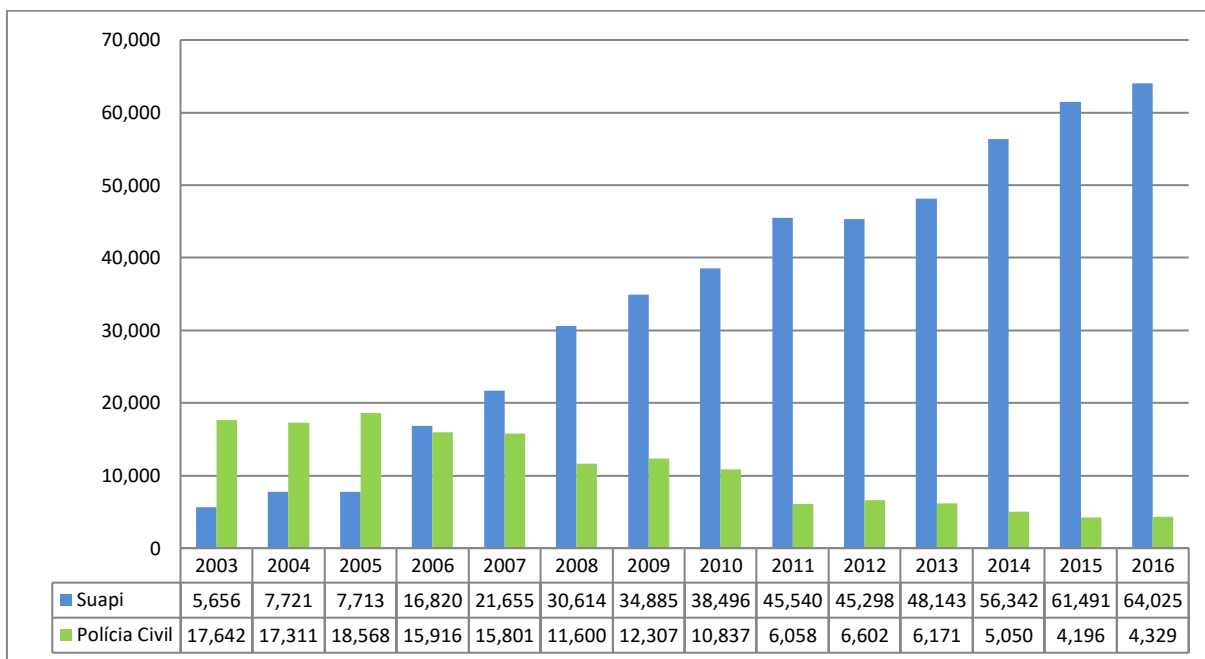


Fonte: Associação Mineira dos Agentes e Servidores do Sistema Prisional¹⁴⁷

Com a criação de diferentes estratégias de controle e de novos grupamentos especializados de agentes de segurança penitenciária (Grupo de Trânsito Interno – GTI, Grupo de Escolta Tática Prisional – GETAP e Grupo de Operações com Cães – GOC) para a manutenção da segurança nos estabelecimentos prisionais teve início, finalmente, um fluxo intenso de prisioneiros ingressando no sistema. A transferência gradativa da custódia dos presos da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional ocasionou uma mudança no cenário prisional mineiro. No ano de 2006, pela primeira vez, existiam mais presos sob o controle da secretaria do que na polícia, conforme Gráfico 01, abaixo. O encaminhamento dos condenados para as penitenciárias do estado, aliado a criação de novas vagas e a construção de novas unidades prisionais, teve como resultado uma expansão sem precedentes do sistema penitenciário.

¹⁴⁷Disponível em: <<http://amaspmg.com.br/>>. Acesso em: 03 de Maio de 2018.

Gráfico 1 – Evolução da duplicidade de gestão (Polícia Civil e SUAPI) em Minas Gerais (2003-2016)

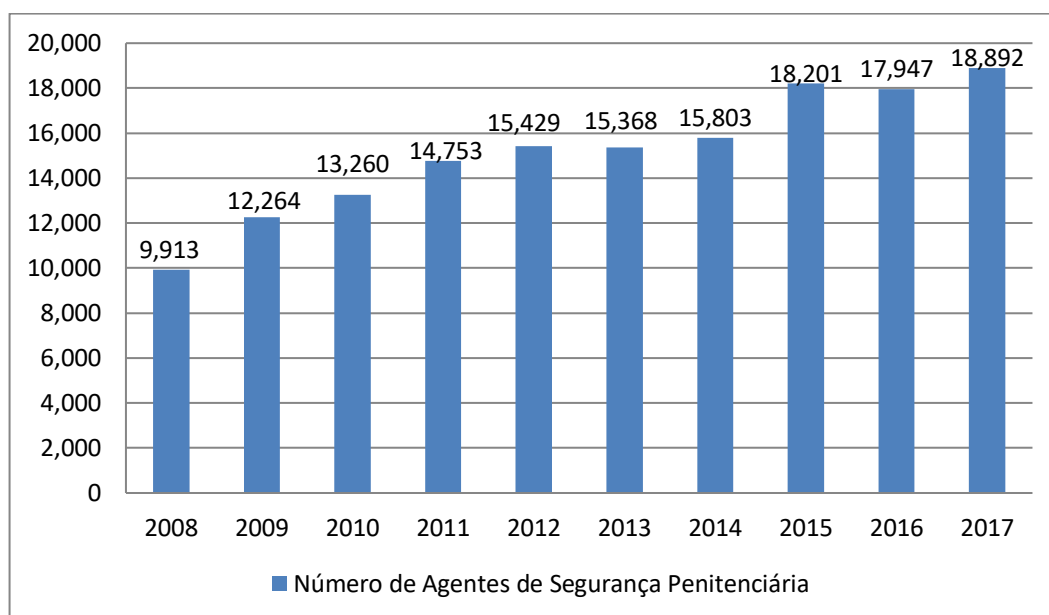


Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (2003-2016)

O grupo de agentes também cresceu *pari passu* com a população prisional. Para guardar essa população foram realizados concursos públicos nos anos de 2004, 2007, 2012 e 2013. A carreira tornou-se atrativa especialmente em razão da exigência mínima de ensino médio completo para ingresso e remuneração inicial de R\$ 4.098,00 (quatro mil e noventa e oito reais)¹⁴⁸. Buscou-se, nesse caso, sanar dois problemas em relação à categoria profissional no Estado de Minas Gerais, primeiro, a ausência de carreira para a atividade custodial, fator que gerava um grupo sem estímulo, despreparado, com alta rotatividade de pessoal e, segundo, os baixos salários, considerado fator que estimulava a corrupção dos guardas nas prisões.

¹⁴⁸ Disponível em: < www.sindaspmg.org.br/sindasp > Acesso em: 03 de Maio de 2018.

Gráfico 2 – Evolução do Número de Agentes de Segurança Penitenciária em Minas Gerais (2008-2017)

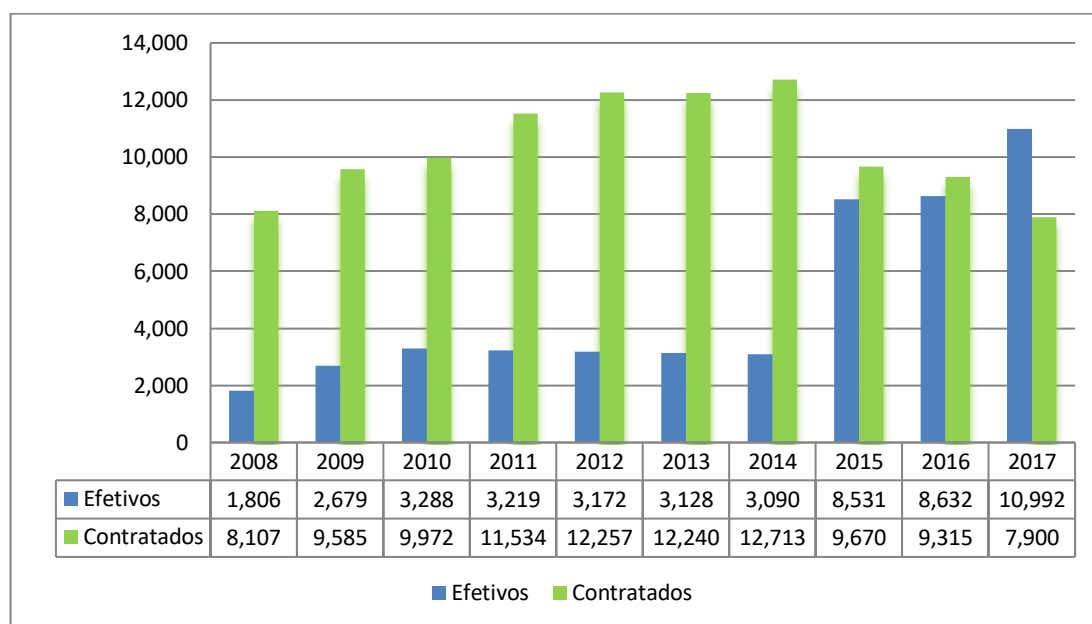


Fonte: Sistema de Administração de Pessoal de Minas Gerais – SISAP. Ferreira *et al* (2017)

Nesse sentido, o investimento em concursos públicos em detrimento dos contratos temporários de trabalho tem se tornado uma das medidas prioritárias do governo estadual nos últimos anos, conforme ilustra o gráfico 03, abaixo. O Ministério Público solicitou um planejamento do governo para a substituição gradual dos contratados pelos concursados sendo afixado um prazo máximo até o ano de 2011 para efetuarem tal modificação¹⁴⁹, porém tal exigência tem sido negociada constantemente com os representantes do Ministério Público especialmente em razão da crise fiscal pela qual tem passado o governo de Minas Gerais. Também tem sido destacado o fato dos agentes contratados serem os funcionários com maior tempo de trabalho e experiência nas prisões, aspecto fundamental no que diz respeito à atividade custodial e transmissão do conhecimento sobre o funcionamento das unidades prisionais.

¹⁴⁹ CRUZ *et al*, 2013, p.13.

Gráfico 3 – Evolução do Número de Servidores Efetivos e Contratados na Carreira de Agentes de Segurança Penitenciária em Minas Gerais (2008-2017)



Fonte: Sistema de Administração de Pessoal de Minas Gerais – SISAP. Ferreira *et al* (2017)

No entanto, no decorrer dos anos o aumento da capacidade do sistema prisional não foi acompanhado de investimentos financeiros proporcionais e recrutamento de novos agentes penitenciários. A situação de superlotação foi se agravando à medida que a segurança pública deixou de ser área prioritária em termos de inovação, especificamente, no governo de Antônio Anastasia (2010-2014). O Estado atravessava um período de crise fiscal sendo, portanto, reduzidos os custos e os investimentos no sistema prisional.

Frente a esse cenário foram retomadas as reivindicações (cobrança de melhores condições de trabalho, posse dos aprovados no concurso de 2013, aprovação da Lei Orgânica para a categoria e autorização para os agentes preencherem o Registro de Eventos de Defesa Social – REDS¹⁵⁰ nas unidades prisionais) dos agentes penitenciários através do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária – SINDASP e das associações formadas pela categoria profissional,

¹⁵⁰ O REDS consiste em um boletim de ocorrências policiais padronizado e único para as instituições, no qual são registradas os crimes do Estado de Minas Gerais. Todo fato cadastrado como REDS possui um número e este acompanhará o fato até a conclusão do inquérito, caso seja gerado. Para informações ver: <http://www2.sids.mg.gov.br/>.

como, por exemplo, a Associação Mineira dos Agentes e Servidores Prisionais – AMASP, criada em 2016.

Neste mesmo ano, realizou-se uma nova reforma administrativa¹⁵¹ no Estado de Minas Gerais – gestão de Fernando Pimentel (2015-2018) - extinguindo-se a Secretaria de Defesa Social – SEDS e criando a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP e a Secretaria de Administração Prisional – SEAP¹⁵². O sistema penitenciário devido a sua expansão nos últimos anos tornou-se uma área governamental autônoma e especializada, como tem ocorrido em diferentes estados da federação¹⁵³.

A instituição de uma secretária própria foi uma forma de voltar a atenção dos gestores para o aperfeiçoamento administrativo da gestão prisional. Por isso foram definidos regulamentos visando a padronização das rotinas de trabalho nas prisões (o Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP), medidas administrativas para conferir uma identidade institucional a área governamental (Hino da SEAP, ver Anexo V) e concedido maior protagonismo ao COPE (responsabilidade pelo treinamento dos novos agentes penitenciários e especialização das atividades dos grupamentos táticos operacionais que atuam em todas as unidades prisionais do sistema).

Uma das primeiras medidas a serem tomadas pela gestão da SEAP foi a extinção da Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Socioeducativo – EFAP e a criação de uma academia própria¹⁵⁴ para a formação e treinamento dos servidores do sistema penitenciário, inaugurada em Janeiro de 2017 e sob a direção de um policial militar.

Como exposto ao longo desse capítulo a supervisão exercida pelos policiais (civis e militares) em diferentes momentos da história sobre o trabalho desenvolvido pelos agentes nas prisões se tornou um ponto fulcral de tensão e conflitos cotidianos. Foi preciso um longo processo de mobilização política da categoria

¹⁵¹ Ver Lei 22.257 de 27 de Julho de 2016.

¹⁵² Ver Decreto 47.087 de 23 de Novembro de 2016.

¹⁵³ SINHORETTO, 2016, p. 164.

¹⁵⁴ A Academia do Sistema Prisional está localizada na cidade de Ribeirão das Neves, ao lado do Presídio Dutra Ladeira.

profissional para conquistarem progressivamente o monopólio sobre a administração cotidiana das penitenciárias e investimento na profissionalização do serviço custodial como resposta a contenção de crises sucessivas pelas quais passou o sistema penitenciário mineiro. Os agentes se sentem detentores de um saber especial - e conquistado somente por aqueles que experienciam a tarefa rotineira de custódia- sobre a população prisional e, por isso, buscaram meios juntamente com os gestores da secretaria para reduzir a dependência do seu trabalho em relação às polícias.

Os policiais (civis e militares) também participaram ativamente no decorrer dos anos do processo de formação dos agentes de segurança penitenciária, porém, mais recentemente, a atribuição foi sendo transferida gradativamente para o Comando de Operações Especiais, como será mostrado a seguir. O curso de formação profissional e o treinamento da atividade a ser desempenhada nas prisões foram estruturados para moldar o comportamento do um novo agente penitenciário – dentro de uma lógica militar de atuação - em contraste com o antigo guarda de presídio da década de 1980.

CAPÍTULO II – O TREINAMENTO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA

Guerreiros e Caveiras

Tornar-se um agente de segurança penitenciária envolve um processo lento, difícil e requer a assimilação de diferentes saberes (científicos e práticos). Na primeira fase desse caminho os novatos são submetidos a um treinamento intenso com os instrutores do COPE e, em seguida, com os mais antigos de função nas prisões. Neste capítulo serão apresentadas todas as fases desse processo e também daqueles agentes que optam por ingressar nos grupamentos táticos especializados (GIR e COPE). O treinamento da atividade custodial não tem ficado restrita a transmissão gradativa de conhecimentos dos “guardas antigos” aos mais novos, como acontecia em meadas dos anos de 1980. Tem ocorrido um forte investimento em cursos de formação técnico-profissionais e treinamento nos moldes militares de atuação e *performance* no interior das penitenciárias¹⁵⁵.

A direção da Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Socioeducativo – EFAP, criada em 2003, dividia a responsabilidade pela preparação dos profissionais do sistema penitenciário entre as polícias civil e militar. A polícia civil ficava responsável pelas disciplinas teóricas do curso de formação (legislação penal e processual, gerenciamento de crises, legislação disciplinar, ética e direitos humanos) enquanto a polícia militar atuava no treinamento dos agentes para as atividades práticas de segurança nas prisões (algemação, manuseio de arma de fogo e escolta de presos)¹⁵⁶. No entanto, à medida que o COPE conseguiu conquistar autonomia, formar agentes

¹⁵⁵ Todas as descrições dos treinamentos pelos quais passaram os agentes penitenciários foram captadas através de relatos retrospectivos dos mesmos. No decorrer do trabalho de campo não foi possível acompanhar nenhum tipo de treinamento e nem consegui acessar os manuais de treinamento do COPE, pois não puderam ser disponibilizados. Apesar dessa limitação procurei buscar na memória dos entrevistados as experiências de treinamento quando ingressaram na carreira, no GIR e no COPE.

¹⁵⁶ FIGUEIREDO, 2007, p. 120.

penitenciários instrutores e estruturar cursos de especialização, buscou assumir o lugar antes ocupado pelas polícias.

Nos dois primeiros anos de funcionamento do COPE os agentes penitenciários percorreram as unidades prisionais do Estado de Minas Gerais realizando intervenções cujo objetivo consistia em “fechar” o sistema através da implantação do regime de tranca dos presos e capacitar os agentes para trabalharem em conformidade com o novo Procedimento Operacional Padrão (POP) estruturado pelos gestores da SUAPI¹⁵⁷. Foram realizadas simulações em cada unidade prisional demonstrando aos agentes como algemar, conduzir e retirar os presos das celas, como usar a tonfa (cassetete), além das técnicas de defesa pessoal. Tais instruções foram repassadas de forma bastante rápida visando unicamente impedir possíveis resistências dos presos.

Quando o Estado começou o choque de gestão precisava moralizar o negócio e acabar com tudo isso (rebeliões e motins), colocou uniforme nos presos, os presos estavam acostumados a ficar tudo aberto, como que você acha que foi feito isso?. Na porrada, tipo assim, eu lembro disso até hoje na Dutra (Presídio Dutra Ladeira), nós de um lado e os presos do outro e agente falando: ‘e aí, como que vai ser, vai ficar insuflando aí, não vai entrar para os pavilhão, batia de frente’. (Pra eles ficarem na tranca?) Isso, exato: ‘agora acabou meu filho, é trancado o dia inteiro e só tem um banho de sol, tem uniforme, vocês tem que usar uniforme’. Pra implantar isso, não foi na conversa (...). Como que eu conserto aquela baderna? Tecnicamente, eu não consigo, a princípio, eu preciso de força. (...) No começo eu precisei de força, depois que eu ajeitei a casa, está tudo ajeitado, agora eu preciso de técnica. E para você ter técnica, você precisa ter estudo (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 05 - COPE)

A experiência de treinamento em organizações de outros estados (DPOE, SOE e GIR de São Paulo) aliada ao conhecimento do modo de funcionamento das diversas unidades prisionais de Minas Gerais ensejou uma busca dos agentes integrantes do COPE por maior autonomia de decisão e coordenação da organização a qual faziam parte. Desde a criação do comando a polícia militar ficou responsável pela direção, recrutamento, seleção e treinamento dos agentes. Tal supervisão da polícia gerava descontentamentos e, por isso, após um longo período de reivindicações junto a SUAPI o COPE passou no ano de 2005 a ser administrado somente pelos próprios agentes penitenciários.

¹⁵⁷ Ver Resolução N.º 742/2004. Aprova o Regulamento Disciplinar Penitenciário do Estado de Minas Gerais.

A PM de fato ela quer abraçar tudo e não quer ceder. Quando você tem o poder e todas as outras instituições dependem de você, então: 'porque eu quero que guarda municipal, sistema penitenciário ande sozinho?' (...). Porque quando você tem uma força desorganizada, uma força que não tem representatividade e você não consegue olhar pra ela e identificá-la por conta da farda, então você vê uma coisa que é desorganizada, um bando: 'não tem problema não, eles podem até crescer, mas ninguém vai saber quem eles são'. Mas quando você cria uma força, cria procedimento e cria uma padronização, não só de ações, mas até mesmo funcional, de você reconhecer quem é que faz parte daquela força, aí você começa a incomodar (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

No decorrer dos anos os integrantes do COPE também começaram a reivindicar o “direito” de formar, treinar, iniciar e disciplinar os membros do seu grupo profissional. O conhecimento adquirido em diversos cursos de formação realizados pelo país resultou em agentes penitenciários tecnicamente especializados, chamados de “instrutores”. Cada integrante do COPE foi de acordo com suas experiências e preferências pessoais escolhendo uma área de aperfeiçoamento profissional como, por exemplo, manuseio da tonfa, escolta de presos, intervenção em ambientes carcerários, defesa pessoal, gerenciamento de crise, uso progressivo da força e armamentos de tiro.

Os instrutores buscavam tornar o trabalho custodial uma atividade especializada, conferindo-lhe um novo sentido de missão. Ou seja, um trabalho que estaria apoiado em um saber científico e não somente “prático”, resultado da experiência cotidiana dos mais antigos de função nas prisões. E, por isso, começaram a estruturar um programa formal de treinamento. O investimento em treinamentos tinha como objetivo melhorar a qualidade da administração prisional, a eficiência na execução das atividades rotineiras e o reconhecimento da profissão. Ao se constituírem progressivamente enquanto um “grupo profissionalizado” também visavam melhorar a imagem pública dos agentes penitenciários. Durante anos foram reconhecidos no campo da segurança pública como um “bando indisciplinado”, uma “horda”, especialmente, nos momentos nos quais precisavam acionar a PM para conter motins e rebeliões nas penitenciárias, como na década de 1990.

A EFAP apresentou desde a sua criação uma estrutura bastante simples, oferecia uma formação muito rápida¹⁵⁸ para os servidores do sistema penitenciário e as polícias exerciam um papel considerado pouco eficaz no que diz respeito aos ensinamentos das práticas de custódia e controle dos presos¹⁵⁹. Ou seja, extremamente distante da realidade do trabalho nas prisões. O treinamento da atividade, de acordo com os agentes, acontecia realmente no dia-a-dia da prisão ao trabalhar um agente mais experiente com um agente novato. O COPE procurou mudar essa situação ao realizarem uma parceria com a EFAP: os integrantes do comando formados em Direito assumiram as disciplinas teóricas (anteriormente sob a responsabilidade dos policiais civis) do curso de formação técnico profissional para os agentes de segurança penitenciária enquanto os instrutores assumiram as disciplinas práticas (anteriormente sob a responsabilidade da polícia militar).

Um episódio ocorrido no curso de formação para os agentes novatos do concurso público de 2012 foi determinante para o afastamento dos policiais militares das atividades de ensino e gerou uma revolta nos instrutores do COPE, também professores do curso. Na aula sobre manuseio de instrumentos de menor potencial ofensivo - gás lacrimogêneo e gás de pimenta - o professor policial militar jogou dentro da sala de aula uma granada para os alunos sentirem os efeitos do gás e aprenderem a lidar com situações dessa natureza nas prisões. O gás foi se espalhando pelas salas de aulas da Academia da Polícia Civil - Acadepol, as aulas foram interrompidas e muitos que estavam ali (alunos e professores) começaram a não se sentir bem devido à inalação do gás.

Ai eu chamei a coordenação (EFAP) e falei “quem foi esse bisonho?”. Ah, foi o sargento tal, tal, tal... Tá errado, cara. O ambiente fechado o cara (sargento) faz isso, eu tive que parar com a minha aula, o prejudicado não sou eu não, vai ser os alunos. “Eu não vou mais dar aula, não tem aluno que aguenta, também.... né? Dentro da minha sala tinha grávida. E aí?”. Pra chegar e meter ferro nele. E avisaram o comando e puseram no relatório. Aí, na próxima que teve agora (curso de formação técnico profissional), em 2014, os próprios (gestores da EFAP) olharam e falaram “não”, mandaram agradecer ao comando e falaram não, agora vai ser os agentes mesmo que vão dar aula, pra evitar... (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 – COPE)

¹⁵⁸ Ver Resolução N 1242, de 18 de Novembro de 2011. Diretrizes de Educação Profissional do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais.

¹⁵⁹ FIGUEIREDO, 2007, p. 89.

Diante da responsabilidade pela formação dos novos agentes de segurança penitenciária (efetivos e contratados) e da estruturação de um Curso de Especialização em Operações Especiais do Sistema Prisional – CEOESP para o recrutamento de novos integrantes para o COPE em 2009 os instrutores começaram a criar manuais para cada área de especialidade (algemação, escolta, emprego do bastão de tonfa, telecomunicações, uso progressivo da força e intervenções) voltada para o sistema penitenciário. Teve início, portanto, um processo de definição de um conjunto de procedimentos a serem realizados nas prisões visando padronizar o trabalho custodial. Também começaram a reformular os currículos dos cursos técnico-profissionais, a criar planos de ensino para as disciplinas e metodologias de ensino próprias para os níveis de formação dos agentes de segurança penitenciária (novatos, GIR, GETAP e COPE).

Depois que começamos a agregar esses conhecimentos a gente começou a difundir esses conhecimentos também. Até 2009 algumas unidades começaram a solicitar treinamento da gente de tonfa, de armamento de tiro, de manuseio de armamento, imobilização com tonfa e escoltas. A gente começou a repassar para as unidades. Eles mandavam os agentes, a gente os alojava aqui, dava o treinamento e no final a gente dava uma declaração, um certificado que o mesmo passou aquele período. E, com isso, a gente começou a fazer o que? A buscar também em outras forças a questão de documentação para também respaldar. Começamos a buscar plano de ensino, matriz curricular, as referências bibliográficas que a gente utilizava para poder ministrar os cursos e as ordens de serviços. Então, chegou um ponto que a gente estava quase que uma escola. A gente criou uma escola dentro do COPE (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 – COPE)

A atuação do COPE em termos de transmissão dos conhecimentos adquiridos nos cursos de formação, dos conhecimentos conquistados na experiência cotidiana nas prisões e de uma busca por standardização do trabalho a ser executado nas prisões foi sendo progressivamente alinhado com os objetivos dos gestores da SUAPI no que diz respeito à realização de um conjunto de mudanças nas formas de recrutamento, seleção e formação dos servidores do sistema penitenciário.

O propósito da SUAPI consistia em retirar das mãos dos diretores das penitenciárias o controle sobre o recrutamento dos funcionários, como ocorria nas décadas anteriores. A demanda por novos concursos públicos, pelo encerramento das contratações temporárias e de seleções internas para a composição dos

novos grupamentos táticos especializados (GIR, GETAP e COPE) do sistema penitenciário de Minas Gerais teve como resultado a criação de um setor governamental responsável especificamente pelas atividades de preparação dos novos servidores do sistema penitenciário mineiro, em especial, os agentes de segurança penitenciária (efetivos e contratados).

II.I – Recrutamento, Seleção e Formação Profissional

A imersão profissional na carreira de agente de segurança penitenciária normalmente é precedida por uma série de receios e desconfianças em razão da natureza do trabalho a ser desempenhado nas prisões. O contato muito próximo com os presos é percebido como de muito risco, mal visto pela sociedade e sem qualquer tipo de reconhecimento social. E, por isso, os agentes destacam uma série de circunstâncias que os levaram a engajarem na carreira - desemprego, instabilidade profissional, insatisfação com os trabalhos anteriores e baixa qualificação profissional -, como exposto por um dos entrevistados.

Quando me perguntam porque que eu escolhi ser agente penitenciário, a resposta é muito simples: ninguém escolhe ser agente penitenciário. A vida te empurra para isso. Por “n” fatores, questões salariais, questões de oportunidade, a vida te empurra para isso. Eu, por exemplo, dei aula algumas vezes para os agentes que estão ingressando e isso é notório. Até nos que estão ingressando por agora. O concurso de agente penitenciário hoje, é observado de uma forma assim: [simulando um pensamento] “É... já que eu não passei também, já que não passei na polícia civil, então o salário é bom, vou entrar”. Então... a vida te empurra para isso. Não é um concurso desejado porque os riscos e a insalubridade são muito grandes (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

Eles não necessariamente “escolhem” a profissão motivados por um senso de vocação ou por estarem envolvidos em um serviço público do qual se orgulham¹⁶⁰. Para alguns a oportunidade de trabalhar como agente penitenciário é pensada como transitória, ou seja, um momento para adquirirem maior experiência na área da segurança pública e investirem em sua qualificação profissional para tentarem concursos públicos futuros. Embora nem sempre tais objetivos se concretizem. Alguns também possuíam o desejo de ingressar nas

¹⁶⁰ A título de comparação: os recrutas a ingressar no exército possuem um forte sentimento de vocação pela atividade, muitos deles seguem uma tradição familiar e são extremamente apoiados pelos seus familiares para persistirem na carreira militar, como relatado por Castro (2004).

polícias (civil ou militar) e tinha a profissão de agente penitenciário como a última opção.

Recentemente, um *survey online* foi aplicado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG junto aos agentes penitenciários que trabalhavam em todas as 151 (cento e cinquenta e uma) unidades prisionais do Estado de Minas Gerais, entre os anos de 2014 e 2015. No questionário eletrônico existiam 90 (noventa) questões sobre o perfil sociodemográfico e os diferentes aspectos da vida profissional dos agentes (trajetória de vida, motivação para ingresso na carreira, percepções sobre a formação profissional, condições de trabalho nas prisões, condições de saúde e imagem sobre a profissão).

Foram respondidos 1.530 (mil quinhentos e trinta) questionários e tais evidências refletem um panorama sobre a visão dos agentes em relação a diferentes aspectos da sua vida profissional. Deste total de agentes, 54,5% afirmaram que a estabilidade garantida pelo emprego público, o bom salário em relação ao mercado de trabalho e a escala de trabalho (tipo de emprego)¹⁶¹, foram fatores determinantes para ingressarem na carreira, conforme Tabela 01, abaixo.

¹⁶¹ Categorias do principal motivo: tipo de emprego (estabilidade garantida pelo emprego público, bom salário em relação ao mercado, escala de trabalho, perspectiva de poder trabalhar na área de formação); prestígio do trabalho (trabalho desafiante, prestígio e respeito), trabalhar na área de segurança (garantia de cumprimento da lei, vocação para trabalhar com presos, interesse em fazer justiça, perspectiva de trabalhar na área de segurança, oportunidade de trabalhar na SEDS, porte de armas), influência de amigos/parentes que já trabalham no sistema penitenciário, falta de outras oportunidades, outros.

Tabela 01 - Distribuição do principal motivo para a escolha da carreira no sistema penitenciário

	Freqüência	Percentual	Porcentagem válida
Tipo de emprego	829	54,2	54,5
Prestígio do trabalho	43	2,8	2,8
Trabalhar na área de segurança/lei	482	31,5	31,7
Influência de amigos/parentes que já trabalham no sistema penitenciário	89	5,8	5,9
Falta de outras oportunidades	37	2,4	2,4
Outra	40	2,6	2,6
Total	1520	99,3	100,0
Sem informação	10	0,7	
Total	1530	100,0	

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

No entanto, quando comparadas as visões dos agentes penitenciários efetivos com as dos contratados encontra-se uma diferença significativa em relação aos motivos que os levaram ao ingresso na carreira. No grupo dos agentes penitenciários efetivos, 66% afirmaram que o principal motivo para a escolha da profissão foi o tipo de emprego, enquanto, entre os temporários, esse percentual foi de 40,6%. A principal motivação para ingresso na carreira entre os contratados foi a possibilidade de trabalharem na área de segurança/lei (43,2%), enquanto, entre os concursados tal motivação foi apontada por apenas 22%. Ou seja, inicialmente existe uma identificação maior com o trabalho de segurança entre os contratados do que entre os concursados. Nesse último grupo o desejo de ser funcionário público (conquista da estabilidade profissional e de um salário fixo) se sobrepõe aos demais motivos.

Tabela 02 – Frequência do principal motivo para a escolha da carreira no sistema penitenciário, por tipo de vínculo com a SUAPI

	Efetivo		Contratado	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Tipo de emprego	500	66,0	279	40,6
Prestígio do trabalho	11	1,5	27	3,9
Trabalhar na área de segurança/lei	167	22,0	297	43,2
Influência de amigos/parentes que já trabalham no sistema penitenciário	36	4,7	50	7,3
Falta de outras oportunidades	17	2,2	16	2,3
Outra	20	2,6	17	2,5
Total	751	99,1	686	99,7
Sem Informação	7	0,9	2	0,3
Total	758	100,0	688	100,0

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

No Estado de Minas Gerais o perfil do agente de segurança penitenciária é relativamente jovem. A maioria dos profissionais é do sexo masculino, pardo, casado, com filhos e praticante de alguma religião, com o ensino médio completo ou superior incompleto e com idade entre 30 e 39 anos. Os agentes efetivos são a maioria (49,6%), porém uma parcela considerável da amostra é contratada (45,1%).

No entanto, existe uma diferença significativa entre os efetivos e os contratados no que diz respeito à escolaridade. Apesar da exigência mínima para ingresso na carreira de agente de segurança penitenciária ser possuir ensino médio completo, muitos buscaram suprir suas carências profissionais por conta própria, ingressando em universidades ou realizando cursos profissionalizantes que julgavam serem importantes para o desempenho satisfatório de suas funções. Dentre os agentes penitenciários efetivos 66% afirmaram que estão cursando o ensino superior ou já concluíram, enquanto isso, entre os contratados, 75% possuem o ensino médio completo ou o superior incompleto, de acordo com a Tabela 03, abaixo.

Tabela 03 - Dados sociodemográficos dos agentes penitenciários de Minas Gerais, por tipo de vínculo com a SUAPI

		Efetivo		Contratado	
		Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
Sexo	Masculino	615	81,3	507	73,8
	Feminino	141	18,7	180	26,2
Cor	Branca	270	35,7	223	32,5
	Preta	101	13,3	104	15,2
	Parda	373	49,3	343	50,0
	Amarela / Indígena	13	1,7	16	2,3
Situação conjugal	Solteiro(a)	225	29,7	167	24,3
	Casado(a) / Vive com um companheiro(a)	493	65,0	462	67,2
	Viúvo(a)	1	0,1	4	0,6
	Separado(a) / Divorciado(a)	39	5,1	55	8,0
Filhos	Sim	447	59,0	461	67,0
	Não	311	41,0	227	33,0
Prática religião	Sim, frequentemente	372	49,1	360	52,5
	Sim, às vezes	299	39,5	291	42,4
	Não	86	11,4	35	5,1
Escolaridade	1º grau incompleto	1	0,1	0	0,0
	1º grau completo	1	0,1	2	0,3
	2º grau incompleto	6	0,8	8	1,2
	2º grau completo	191	25,2	337	49,0
	Superior incompleto	254	33,6	179	26,0
	Superior completo	245	32,4	132	19,2
	Pós-graduação	55	7,3	28	4,1
	Tecnólogo	4	0,5	2	0,3
Idade	De 20 a 29 anos	200	26,6	144	21,1
	De 30 a 39 anos	399	53,0	411	60,1
	De 40 a 49 anos	143	19,0	114	16,7
	50 anos ou mais	11	1,5	15	2,2

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

Desde 2003 o recrutamento dos agentes penitenciários em Minas Gerais deixou de ser realizado pelos próprios diretores das penitenciárias ou via empresas externas e se constituiu em uma atribuição exclusiva da subsecretaria de governo, ocorrendo por duas vias: as contratações¹⁶² e os concursos públicos, como destacado no capítulo anterior. Nas contratações, os interessados enviam o currículo com os documentos para a diretoria de seleção de pessoal da secretaria e aguardam a divulgação das etapas da seleção. Realiza-se uma prova teórica, o teste psicológico e, caso seja aprovado, inicia-se o curso de formação e o

¹⁶² Ver Lei N 10.254 de 1990. Institui o Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado de Minas Gerais.

treinamento nas penitenciárias. Os concursos públicos, por sua vez, ocorrem em seis fases, quais sejam, a prova teórica, a prova de condicionamento físico, o teste psicológico, a comprovação de idoneidade e conduta ilibada, o exame médico e, por fim, o curso de formação técnico-profissional¹⁶³.

O curso de formação para os concursados normalmente é realizado nas academias de polícia (civil ou militar) e, posteriormente, inicia-se o treinamento nas unidades prisionais sob a responsabilidade e supervisão dos integrantes do COPE. A estruturação do curso está organizada em 07 (sete) áreas temáticas, são elas: 1) Desenvolvimento Interpessoal, 2) Cultura Jurídica, 3) Saúde, 4) Linguagem e Informação, 5) Gestão, 6) Técnica Operacional e 7) Estágio Supervisionado e Atividades Complementares. Para todo o curso estão previstas 280 h/aulas, sendo que, a maior parte (72 h/aula) é dedicada ao aprendizado das técnicas operacionais (combate a incêndio e primeiros socorros; técnicas de manejo e emprego do bastão tonfa; uso progressivo da força, técnicas de algemamento; defesa pessoal, técnica de escolta e instrumentos de menor potencial ofensivo – teoria e prática) e ao estágio supervisionado nas prisões (72 h/aula)¹⁶⁴.

Para os contratados, por sua vez, está estruturado um curso bastante rápido de apenas 69 h/aula. O tempo de formação, portanto, também constitui um fator de diferenciação entre os agentes concursados e contratados. Quando perguntados sobre a duração do tempo de formação, entre os efetivos, 50,9 % responderam terem realizado entre um e três meses. Enquanto isso, entre os contratados, 70,8% dizem que participaram de um curso de formação com duração de até 15 (quinze) dias, conforme Tabela 04, abaixo.

¹⁶³ FERREIRA *et al*, 2017, p. 10.

¹⁶⁴ Ver Edital SEPLAG/SEDS N 03/2012, de 30 de Agosto de 2012. Regulamento do Curso de Formação Técnico Profissional para os Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais.

Tabela 04 – Tempo de formação do agente penitenciário para a entrada no sistema penitenciário, segundo o tipo de vínculo com a SUAPI

Tempo de formação	Efetivo		Contratado	
	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
Uma semana	25	3,3	260	38,0
15 dias	37	4,9	225	32,8
Um mês	248	32,9	105	15,3
Entre um e três meses	384	50,9	45	6,6
Entre três e seis meses	8	1,1	15	2,2
Entre seis meses e um ano	2	0,3	17	2,5
Entre um ano e dois	24	3,2	18	2,6
Mais de dois anos	26	3,4	0	0,0

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

Ao avaliarem o curso de formação os agentes penitenciários efetivos se mostram muito mais insatisfeitos do que os agentes contratados. Apenas 10,6% consideraram que os conteúdos ministrados foram adequados e o tempo de formação suficiente, sendo que, entre os contratados, este percentual é de 24,1%. No outro extremo, 27,4% dos efetivos e 19,5% dos contratados consideraram o conteúdo da formação inadequado e o tempo de formação insuficiente, conforme Tabela 05, abaixo.

Tabela 05 – Avaliação da formação para a entrada no sistema penitenciário, segundo o vínculo com a SUAPI

Avaliação da formação	Efetivo		Contratado	
	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
Os conteúdos foram adequados e o tempo de formação foi suficiente	80	10,6	166	24,1
Os conteúdos foram adequados, mas o tempo de formação foi insuficiente	418	55,1	356	51,7
O tempo de formação foi suficiente, mas os conteúdos não foram adequados	51	6,7	31	4,5
O tempo de formação foi insuficiente e os conteúdos inadequados	208	27,4	134	19,5
Total	757	99,9	687	99,9
Sem informação	1	0,1	1	0,1
Total	758	100,0	688	100,0

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

A última fase do percurso prescrito de formação é o estágio supervisionado a ser realizado nas prisões. Esse período consiste em um momento de “familiarização” com o ambiente de trabalho através do conhecimento sobre o modo de funcionamento de uma unidade prisional, a rotina operacional dos diferentes postos de trabalho, os primeiros contatos com os colegas agentes e, principalmente, com os presos. Também representa uma oportunidade para os novatos colocarem em prática e treinarem as técnicas (operacionais e interpessoais) aprendidas durante o curso de formação.

II.II – Treinando a força custodial

Nas duas semanas de estágio nas unidades prisionais os agentes novatos são supervisionados pelos instrutores do COPE. São ensinados sobre o modo como devem se comportar diante dos presos, os principais procedimentos rotineiros (checagem das celas e cadeados, soltura dos presos para o banho de sol, algemação, escolta dos presos no interior da unidade, uso da tonfa, uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, o uso progressivo da força e a defesa pessoal) e a importância do trabalho em equipe no desempenho das diferentes atividades.

Nessa fase de adaptação ao trabalho os instrutores buscam levar os novatos ao extremo desgaste (físico e psicológico) com atividades de educação física (corrida, natação, flexão e marcha) e treinamento exaustivo das técnicas operacionais no interior das prisões. Todo ensinamento é realizado mediante uma rígida avaliação do comportamento e, se porventura, for percebido desinteresse ou erros recorrentes na execução de qualquer um dos procedimentos, devem “pagar flexão”, como forma de punição¹⁶⁵. Tal rigidez é empregada com o objetivo de levar à desistência aqueles sem qualquer tipo de identificação com o trabalho de custódia dos presos.

Consiste em um treinamento inicial no qual é preponderante o uso de terminologias militares. E o modelo pedagógico adotado prioriza o disciplinamento

¹⁶⁵Prática de punição recorrente nos treinamentos realizados pelo Exército e pelas forças especiais da polícia militar, como o Batalhão de Operações Especiais - BOPE. Ver, por exemplo, Castro (2004) e Storani (2006).

e o condicionamento voltados para a constituição de uma força custodial combatente. Os instrutores buscam inculcar nos novatos a importância dos valores da disciplina¹⁶⁶, da hierarquia, do senso de missão¹⁶⁷ e, sobretudo, do “espírito de corpo”¹⁶⁸. O grupo de agentes necessita estar coeso, alinhado, homogêneo e integrado ao executarem as atividades nos pavilhões, como destacado por um dos entrevistados.

O aprendizado com o COPE foi a questão de grupo e liderança. É questão de espírito de corpo. É o que é pregado nas forças militares especiais. O espírito de corpo, a união da tropa em momento de crise. No momento em que estoura um motim, uma rebelião ou uma crise que está instalada no pavilhão ali, você saber gerenciar aquela crise ali da melhor forma para sair ileso daquela crise. Esse aprendizado foi de suma importância, porque você trabalhar no sistema prisional é gerenciar uma crise todo dia. É matar um leão todo dia. Todo dia você ingressa em unidades prisionais que estão superlotadas, sucateadas. A crise já está instalada nela. Você vai só gerenciar. O agente penitenciário é um agente gerenciador de crise, porque a crise já está instalada (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – Jacy de Assis)

No entanto, apesar da supervisão estrita dos instrutores os novatos percebem no decorrer dos dias as dificuldades que podem surgir ao aplicarem de forma rígida os procedimentos ensinados, especialmente, os que demandam contato direto com os presos. Por exemplo: os presos antes de saírem das celas para um atendimento qualquer precisam ser revistados e, tal revista, deve ocorrer da seguinte maneira, o preso precisa ficar nu e agachar de frente e de costas para o agente¹⁶⁹. Nem todo preso está disposto a se submeter a uma revista tão minuciosa e podem resistir de forma violenta, gerando problemas e dificultando o trabalho do agente, além de torná-lo mais moroso e ineficiente.

¹⁶⁶ O valor da disciplina significa em uma rígida observância às normas, a regularidade, a subordinação e a devoção. Possibilita o alcance da eficiência organizacional e a competência técnica. Está presente no comportamento dos soldados na forma de trajar e se comportar. Na precisão no momento de executar os movimentos e tarefas, segundo Janowitz (1967, p.41).

¹⁶⁷ As missões são as tarefas ordenadas pelos superiores hierárquicos. O senso de missão significa o engajamento em uma tarefa inadiável e intransferível. E a capacidade de ação coordenada como grupo de pronta resposta às tarefas atribuídas, assume uma relevância superior a necessidade mesma de refletir sobre a pertinência da ordem. Por isso a máxima: “missão dada, é missão cumprida”. Toda e qualquer solicitação vinda de cima não pode ser questionada e somente deve ser prontamente obedecida, como exposto por Muniz (1999, p.105).

¹⁶⁸ A profissão militar normalmente é caracterizada por uma grande coesão e homogeneidade (valores, atitudes e comportamentos apropriados a vida militar). E para essa forte integração dá-se o nome de “espírito de corpo”: a união através do sofrimento e interdependência entre os recrutas. Também significa um profundo senso de fraternidade e companheirismo, como analisado por Castro (2004, p.34).

¹⁶⁹Ver Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP, 2016.

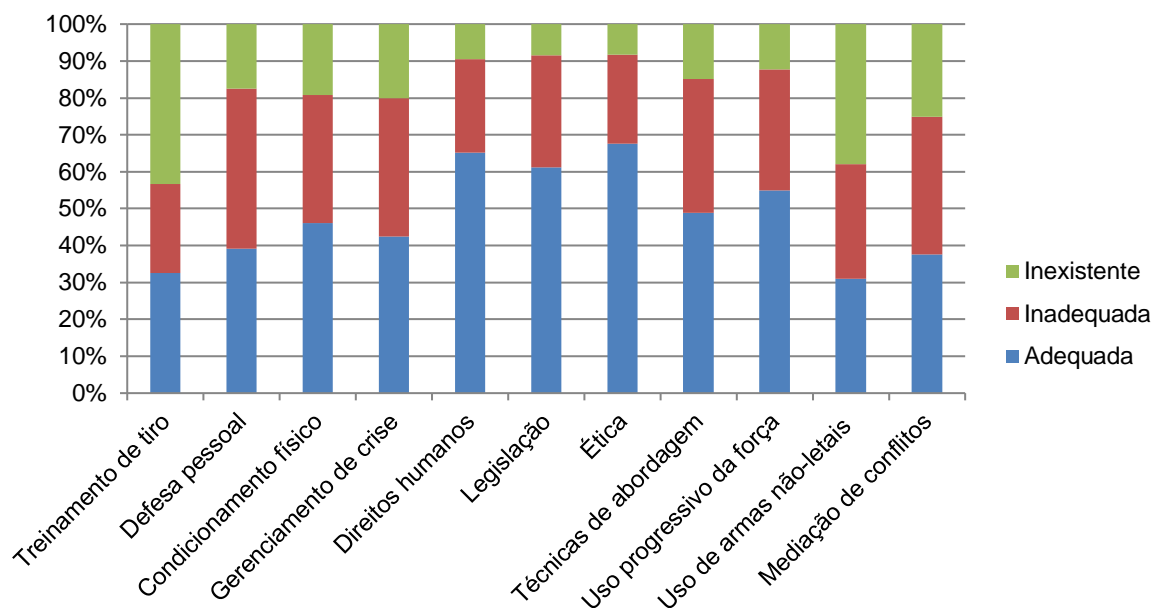
Os novatos começam a perceber à medida que vão se familiarizando com o ambiente prisional a distância existente entre os aprendizados no curso de formação e a realidade das prisões. Além da falta de clareza no que diz respeito ao papel a ser desempenhado nas prisões: devem confrontar ou ajudar os presos?. O ingresso em uma nova ocupação gera muitas vezes um “choque de realidade”, sobretudo, quando o ambiente de trabalho são as prisões cuja imagem pública normalmente está associada à violência, a corrupção, a rebeliões, a motins, mortes e conflitos violentos entre presos¹⁷⁰.

Os agentes penitenciários ao avaliarem todo o seu processo de formação e os conteúdos dos treinamentos acreditam que a dimensão jurídica (disciplinas sobre direitos humanos, legislação e ética profissional) foi satisfatória, porém, os conteúdos relacionados ao uso progressivo da força foram considerados inadequados e inexistentes para o uso de armamentos, tanto letais quanto não letais. Como mostra o Gráfico 04 abaixo, os quesitos que tiveram maior proporção como adequados estão relacionados a formação legal do agente penitenciário como, por exemplo, as disciplinas com foco nos direitos humanos (65,2%), legislação penal (61,1%) e ética profissional (67,7%).

Por outro lado, os conteúdos que dizem respeito ao treinamento operacional (de tiro e uso de armas não letais) foram considerados inexistentes e inadequados. Tal avaliação negativa sobre o treinamento operacional revela uma dimensão preocupante do processo de preparação para o trabalho nas prisões dado que a categoria possui direito ao porte de arma de fogo, além dos equipamentos para contenção dos presos e de defesa pessoal (tonfa e algemas).

¹⁷⁰ LOMBARDO, 1989, p.28.

Gráfico 04 – Avaliação do treinamento para ingresso no sistema penitenciário



Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

Apesar dos conteúdos formais específicos ensinados nas disciplinas do curso de formação (manuais do COPE, aulas e bibliografias) significarem um primeiro contato com as demandas mínimas exigidas para o exercício da profissão de agente penitenciário é na interação cotidiana com os colegas agentes e com os presos que o novato aprende a “ser um agente penitenciário”, sobretudo, ao desempenharem a tarefa árdua de “bater tranca”. A preparação inicial no curso de formação foi considerada extremamente importante, de acordo com os entrevistados, porém, a experiência cotidiana nas prisões representa o real momento de aprendizado dos valores, das normas e dos comportamentos esperados de um “bom agente penitenciário”.

Se você quer ser agente, vai bater tranca, ali que você vai conhecer o preso, ali que você vai aprender a lidar com o preso, você vai aprender a ouvir, o que você acredita, o que você não acredita, a se controlar, pra você não estressar. Toda vez que eles falarem com você, você estressar ou enfiar a mão neles, você tá errado, você não tá ali pra isso. Ali que você vai aprender a dosar. Ficou um tempo ali, vai pra gaiola, é uma responsabilidade diferente, imagina você tomando conta de um pavilhão com um molho de chave de tudo, olha a responsabilidade na sua mão. Depois vai pra muralha, você não vai ter contato com o preso, fica lá o dia inteiro armado, mas tem que ter certo controle emocional, se o preso tiver fugindo de costas, eu não posso atirar nele (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 05 - COPE)

Ao final do curso de formação os novatos ficam sabendo a unidade prisional na qual vão desempenhar suas atividades. Os primeiros colocados podem escolher a unidade que desejam trabalhar e os seguintes na ordem de classificação são enviados para aquelas com maior demanda de funcionários. O ingresso nas prisões significa o início de um longo processo de aprendizado e descoberta de habilidades. Também pode representar o fim de um percurso profissional, pois muitos desistem nas primeiras semanas, como será mostrado a seguir.

O sistema penitenciário mineiro é extremamente diverso no que diz respeito ao grau de segurança das unidades prisionais (máxima, média ou mínima), o regime de cumprimento de pena (fechado ou semi-aberto), os tipos de presos existentes nas unidades (ligados a facções ou a gangues, presos provisórios ou condenados, homens ou mulheres), o *layout* da unidade prisional, os recursos de trabalho disponíveis (monitoramento eletrônico, *bodyscan*¹⁷¹, detector de metais e armamentos), o tamanho da população prisional e do efetivo de agentes penitenciários. Essa fase de conhecimento da unidade prisional na qual vão começar a carreira é extremamente angustiante e esperada com muita expectativa por muitos deles. Segundo os agentes penitenciários a “etapa eliminatória” do concurso ocorre realmente nos primeiros meses de trabalho em razão das inseguranças, dos medos e do receio em lidar diretamente com os presos na atividade de “tranca”.

II.II.I – “Batendo a tranca”: tornando-se um agente penitenciário

Nos primeiros dias nas unidades prisionais normalmente os novatos são enviados para os postos de trabalho nos quais é preciso lidar diretamente com os presos (gaiola, tranca e trânsito interno). Recebem os equipamentos necessários (uniformes, algemas, tonfa e rádio comunicador) e são os agentes com maior experiência – os “guardas antigos”¹⁷² - a guiá-los pelo interior das unidades. São

¹⁷¹ Máquina de raio x existente em algumas unidades. Fazem uma averiguação no corpo dos visitantes, presos e agentes penitenciários.

¹⁷² Nas unidades prisionais os mais antigos de função, que ingressaram nas prisões antes de 2003, são normalmente chamados de “guardas”, pois ingressaram em um período no qual não existia a carreira de agente de segurança penitenciária. São os antigos guardas de presídio da década de 1990.

ensinadas as tarefas básicas da atividade custodial como, por exemplo, fazer a contagem dos presos de cada ala do pavilhão, fazer a averiguação cela por cela, fazer as anotações no livro de controle e atender aos possíveis chamados¹⁷³. Caso identifiquem algum problema ou precisem falar com um dos internos nas celas podem bater com a tonfa (cassetete) na “tranca” (grande da cela) e aguardar a aproximação do preso. Tal tarefa aparentemente simples de contato bastante próximo é permeada de cautela, receios e, por vezes, medo.

Os presos aos perceberem a chegada de um agente novato fazem uma espécie de “averiguação” do seu perfil. Começam a bater nas celas, fazer inúmeros pedidos, buscam “puxar” assunto, fazem ameaças e os mantêm sob estrita vigilância. Ou seja, “testam” o comportamento dos agentes para conhecê-los melhor e aprenderem a lidar com cada um no dia a dia. O *status* de “novato” coloca o agente numa posição de extrema vulnerabilidade tanto em relação aos presos – devido ao risco de se tornarem “presas fáceis” num motim ou rebelião, de demonstrarem medo ao conversar com o preso ou de não conseguirem impedir possíveis brigas violentas ou fugas - como em relação aos seus pares. Qualquer comportamento considerado “estranho” por parte de algum novato pode gerar suspeitas e desconfiças. E, por isso, uma das atividades iniciais consideradas básicas para o bom desempenho de suas tarefas rotineiras consiste em conversar com os “guardas antigos da casa”¹⁷⁴ sobre o histórico da unidade, os detentos e o próprio convívio entre os colegas.

Os “guardas antigos” são extremamente críticos em relação ao treinamento inicial ministrado pelos instrutores do COPE. Segundo eles: “a teoria na prática é outra”. O treinamento não ensina aos novatos como lidar com os presos no dia a dia. Somente são apresentados de maneira superficial em relação ao modo formal de tratamento: supremacia de força, respeito e asserção. De acordo com os “guardas” a habilidade para “ler” os presos e situações são cruciais para a manutenção da disciplina nos pavilhões e para a própria segurança pessoal do *staff* prisional. E, por isso, acreditam na importância da observação constante e

¹⁷³ Normalmente os presos para se comunicar com os técnicos de atendimento (psicólogas e assistentes sociais) ou diretores pedem aos agentes para entregarem pequenos bilhetes, conhecidos como os “catus”.

¹⁷⁴ Expressão bastante comum usada pelos agentes ao se referirem aos guardas que trabalham a muitos anos nas prisões.

cuidadosa dos internos. Ao invés de confrontá-los os novatos precisam aprender como ser assertivos, como exercitar a escuta ativa e desconfiada, como contornar situações, como conquistar a cooperação, como negociar com os presos e, principalmente, como se comunicar verbalmente.

Existe uma série de normas criadas pelos próprios membros do *staff* que definem a maneira como um “bom agente” deve se comportar ao lidar cotidianamente com os presos e, por conseguinte, conquistar o tão esperado respeito da população prisional. Os “guardas antigos”, especialmente, não só vigiam o comportamento dos presos, mas também dos seus próprios pares. Procuram ficar bem próximos aos agentes que consideram bastante jovens, os recém saídos do ensino médio. Segundo eles, são esses os principais “alvos” dos presos e podem ser “seduzidos” com propostas financeiras para entrarem com drogas ou celulares na unidade prisional.

As normas são as seguintes: nunca prometer nada aos presos, pois pode gerar cobranças e desentendimentos caso o agente não possa cumprir suas promessas; nunca fazer favores para os presos de forma imediata, sempre se questionar o porquê daquele pedido e se existem segundas intenções; nunca se exceder de forma violenta no trato diário, pois pode desestabilizar a tranquilidade do pavilhão e gerar revolta e, sobretudo, nunca conversar com o preso usando as gírias da cadeia. O uso das gírias “igual” o agente ao preso e os mesmos podem buscar maiores intimidades (contato físico, pedido de favores ou conversas prolongadas sobre a rotina da cadeia). O exercício da autoridade¹⁷⁵ requer a manutenção de certa “distância social”¹⁷⁶e, por isso, o agente deve esquivar das recorrentes tentativas dos presos de “cantá-los”.

Eu não dou margem pro preso me cantar, não. Isso aí é postura. Porque se eu entro lá (pavilhão) agora, todo relaxado, conversando com gíria... Então eles fazem a leitura do guarda também, porque eles sabem com quem que eles podem mexer e quem que não pode. Então eu vejo isso como uma postura. Se você entra lá relaxado demais, muito à vontade, automaticamente ele vai querer puxar conversa com você... Você pode conversar com ele normal, isso aí não impede não, isso não atrapalha o serviço. Mas a sua postura conta muito (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 - Drummond)

¹⁷⁵ HEPBURN, 1989, p. 199.

¹⁷⁶ FREITAS, 1985, p.30.

A “administração da primeira impressão”¹⁷⁷ é particularmente importante. O modo como o agente se apresenta (vestimenta, modo de falar, modo de comportar) diante do preso garante muito mais respeito do que o uso recorrente da coerção física. Além do mais, ser rotulado como um agente “nervoso” ou “violento” pode trazer sérios problemas de convivência. Outro aspecto fundamental consiste em manterem suas vidas pessoais fora dos muros das prisões. Os agentes recém-ingressos são instruídos a não perderem de vista a perspectiva do seu papel na prisão para não se envolverem pessoalmente com os presos. Ou seja, não se tornarem “amigos” demais dos presos.

A vigilância dos guardas “antigos” em relação aos novatos tem por objetivo evitar preventivamente desentendimentos (entre novatos e presos) que possam desestabilizar o pavilhão e buscam moldar progressivamente suas condutas de acordo com as normas do grupo. Dois ensinamentos primordiais são transmitidos nos primeiros meses de trabalho: o trabalho em dupla¹⁷⁸ e o respeito para com os colegas.

Numa unidade prisional o agente penitenciário nunca deve fazer nada sozinho, especialmente, nas atividades que demandarem contato direto com os presos. O trabalho em dupla garante a segurança e, ao mesmo tempo, preservam os agentes de possíveis denúncias que poder vir a serem feitas pelos presos caso precisem usar da força. O colega exerce um duplo papel, de guarda-costas e de testemunha. Além do mais o contato solitário com o preso pode levantar sérias suspeitas em relação a tentativas de corrupção (pedidos para facilitar a entrada de celulares ou drogas) ou favorecimentos pessoais.

O segundo ensinamento (e considerado o mais importante!) diz respeito à preservação da convivência harmônica entre as duplas. Nas atividades diárias nos pavilhões os agentes são demandados a lidar com as mais diversas situações (presos doentes, pedidos recorrentes, desentendimentos, rivalidades entre grupos de presos, brigas e situações de indisciplina). E, sob intensa

¹⁷⁷ CRAWLEY, 2004, p. 85.

¹⁷⁸ São elementos considerados essenciais para o desenvolvimento das atividades custodiais, são eles: o amparo dos colegas e o senso de “time de trabalho”, de acordo com Arnold (2008, p.399). O “mundo dos guardas” estaria permeado pela camaradagem, confiança, trabalho em equipe e comunicação constante.

pressão, precisam muitas vezes tomar atitudes rápidas para a resolução dos problemas. Tais atitudes, por seu turno, podem ser percebidas como errôneas ou divergentes do modo como o colega está acostumado a trabalhar e lidar com situações de indisciplina nas celas. No entanto, ao identificar um possível “erro” em determinada atitude do seu par, um agente jamais deve repreender ou mudar a ordem dada na frente do preso.

Os agentes penitenciários possuem um profundo senso de “igualdade entre os pares”: nenhum agente possui mais autoridade que o outro. A “moral” do agente é construída no decorrer de anos através da administração competente de suas ações, posturas e respeito para com os presos, os colegas e os diretores da unidade prisional. E, “ofender a moral” do seu par, constitui uma grave violação a essa regra básica de convivência. Os que chegam a ofendê-la ou maculá-la podem sofrer pequenas represálias (intimidação verbal) ou simplesmente serem ignorados.

(Como um colega ofende a moral de vocês?) É assim, vamos supor, eu dei uma ordem pro preso e ele tirou na frente do preso a ordem que eu dei. Mesmo que eu errei, ele me chama fora: “tu errou fulano”. Fora, mas na frente do preso em hipótese alguma. Então, se eu ver que ele deu uma ordem errada, eu não vou ser omissivo, mas eu vou chamar ele pro canto, sem ser na frente do preso: “isso não foi certo não” (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 - Drummond)

O treinamento pelos “seniores” do grupo de agentes penitenciários, como acontecia nos anos de 1980, ainda cumpre uma importante função. Observar minuciosamente o trabalho dos mais antigos de função em diferentes setores pode possibilitar uma ampla gama de conhecimentos sobre o modo de funcionamento das unidades prisionais. Como destacado por um dos entrevistados anteriormente, para um “bom agente” ser completo é necessário experimentar e trabalhar em diferentes setores (gaiola, tranca, guarita, censura e portarias) de uma penitenciária.

Somente assim poderá conhecer as diversas habilidades demandadas, as complexidades da atividade de custódia dos presos e desenvolver estratégias de sobrevivência para não se tornarem “presas fáceis” quando eclodirem rebeliões.

Saber enfrentar momentos difíceis (resistências dos presos, motins ou rebeliões), não “fraquejar” diante dos presos e conseguir resolver situações problemáticas significa para os novatos que eles se tornaram realmente agentes penitenciários aceitos e respeitados por todos. Ou seja, verdadeiros “guerreiros” – modo como eles se autodenominam e chamam uns aos outros no dia a dia nas prisões.

Quando a unidade balança pela primeira vez balançou que a gente fala é os presos, “bater capa”, como eu traduzo isso?! Os presos começam a fazer barulho, todos os presos da unidade. Imagina aí por volta de dois mil presos que tinha naquela época, hoje tem uns dois mil e quinhentos. Dois mil presos balançando as grades das celas e gritando. A primeira vez que aconteceu isso eu lembro que no outro dia uns quarenta agentes já não voltaram e ainda depois de um ano tinha agente saindo, indo embora. Eles só esperavam arrumar pelo menos um emprego para poderem sair. Eu lembro que eu e um colega meu, a gente estava, era um dia... uma tarde, a gente estava dentro do pavilhão, de repente teve um problema dentro do pavilhão, não sei qual foi. Ele simplesmente olhou para frente, deixou a prancheta de lado e saiu andando. Ele saiu andando, ele desceu as escadas ele não parou de andar e ele passou pela portaria e foi embora e nunca mais voltou (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

No entanto, nem todo novato está disposto a percorrer todo o processo de aprendizado (contato contínuo com os presos e com os “guardas antigos”, trabalhar em diferentes setores da unidade e saber gerenciar as crises a surgir nas celas) nas prisões e aqueles que insistem em permanecer na carreira – os chamados “concurseiros” – resistem fortemente à atividade de “bater a tranca”. O contato cotidiano com os presos é percebido como perigoso, depreciativo, minoritário e “poluidor”¹⁷⁹. Sem qualquer tipo de identificação ou vocação para com a atividade custodial eles procuram esquivar dos postos de trabalho no interior dos pavilhões.

Ele (agente novato) tem saber o que ele tem que fazer na carreira dele, porque a gente tem muitas pessoas que são os concurseiros, faz o concurso, passa e chega lá (unidade prisional): ‘eu vou ter que mexer com preso?’ Vai, vai ter que mexer com preso (...). Ele entender o que ele vai fazer na carreira e criar formas de passar pra ele a questão de: trabalhar com preso, algemação, segurança dentro de uma unidade prisional e o que é uma unidade prisional em si. O cara ir *in loco*, não só treinar, mas também participar do dia a dia da unidade prisional. Muitas vezes o cara faz achando que vai pegar uma arma e ficar igual polícia, não entende a identidade, porque é bem diferente a polícia e o sistema prisional (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

¹⁷⁹Quanto mais se adentra nas prisões maiores são os perigos de “contágio moral” com os presos. O perigo consiste em assimilar e internalizar os valores, as normas, o linguajar e o modo de comportar dos presos. O contato muito próximo com o preso é visto como algo “poluidor”. Ou seja, que vai impregnar nos agentes. Por isso os agentes procuram evitar “aproximações excessivas” e “identificação com os presos”, segundo Moraes (2005, p. 251).

A busca dos agentes novatos pelo desempenho das atividades em postos de trabalho fora dos pavilhões (guaritas, portarias, censura e nos setores administrativos) e nos grupamentos táticos especializados (GIR, GETAP e COPE) consiste em um dos principais problemas com os quais as direções das penitenciárias precisam lidar ultimamente. De um lado existe o temor de serem agredidos ou ameaçados em razão do contato direto com os presos e, do outro, de assimilarem progressivamente as gírias, o modo de falar e comportar dos presos. Os agentes penitenciários novatos podem seguir quatro caminhos possíveis após passarem pela fase inicial de treinamento com o COPE: desistir da carreira, se conformar ao grupo dos agentes aceitando o trabalho de “tranca” dos presos, se corromperem - aceitando dinheiro dos presos ou seus familiares para entrarem com drogas ou celulares - ou almejem o ingresso nos grupamentos táticos especializados.

Os agentes novos têm muito isso na cabeça deles: ‘eu quero ir para o GIR’. O perfil de quem tá entrando agora, é um perfil mais intelecto, aí que tá e é complicado, imagina: tem uma cela e você tem que tirar o preso, aí o preso fala que não vai sair, eu não posso chegar e soltar uma bomba, dar um tiro nele, eu vou ter que chegar com minha mão, pular lá e tirar ele na mão, e aí?. Não é muita gente que tem disposição pra fazer isso. Não é muita gente que vai pegar o pátio com cem presos e segurar eles e não pode correr se eles vierem pra cima (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 05 - COPE)

O ingresso nos grupamentos, por sua vez, demanda experiência de trabalho, tempo na carreira, desenvolvimento de habilidades específicas e os interessados precisam passar por um rigoroso processo de seleção interna. Aqueles que conseguiram ingressar ou foram excluídos em alguma etapa destacam as dificuldades, o caráter extremamente seletivo dos avaliadores do COPE e as fortes exigências (físicas, táticas e psicológicas) na fase final do treinamento.

II.II.II – Ingressando no Grupo de Intervenção Rápida – GIR

O Grupo de Intervenção Rápida (GIR) é um grupamento especializado presente em todas as unidades prisionais do Estado e com a atribuição de atuar em situações consideradas “extremas” (motins e rebeliões), além de garantir a segurança prisional cotidiana, como destacado no primeiro capítulo. Existe uma seleção interna para a composição dos grupos e a exigência de um perfil específico de caráter “tático” e “operacional”. A seleção ocorre em etapas (classificatórias e eliminatórias) e é procedida pelo curso de formação que consiste em um treinamento físico, tático e psicológico (eliminatório)-similar ao existente no exército¹⁸⁰ e nos grupos de operações especiais da polícia militar¹⁸¹ – coordenado pelo COPE e com duração de aproximadamente dois meses.

Nem todo agente penitenciário pode se candidatar a vaga no GIR. Existem requisitos mínimos para a realização da inscrição, são eles: a) ser funcionário efetivo; b) ter experiência mínima de 01 (um) ano no cargo; c) não ter cometido transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 12 (doze) meses e d) apresentar histórico profissional de conduta ética ilibada. Após a inscrição inicia-se o processo seletivo propriamente dito com a prova de conhecimentos básicos sobre legislação específica do sistema prisional, avaliação médica, avaliação psicológica e, por fim, o teste de aptidão física¹⁸².

Os aprovados em todas as etapas anteriores começam o curso de formação sob a responsabilidade dos instrutores do COPE, conhecido como a “fase da ralação”. Na Fazenda Mato Grosso¹⁸³, localizada próxima ao Presídio José Maria Alckmin na cidade de Ribeirão das Neves, os instrutores submetem os candidatos a um conjunto diário de atividades físicas (flexão de braço, polichinelo, corrida e natação), táticas (treinamento com armas, uso da tonfa, imobilização, intervenção, uso do escudo balístico e escolta de presos) e psicológicas (testam o controle

¹⁸⁰ CASTRO, 2004, p. 59.

¹⁸¹O Curso de Operações Especiais da PMERJ para ingresso no Batalhão de Operações Especiais – BOPE consiste em um programa de Treinamento com fortes componentes de sofrimento físico e mental. Para uma análise dessa experiência de treinamento ver o trabalho etnográfico desenvolvido por Storani (2008).

¹⁸² Ver Resolução SEDS N 1266 de 25 de Abril de 2012.

¹⁸³Imóvel abandonado localizado nas mediações da Penitenciária José Maria Alckmin - PJMA. O imóvel é usado pelos instrutores do COPE para as atividades de treinamento para ingresso no GIR e no COPE.

emocional dos candidatos com gritos, ordens recorrentes e simulação de condições ambientais adversas – incêndios, resistência ao frio, sono e fome). Os candidatos são avaliados rigorosamente e, se porventura, não conseguirem cumprir as tarefas demandadas são eliminados ou podem desistir a qualquer momento. O relato de um integrante do GIR mostra como um dos objetivos do treinamento é levar o candidato a extrema exaustão física.

Duas noites muito fortes em matas. É como se fosse no exército. Questão de sobrevivência. (Você passou por isso tudo?) Passei por isso tudo. Foi demais, quase que eu pedia baixa (risos), que eu pedi baixa. A disciplina pesa, qualquer erro você desce para pagar dez (flexão de braço), postura, a ética, o civismo. Faz a fila, direita vover. Era coisa de dar uma arrepiada. Levanta a bandeira, canta o hino nacional. Se coçou ali, paga dez. Ir correndo na mata e fazer 7 km mais ou menos (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 04 - Drummond)

Os avaliadores no decorrer do desempenho das atividades observam criteriosamente aqueles candidatos que possuem maior vigor físico, força física, coragem, autocontrole ao enfrentarem situações adversas, disciplina e, sobretudo, “espírito de corpo”¹⁸⁴. A incapacidade de trabalhar em grupo consiste em um dos principais critérios de eliminação, especialmente, quando aliada a comportamentos considerados extremamente “individualistas” - negar ajuda ao colega e não saber partilhar informações importante para o desempenho das tarefas- e improvisações na execução das “missões”¹⁸⁵ ordenadas pelo superior hierárquico.

O comportamento individualista é percebido como um “desvio” num universo de forte valorização do coletivo¹⁸⁶. Intervenções em ambientes carcerários demandam cautela, alinhamento, respeito à hierarquia e obediência aos comandos, de acordo com os instrutores do COPE. Os candidatos a ingressar nos grupamentos especializados precisam reunir todas essas características para chegarem até a etapa final do treinamento.

Para você chegar num grupamento de intervenção rápida, você tem que ter conhecimento na área, primeiramente, você não pode ser intimidado por preso, você não pode ter medo de preso. Como você vai intervir numa coisa, tentar parar uma

¹⁸⁴ CASTRO, 2004, p. 34.

¹⁸⁵ MUNIZ, 1999, p. 105.

¹⁸⁶ STORANI, 2008, p. 128.

rebelião, se você tem medo do contato com o preso. Nesse primeiro contato com o preso, você tem que estar preparado, preparado fisicamente, psicologicamente (...). Porque quando você entra na carceragem, que está os presos batendo na cela, colocando fogo, jogando água, se o cara não tiver sangue no olho, o cara sai da carceragem (...) (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - CERESP Ipatinga)

Em uma cerimônia realizada na base operacional do COPE os candidatos que conseguem chegar até o final do treinamento são informados pelos instrutores se estão aptos ou não para ingressarem no GIR da unidade prisional na qual exercem suas funções. Tornar-se um agente do GIR significa uma mudança de *status* na carreira. Deixam de usar o uniforme e passam a usar a farda (camuflada verde com bege) com a insígnia (símbolo da caveira) do grupamento. E a partir daquele momento começam a se autodenominarem de os “caveiras”¹⁸⁷ do sistema penitenciário. Ser um “caveira” significa passar a ver, sentir e agir de forma diferenciada do agente penitenciário “convencional”.

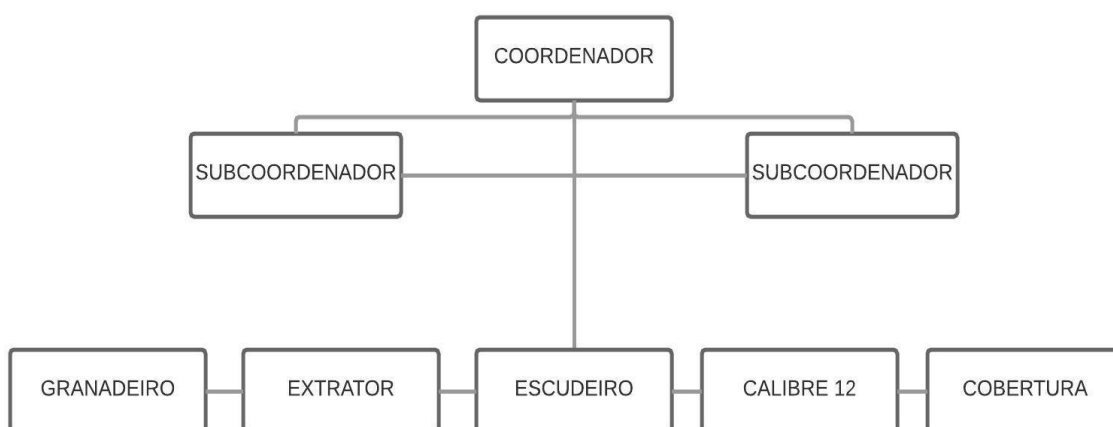
Ou seja, espera-se dos novos integrantes uma mudança no comportamento e na postura quando no interior das unidades prisionais. Os agentes do GIR devem ser disciplinados, primar pelo respeito à hierarquia, buscar novos tipos de treinamento ou aperfeiçoamento profissional e ter ampla disponibilidade para o trabalho. Podem ser convocados a qualquer momento para a execução de alguma “missão” (mesmo em seus dias de folga) e, por isso, precisam estar em constante estado de alerta e prontidão.

Normalmente são 35 (trinta e cinco) integrantes - dependendo do tamanho da unidade-, e estão divididos em duas equipes: equipes alfa e bravo. Os integrantes usam fardas camufladas, coletes a prova de balas, bala clava (gorro que esconde boa parte do rosto), capacetes, escudos balísticos e portam armas de menor potencial ofensivo (calibre 12 com bala de borracha), como exposto na figura 03 no primeiro capítulo. O grupamento tem uma estrutura própria, estão subordinados diretamente ao diretor de segurança das unidades prisionais e à secretaria de administração prisional. A composição de cada equipe divide-se em

¹⁸⁷ Termo designativo dos concluintes do Curso de Operações Especiais do BOPE da Polícia Militar do Rio de Janeiro – PMERJ. Esse termo também tem sido usado para qualquer corporação que tenha empregado o curso de operações especiais nos moldes do BOPE.

um coordenador (chamado de “01”), dois subcoordenadores (chamados de “02”), um granadeiro (o agente responsável pelo manejo das bombas de gás), dois extratores (agentes especializados em técnicas de imobilização), escudeiros (agentes a atuar na linha de frente) e os outros integrantes que fazem a cobertura¹⁸⁸ nas operações, conforme o organograma abaixo.

Figura 05 - Organograma do Grupo de Intervenção Rápida - GIR



Fonte: Elaboração Própria

Cada posição no GIR demanda do agente uma especialidade e habilidades específicas. No período do treinamento os instrutores do COPE observam cautelosamente aqueles candidatos com traços de personalidade e determinadas posturas que se enquadram no perfil esperado para cada posição. Os coordenadores devem ter “espírito de liderança”, saber comandar uma “tropa” e gerir pessoas. O granadeiro (chamado de “zulu”) precisa agir com prudência, cautela e calcular o momento certo para lançar as bombas. Os extratores devem possuir vigor físico e habilidades com artes marciais (karatê ou jiu jitsu). Escudeiros, por sua vez, precisam ser fortes, corajosos, destemidos e ter o “espírito de combatividade”¹⁸⁹ para atuar nas situações de enfrentamento. O

¹⁸⁸Os integrantes do GIR responsáveis pela cobertura ficam de prontidão caso o time tático em ação precise de apoio ou reforço na operação.

¹⁸⁹ CASTRO, 2004, p. 59.

responsável pelo porte da calibre 12 deve ser tranqüilo, metuculoso e preciso no momento do disparo dos tiros, pois eles não podem errar.

Nas prisões os integrantes do GIR realizam cotidianamente o treinamento físico – corrida, musculação e marcha -; o treinamento tático – técnicas de imobilização, de uso da tonfa (cassetete) e de uso de armas de menor potencial ofensivo (calibre 12) – e o treinamento de situações de crises – simulação de motins e rebeliões nos pavilhões. Estão vinculados e subordinados operacionalmente ao COPE¹⁹⁰. Tanto o GIR quanto o COPE utilizam a mesma linguagem técnica própria e jargões – de difícil compreensão para qualquer indivíduo externo – de forma a ficar mais fácil a comunicação entre os grupos nos momentos de planejamento, discussão e ação nas operações de intervenção nos pavilhões e celas.

A entrada no GIR significa um momento de descoberta de habilidades, realização do potencial profissional e possibilidade de melhores conquistas futuras na carreira. Esse treinamento contínuo dos integrantes do GIR nas unidades e a busca por especializações muitas vezes reflete o desejo de futuramente ingressarem no COPE. Considerado o “grupo de elite” do sistema penitenciário mineiro o COPE possui uma seleção extremamente rigorosa e considerada acessível a poucos. A título de exemplo: na última seleção interna realizada em 2009 se inscreveram aproximadamente 700 agentes de segurança penitenciária do Estado de Minas Gerais, porém, apenas 136 conseguiram chegar até a fase final.

II.II.III – Ingressando no Comando de Operações Especiais – COPE

A atuação dos integrantes do COPE em diversas unidades prisionais do Estado de Minas Gerais e no processo de treinamento dos agentes novatos (efetivos e contratados) fez com que o grupo se tornasse conhecido e considerado uma referência no que diz respeito à profissionalização da categoria. Desde 2003 eles têm buscado aperfeiçoar os dois tipos de trabalhos a serem desenvolvidos pelo

¹⁹⁰ Ver Art 3º Inciso V da Resolução SEDS Nº 1266 de 25 de Abril de 2012.

comando (intervenções nas prisões e escoltas) e tornar a seleção dos novos integrantes cada vez mais rigorosa. São a última força empregada pelo Estado para conter motins ou rebeliões nas prisões. E, por isso, não podem “perder” ou errar nos momentos de “confronto” com os presos. Para ingressar no COPE é preciso muito mais do que o simples desejo de vestir a farda preta característica dos serviços de operações especiais¹⁹¹, mas possuir requisitos mínimos exigidos e conseguir ser aprovado em todas as fases do processo de treinamento.

Quando eu entrei no contrato, eu lembro que eu estava pagando flexão no meio da rua e o chão estava quente para caramba e eu coloquei o meu crachá embaixo da minha mão, a gente tinha que pagar de mão fechada, então, minha mão estava sangrando já, e eu coloquei o meu crachá para ver se o chão ficava mais frio um pouco para poder pagar a flexão, e aí um dos caras veio me corrigir, esse cara era do COPE. Esse cara era do COPE e ele me corrigiu porque eu coloquei o crachá para ficar mais leve e tal e eu tirei o crachá e tal. E depois, no final, eu perguntei para ele: “Senhor, o senhor é agente penitenciário também? Porque eu achei que era polícia. O Senhor é agente penitenciário também? Ele falou: “Sou”. Eu falei: “Como é que eu faço para vestir a farda igual a do senhor?”(Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

O agente para fazer a inscrição no processo seletivo deve ser efetivo, possuir o mínimo de dois anos de trabalho no cargo, não ter cometido transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos doze meses e não estar submetido a nenhum processo administrativo disciplinar¹⁹². Cumpridos esses requisitos exigidos inicia-se a seleção propriamente dita que consiste em três etapas de caráter classificatório ou eliminatório, são elas: 1) a prova objetiva de conhecimentos técnico-profissionais, 2) a avaliação psicológica e 3) o teste de aptidão física.

Os aprovados nas três fases seguem para a realização do Curso de Operações Especiais do Sistema Prisional - CEOESP com duração de três meses no qual podem desistir (“pedir pra sair”¹⁹³) ou serem eliminados a qualquer momento. No curso é esperado que os agentes se desprendam ou esqueçam os “vícios” de

¹⁹¹ Todos os serviços de operações especiais da segurança pública possuem um uniforme padrão, qual seja, a farda toda preta com o emblema da caveira.

¹⁹² Ver Edital SEDS/EFAP, Nº 02/2009 de 17 de Agosto de 2009. Processo Seletivo para Admissão ao Curso de Especialização em Operações Especiais do Sistema Prisional, para o quadro funcional do COPE.

¹⁹³ Expressão utilizada pelo BOPE da PM. Os gritos de “pede pra sair” são a marca do BOPE, especialmente, quando os recrutados demonstram sinais de cansaço ou fraqueza nas atividades de treinamento. Ver Storani, 2008, p. 81-85.

trabalho assimilados no decorrer da sua trajetória profissional nas unidades prisionais. Existe uma crença difundida no COPE de que os guardas antigos “contaminam” os agentes penitenciários com formas retrógradas – e sem qualquer base científica – de desempenho do trabalho nas prisões. Resistir em buscar progressivamente novos conhecimentos e não desenvolver uma postura diferenciada- maior retidão no comportamento, disciplina, rigor com a higiene pessoal e discrição ao falar -consiste em um dos principais critérios de eliminação dos candidatos.

De início a gente (instrutores do COPE) fala com eles (candidatos) que tudo que eles conhecem de unidade prisional, esqueçam, não que eles desconsiderem, esqueçam. Porque a questão de procedimento, de postura, do COPE, é muito diferente. Pra ir pro COPE, você tem que literalmente morrer, não é morrer na questão física, é morrer de esquecer os vícios antigos e passar para um novo nível (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

No decorrer do curso os candidatos participam de diversas disciplinas (ética, direitos humanos, relacionamento interpessoal, legislação, defesa pessoal, manuseio de arma de fogo, manuseio de instrumentos de menor potencial ofensivo, imobilização, intervenções em ambientes carcerários e escolta) e dos treinamentos (físico, tático e psicológico). De segunda a sábado permanecem na Fazenda Mato Grosso ou na base operacional do COPE nas quais são realizadas as atividades. Somente aos domingos eles são liberados para o dia de folga. Os primeiros treinamentos buscam testar a resistência física dos candidatos (flexão de braço, polichinelo, corrida e natação) e a sua capacidade de sobreviver em ambientes adversos.

Faz corrida com armamento pesado, física com roupa, com armamento. Aprende a dividir as coisas com o colega. Uma marmitta nossa a gente dividia com três, três pessoas com uma mesma marmitta. Isso parece nojento, mas não é. Por quê? Uma marmitta para dividir com três amigos porque é a sobrevivência. Também é a união, porque aquele ali é meu amigo, então a gente tem que ter a parceria ali. É união para a gente aprender o valor do colega. Se ele cai a gente levanta e vai arrastando ele até o fim. Então é para a gente ser sempre junto, sai junto, chega junto, senão vira um bando (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 03 - COPE)

Os treinamentos considerados de caráter tático operacional são voltados para as atividades fim do comando, intervenções e escoltas. São realizadas as

simulações dos diferentes tipos de escoltas (externas, de alta periculosidade de acordo com a classificação de risco do preso¹⁹⁴ e em aviões) e de intervenções em ambientes carcerários. Por exemplo: no vestiário da base operacional do COPE os instrutores escondem uma arma de fogo e jogam diversas granadas de gás lacrimogêneo no local. Os candidatos devem conseguir suportar os efeitos do gás e encontrar a arma.

Os agentes do COPE tem uma representação de que o preso, independente do crime cometido, é perigoso e está sempre tramando contra a vida do agente. São pessoas difíceis de lidar, violentos, hostis, desconfiados, confrontadores e manipuladores. Os agentes não devem temê-los, devem manter distância e demonstrar autoridade (bravura e coragem).

Frente a essa representação os “recrutas” são testados em relação à capacidade de autocontrole do comportamento diante de possíveis resistências violentas dos presos nas unidades e o uso progressivo da força¹⁹⁵. Na casa de dois andares na Fazenda Mato Grosso os instrutores colocam fogo nos cômodos, alvos identificados para treinarem o disparo de tiros¹⁹⁶ e ficam gritando constantemente no ouvido dos candidatos palavras de ordem. Os brados, os insultos e as hostilidades são fundamentais em cursos dessa natureza para testar a tolerância ao estresse e o nível de controle emocional dos candidatos¹⁹⁷. Ou seja, buscam avaliar a capacidade do candidato em suportar situações de pressão, a precisão no momento do tiro e sua resistência física.

Muitas das operações do COPE em unidades prisionais ocorrem em momentos de motins ou rebeliões e, por isso, podem permanecer durante dias no interior dos pavilhões. O objetivo das operações especiais – da “tropa” do COPE - é obter a vitória sobre os presos, cessando a desordem e instaurando a ordem prisional. Os

¹⁹⁴Os presos são classificados de acordo com uma escala de risco (R1 a R5). O preso R1 consiste em um “preso comum”. O preso de risco máximo é o R5, são os “chefes” do tráfico de drogas ou membros de facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital – PCC.

¹⁹⁵ Ver Portaria Interministerial N 4226, de 31 de Dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública.

¹⁹⁶ Armamentos utilizados nas atividades de treinamento de tiro do COPE: pistola calibre 12, pistola calibre 40, metralhadora, CT 30, Fuzil 556 e 762.

¹⁹⁷ STORANI, 2008, p. 100.

candidatos devem demonstrar resistência ao frio, ao sono e a fome para conseguirem, enfim, chegar até a última fase do curso.

Os instrutores estruturam o treinamento para o ingresso no COPE nos mesmo moldes para o ingresso no GIR, porém, com a diferença básica no tempo de duração e no rigor avaliativo. Operações especiais no sistema penitenciário são consideradas de alta complexidade, precisão e cautela. Quando normalmente o COPE é acionado pela direção geral da unidade prisional significa que foram esgotados todas as estratégias de controle sobre a população prisional. Por isso o agente para integrar o comando deve possuir um forte “senso de missão”, de “espírito de corpo”, coragem nas situações de confrontos, disciplina, vigor físico e respeito à hierarquia.

Nós somos entorno de 200 homens num universo de 18.000. O grupo mais bem treinado, eu costumo falar que o difícil não foi entrar pra ser agente, foi entrar pra ser do COPE (...). Eu olhava aquilo e queria ser. O COPE é o supra sumo do sistema, é o grupamento mais bem treinado, o grupamento que tem a melhor logística, você não trabalha diretamente com o preso, você trabalha com todos os presos do Estado, você não tem essa lida direta. É o lugar que todo agente quer estar, porque é a função, é a missão final, o trabalho que todo mundo quer fazer (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 05 - COPE)

Na cerimônia de iniciação os aprovados no curso de operações especiais recebem a farda (camuflada de azul com preto), os instrumentos de trabalho e a insígnia que simboliza o grupo, conforme mostrado nas figuras 01 e 02 no primeiro capítulo. Toda a “tropa”¹⁹⁸ participa da cerimônia e os novos “caveiras” são alertados sobre a importância das suas atividades, da dedicação exclusiva, do investimento contínuo em especialização (ou treinamentos), das regras e os setores específicos de trabalho do comando. Ser do COPE, ser um “caveira”, ser portador da insígnia, deve significar mais do que um símbolo de *status*, mas um sinal de compromisso e responsabilidade com a marca que carregam.

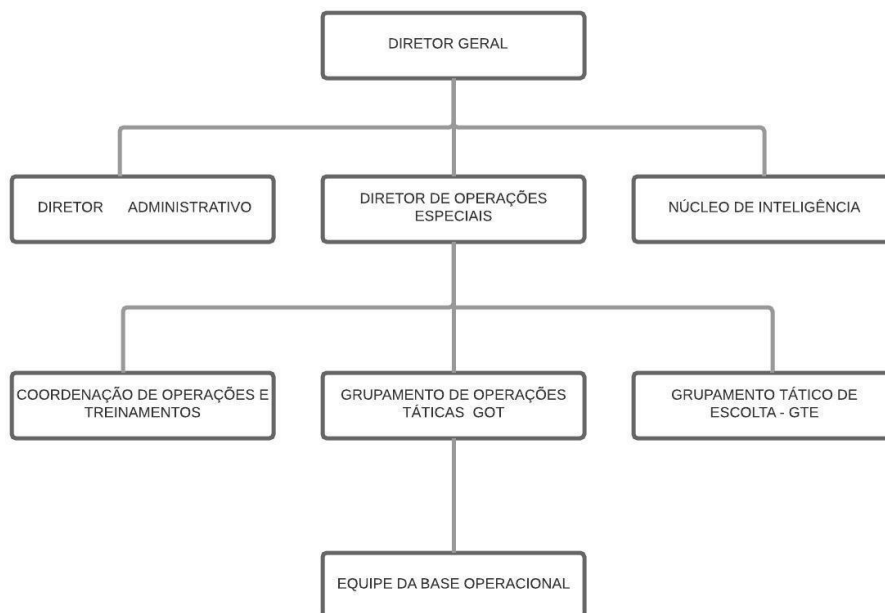
Os “caveiras” do COPE devem possuir uma agressividade controlada, controle emocional, disciplina, honestidade, iniciativa, profissionalismo, lealdade e perseverança. Muitos dos integrantes entrevistados destacavam uma forte

¹⁹⁸ Termo designativo do grupo em situação de combate. Ver Janowitz (1967) e Castro (2004).

identificação com a corporação. Eles se consideravam portadores de um *status* profissional elevado. E fortemente engajados com suas tarefas. Nos momentos de alinhamento da tropa na base operacional do COPE antes de saírem para alguma operação os integrantes mantêm o olhar atento, o semblante fechado, a posição firme, a retidão postural e atitudes enérgicas a cada instrução passada pelo diretor de operações especiais.

O COPE está subordinado diretamente à Secretaria de Administração Prisional (SEAP) e possui uma estrutura própria. São aproximadamente 200 integrantes distribuídos pelos seguintes setores: direção geral, direção administrativa, direção de operações especiais, núcleo de inteligência¹⁹⁹, coordenação de operações e treinamentos, Grupamento de Operações Táticas – GOT, Grupamento Tático de Escolta – GTE e a equipe da base operacional²⁰⁰, conforme o organograma abaixo.

Figura 06 – Organograma do Comando de Operações Especiais



Fonte: Elaboração Própria

¹⁹⁹Agentes penitenciários responsáveis pelas atividades de investigação como, por exemplo, apuração de denúncias de presos ligados a facções criminosas, ataques arquitetados do interior das prisões e agentes envolvidos em casos de corrupção.

²⁰⁰A equipe da Base Operacional faz a segurança externa e interna do prédio. Controlam as entradas e as saídas de pessoas e carros.

Os dois principais grupos - o GOT e o GTE - estão subordinados ao diretor de operações especiais. Estão organizados em quatro equipes, são elas: Alfa, Bravo, Charlie e Beta. O GOT é considerado o “grupo de elite” - os integrantes usam a farda preta característica dos serviços de operações especiais da segurança pública- devido à responsabilidade pelas intervenções nas unidades prisionais. No interior do grupo existe um coordenador, os escudeiros, os atiradores, os granadeiros, os extratores e a equipe de cobertura. No GTE os integrantes estão subdivididos em um líder de guarnição (comandante da missão), um patrulheiro (motorista), um arma longa (responsável pela segurança da equipe) e os condutores (responsáveis pela guarda dos presos).

Assim como ocorre no GIR os integrantes do COPE devem buscar uma congruência entre as posições existentes nos grupos (escudeiro, atiradores ou coordenadores) e suas “maneiras de ser”, “credenciais profissionais” ou “desejo de vir a ser”. Também se encontram sob a estrita vigilância dos diretores que buscam distribuir os integrantes de acordo com a avaliação dos perfis e especializações.

Na base operacional normalmente os agentes das equipes possuem uma rotina aparentemente simples. Chegam no horário do plantão, vestem o uniforme, descem para a academia de ginástica ou realizam uma corrida no entorno do quarteirão da base, depois descansam nos alojamentos e ficam aguardando alguma convocação ou missão a ser definida pelo diretor de operações especiais. O COPE atende a todas as unidades prisionais do Estado de Minas Gerais e também realizam escoltas interestaduais. Em determinados períodos, dependendo da gravidade da situação do motim ou rebelião, podem permanecer durante dias em uma mesma cidade.

Existe entre os diretores uma forte preocupação com a imagem institucional do comando. O modo como o sistema penitenciário mineiro encontram-se (se tranqüilo ou instável) reflete o trabalho do COPE e, por isso, o trabalho desempenhado pelo COPE deve garantir o funcionamento estável do sistema. Consideram-se a face mais visível do sistema penitenciário ultimamente dado que estão constantemente nas ruas realizando operações de escoltas dos presos, nos

diferentes estados da federação e na mídia²⁰¹ em razão das operações de intervenção nas diversas unidades prisionais do Estado de Minas Gerais. E acreditam serem responsáveis não só pelo controle da população prisional do Estado, mas também dos próprios agentes penitenciários.

Como procuramos mostrar ao longo desse capítulo o processo para se tornar um agente penitenciário é lento, desafiante e complexo. O uso do uniforme (ou das fardas), o porte das chaves e a participação nos treinamentos (formais e informais) aos quais os novatos são submetidos representam apenas o ponto de partida de um longo caminho a ser percorrido. Não é suficiente simplesmente que os novatos aprendam as “regras” das prisões, as rotinas, o trabalho prático, a melhor performance, os principais procedimentos para lidarem com os presos não cooperativos e com o grupo dos “guardas antigos”. Eles devem conhecê-las e incorporá-las. Soma-se a isso o fato de que o ingresso na carreira de agente de segurança penitenciária ultimamente pode estar sujeito a mudanças de percurso caso busquem integrar o GIR ou o COPE, tornando-se os “caveiras” do sistema.

Antes de 2003 os guardas de presídio permaneciam durante décadas desenvolvendo a mesma atividade e poderiam somente chegar ao posto máximo de inspetores de equipes nas penitenciárias do Estado. O treinamento apresentava um caráter mais individualizado e cada guarda transmitia ao novato seu estilo próprio de trabalho. Valorizava-se a iniciativa individual, o diálogo próximo com os presos para a conquista da cooperação e as estratégias de negociação com as lideranças de pavilhões.

Hoje, diferentemente, os agentes podem almejar os grupamentos táticos especializados ou serem indicados para os cargos de direção (geral, de segurança e de atendimento) das unidades prisionais. Os treinamentos apresentam um caráter mais coletivo – formação de “times táticos”, “equipes” ou “tropas” – nos quais o alinhamento dos grupos de trabalho são considerados mais importantes do que os próprios indivíduos. A valorização da disciplina, da

²⁰¹Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/operacao-a7-a3o-fecha-o-cerco-a-l%C3%ADderes-do-pcc-em-pres%C3%ADdio-de-uberaba-1.1521259>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

hierarquia, do “espírito de corpo”, do “senso de missão” e da coesão são considerados requisitos essenciais para a conquista da eficiência no trabalho.

Nas prisões de Minas Gerais não apenas os prisioneiros tem se organizado em grupos com suas próprias regras, crenças, valores e normas compartilhadas. Os agentes penitenciários também deixaram de ser um grupo único e indivisível. No interior das unidades existem os “guardas antigos”, os agentes “novatos” e os agentes de grupamentos táticos. Essas diversificações de perfis (tanto do lado dos presos quanto dos agentes penitenciários) vieram acompanhadas de rixas, conflitos e acirraram as tensas clivagens existentes nos ambientes prisionais refletindo, portanto, no modo como o cotidiano prisional tem sido administrado, como será exposto a seguir.

A população prisional se tornou mais diferenciada quando comparamos com a distinção binária operada pelos guardas de presídio entre os “presos de cadeia” e os “presos de penitenciária” em meados da década de 1980. O *staff* prisional tem sido demandado a lidar com esses perfis bastante específicos de presos como, por exemplo, os ligados a gangues juvenis, os “chefes” do tráfico de drogas e os considerados pertencentes a facções criminosas.

PARTE II

EM BUSCA DE EFICIÊNCIA

CAPÍTULO III – O TRABALHO NAS PRISÕES

“Amadores” *versus* “Profissionais”

A expansão sem precedentes do sistema penitenciário mineiro nas duas últimas décadas aumentou a pressão para os agentes de segurança penitenciária se tornarem mais eficientes no desempenho de suas atividades custodiais. A busca por tal eficiência ocorreu mediante o investimento em programas formais de treinamento similares aos existentes nas forças especiais das policiais militares brasileiras. No entanto, nem todos os membros do grupo ocupacional foram atingidos por esse processo de profissionalização da força custodial no Estado. Essa diferenciação gerou uma clivagem no grupo, de um lado, encontram-se os agentes de linha de frente rotulados de “amadores” e, do outro, os agentes pertencentes aos grupamentos táticos especializados, rotulados de “profissionais”. Neste capítulo será exposto como essa clivagem gerou tensões, conflitos e diferentes concepções sobre os melhores métodos de trabalho a serem empregados para a administração cotidiana dos ambientes prisionais.

III. I – A organização do trabalho custodial

Antes dos novatos iniciarem efetivamente o trabalho nas prisões o diretor de segurança da unidade normalmente realiza uma “pré-seleção” (verificação dos currículos) com o propósito de identificar possíveis perfis específicos (formação educacional, cursos realizados e habilidades profissionais) de agentes e, em seguida, distribuí-los pelos diferentes setores de trabalho e equipes. Essa análise preliminar busca evitar insatisfações com as atividades a serem desempenhadas e aproveitar ao máximo as especialidades de cada um. Por exemplo: agentes com curso superior em direito ou administração podem ser alocados nos setores administrativos, agentes com cursos de especialização em vigilância privada podem trabalhar no interior dos pavilhões e aqueles habilidosos com armamentos podem cumprir suas funções nos postos de trabalho externos (guaritas, muralhas ou portarias).

O trabalho custodial é organizado com a formação de equipes nos mais diversos setores existentes em uma unidade prisional, os considerados principais são os seguintes: os postos de trabalho internos – gaiola²⁰², tranca²⁰³ e trânsito interno²⁰⁴ -e os postos de trabalho externos – portarias, censura²⁰⁵, muralhas, inteligência, guaritas, GETAP, GIR, canil, CFTV²⁰⁶ e administrativo. Os setores possuem suas próprias rotinas e atividades específicas a serem desenvolvidas para a garantia do funcionamento da unidade. Cada equipe possui um coordenador (um “líder” escolhido pelo diretor de segurança), responsável pela organização da rotina de trabalho e distribuição das tarefas diárias. Os membros das equipes estão subordinados aos coordenadores que, por sua vez, estão subordinados aos diretores (geral, administrativo, segurança e atendimento). O organograma da Penitenciária Nelson Hungria, abaixo, ilustra os diferentes níveis administrativos e de comando característicos de uma penitenciária no Estado de Minas Gerais.

²⁰² Consiste em um espaço no interior do pavilhão no qual o agente penitenciário controla as entradas e saídas dos pavilhões. O espaço lembra uma “gaiola”, pois o agente fica envolvido por grades. Esse agente é o responsável por todas as chaves do pavilhão e das celas.

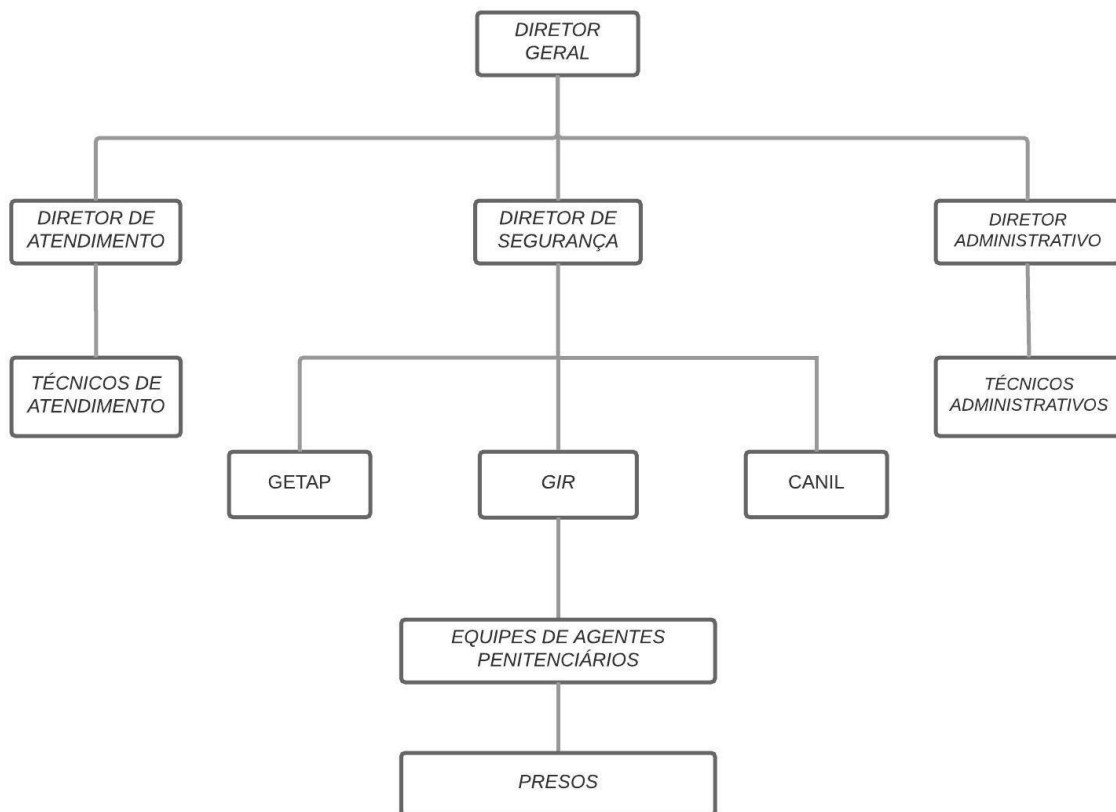
²⁰³ Aqueles que trabalham na “tranca” dos presos são os responsáveis por soltar os presos para o banho de sol diário e recolhe-los para o interior das suas celas assim que termina o horário.

²⁰⁴ Os agentes que trabalham no trânsito interno são responsáveis por retirar os presos das celas para atendimentos de natureza diversa (jurídico, disciplinar, psico-social ou visitas assistidas). Eles fazem a guarda dos presos no interior das unidades. É considerado um trabalho extremamente cansativo, pois o agente caminha com os presos durante todo o seu expediente.

²⁰⁵ O trabalho nos postos de censura consiste em uma atividade de averiguação de objetos considerados proibidos de entrarem na unidade (drogas, celulares). Os postos de censura estão localizados nas portarias das unidades e em seu interior, pois quando os presos recebem algum sedex são esses agentes a abrir as caixas na frente dos presos.

²⁰⁶ O CFTV é um sistema de monitoramento eletrônico existente em algumas penitenciárias do Estado, dentre elas, na Penitenciária Nelson Hungria. Existe uma sala com televisões nas quais os agentes conseguem observar o interior dos pavilhões e toda a movimentação da parte externa a unidade.

Figura 07 – Organograma da Penitenciária Nelson Hungria - PNH



Fonte: Elaboração Própria

Os agentes de segurança penitenciária, em geral, executam suas atividades em turnos que se revezam no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. Aqueles que integram os setores administrativos, por sua vez, trabalham normalmente num regime de oito horas diárias. Também existe uma escala de trabalho bastante *sui generis* que consiste na chamada “semana cheia, semana vazia”²⁰⁷. Tanto os agentes efetivos quanto os contratados encontram-se distribuídos por essas diversas equipes com vistas a garantir a manutenção da segurança e da ordem nas prisões.

O trabalho em equipe requer confiança, alinhamento e planejamento das atividades a serem executadas, especialmente, entre aqueles que lidam

²⁰⁷ Em uma semana os agentes trabalham segunda, quarta, sábado e domingo e, na outra semana, trabalham somente terça e quinta. Muitos dizem preferir esse regime de trabalho, pois podem realizar outros trabalhos – os chamados “bicos” – para complementarem o salário, especialmente, os contratados.

diariamente com os presos. Em um cenário de superlotação existe uma forte demanda para a composição de equipes com muitos membros no interior das prisões. Com equipes deficitárias muitas vezes não conseguem cumprir as atividades rotineiras em um único dia de trabalho (controle das entradas e saídas do pavilhão, averiguação das celas e cadeados, vigilância dos comportamentos e atendimento dos pedidos dos presos) e, por vezes, sentem-se extremamente vulneráveis em relação aos detentos.

São os agentes nas “gaiolas” e nas atividades de “tranca” que possuem as habilidades para captar o “clima”²⁰⁸ nos pavilhões, resolver os problemas de indisciplina, além de buscar prevenir os possíveis conflitos violentos a surgir entre os presos nas celas. Como relatado pelo entrevistado a seguir os “vigiados” tornam-se os próprios agentes quando os membros das equipes não se engajam e não buscam trabalhar de maneira unida e coordenada.

Eu sempre falo com os colegas que nós somos uma equipe aqui dentro. Nós temos que ser companheiros. E se nós não formos unidos aqui dentro... aqui dentro, não é?. É complicado, por que, hoje, por exemplo, nós somos vigiados... eu sou um rosto, mas tem oitocentos presos, no entorno, oitocentos presos que olham para mim, quer dizer, sou eu contra oitocentos. Oitocentos caras que me vigiam, eu não tenho como vigiar todo mundo. Então a gente sempre procurar trabalhar em quê? Em equipe. Então a gente conversa, a gente discute: "Gente vamos tomar cuidado desse jeito"; "Tal pavilhão está um pouco exaltado"; "O outro pavilhão está calado demais"... Porque o sistema, a cadeia ela funciona assim se o pavilhão está muito bagunçado, exaltado, ele é muito perigoso; mas se o pavilhão está quietinho, calado, em silêncio é mais perigoso ainda (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – Jason Soares Albergaria)

Nas mudanças de plantão no interior dos pavilhões os agentes também procuram ser extremamente cautelosos. Nesses momentos os presos percebem a troca de turno dos agentes, a ausência de vigilância interna e podem colocar em ação algum tipo de plano (de fuga, de resolução de desavenças nas elas, uso de drogas ou de celulares escondidos). E, por isso, a comunicação entre os “gaiolas” torna-se uma atividade extremamente importante para o desempenho eficiente do trabalho. Procurar saber como está o “clima” no pavilhão, se aconteceu algum problema no plantão à noite, se o colega está se sentindo bem e se existe a necessidade de direcionar a vigilância para alguma cela em específico é o que se

²⁰⁸ MORAES, 2013, p.136.

espera de um agente na linha de frente do sistema penitenciário. Feitas essas averiguações, conferem o caderno de controle das notificações disciplinares, as ordens do dia da direção e começam a ronda pelo interior das alas.

O trabalho nos pavilhões demanda perspicácia e habilidades específicas dos agentes para conseguirem interpretar situações conflituosas (discussões e brigas entre os presos), atos suspeitos e comportamentos considerados “estranhos”. Para esses postos normalmente os diretores escalam os “guardas antigos” e os “agentes novatos” da unidade prisional. O primeiro possui o estoque de conhecimento conquistado com o tempo de trabalho, a habilidade para dialogar com os presos, negociar e interpretar possíveis situações disruptivas²⁰⁹. Os novatos, por sua vez, precisam aprender as principais atividades de custódia dos presos e desenvolver tais habilidades.

No entanto, como destacado no capítulo anterior, nem todos os agentes estão dispostos a exercerem suas funções em qualquer posto de trabalho a ser indicado pelo diretor de segurança, sobretudo, aqueles que demandam contato direto e contínuo com os presos (gaiola, tranca e trânsito interno). Esses locais são percebidos como perigosos, de pouco prestígio, cansativos, estressantes e não necessitam de uma “especialização” ou aperfeiçoamento profissional formal específico para o desempenho das atividades. Apesar de serem considerados cruciais para a manutenção do equilíbrio²¹⁰ nas prisões. Na visão dos agentes novatos o trabalho nas gaiolas dos pavilhões apenas se resume a abrir e fechar celas, verificar cadeados, observar comportamentos, fazer anotações no caderno de controle disciplinar, atender aos pedidos dos presos e controlar a entrada e saída dos presos dos pavilhões.

Nos últimos quinze anos o trabalho custodial se tornou mais diversificado e especializado, especialmente, com a transferência gradativa da responsabilidade da segurança externa das penitenciárias dos policiais militares para os agentes e devido a criação dos grupamentos táticos (GIR, GETAP e COPE). Os membros do *staff* prisional não mais se constituem como uma força de trabalho

²⁰⁹ PAIXÃO & COELHO, 1984, p.325.

²¹⁰ COELHO, 2005, p. 83.

monolítica²¹¹, como ocorria em meados da década de 1980²¹², pelo contrário, podem estar engajados em uma variedade de tarefas dentro e fora das prisões que os colocam em contato com diferentes atores - presos, colegas de trabalho, familiares de presos, diretores, gestores da secretaria de administração prisional, policiais civis, policiais militares e membros do Ministério Público - do sistema de justiça criminal. Multiplicaram-se os postos de trabalho e as possibilidades dos agentes de exercerem diferentes atribuições. Ou seja, não somente no trabalho direto e contínuo com os presos.

Essa diversificação das atribuições também foi acompanhada por uma espécie de “escala de prestígio” conferida a esses postos de trabalho e aos agentes que os ocupam dentro e fora das prisões. Quanto mais próximos aos presos estiverem os agentes, menos “especializados”, menos “profissionalizados”, menos respeitados e mais “descompromissados” com o trabalho, enquanto isso, quanto mais distantes do contato com os presos, mais especializados, mais profissionalizados (e, portanto, mais militarizados²¹³), mais respeitados e mais comprometidos. Nesse *continuum* estabelecido poderíamos situar o “guarda antigo” no início dessa escala, o agente do GIR ou do GETAP no meio e o agente penitenciário do COPE no fim, sendo, portanto, considerado portador de um *status* superior em relação aos demais.

No interior das penitenciárias, de um lado, temos os “guardas antigos” e os “agentes novatos” nos pavilhões executando o trabalho rotineiro de custódia dos presos e, do outro, os responsáveis pela segurança externa da unidade (muralhas, guaritas e portarias) e os membros dos grupamentos especializados organizados em “times táticos”. Tais divisões geraram descontentamentos, a fragmentação do *staff* prisional em grupos específicos e uma convivência tensa (e, por vezes, conflituosa) ao organizarem as atividades rotineiras a serem executadas. Cada subgrupo possui valores, normas e crenças bastante próprias.

²¹¹ JACOBS, 1975, p.14.

²¹² PAIXÃO & COELHO, 1984, p. 327.

²¹³ O militarismo consiste em uma ideologia focada nos melhores meios para se resolver problemas de natureza diversa. Consiste em um conjunto de crenças, valores e premissas que coloca o uso da força e a ameaça de violência como o meio mais apropriado e eficaz para resolver problemas. Enfatiza o exercício do poder militar, de equipamentos de guerra, organização, operações e tecnologias característicos dos exércitos. A militarização significa, portanto, a implementação da ideologia do militarismo em uma dada organização, conforme destacado por Kraska (2007, p.502).

E cada qual tem percepções diferenciadas em relação ao desempenho do seu papel nas prisões.

Alguns trabalhos²¹⁴ da tradição sociológica de estudos sobre prisões que direcionaram o olhar em específico para o grupo dos guardas mostraram como em razão do exercício cotidiano da autoridade e da oposição estrutural aos presos desenvolviam um profundo senso de solidariedade, união e coesão social entre eles. O grau de coesão entre os membros desse *staff* seria tão forte a ponto de emergir uma “subcultura ocupacional custodial”²¹⁵. Ou seja, a “subcultura cativa”²¹⁶ não seria a única existente nos ambientes prisionais.

Tão significativa e forte como a primeira os guardas possuiriam um “código de conduta” não menos rígido e com padrões de comportamento a serem seguidos bem delimitados²¹⁷. Essa subcultura surgiria como resposta à oposição dos presos, como estratégia de sobrevivência a um ambiente institucional com condições precárias de trabalho²¹⁸ e como forma de se protegerem das críticas do público externo. Conforme destacado por Jacobs & Retsky (1975, p. 10):

A estigmatização do trabalho, a jornada de trabalho peculiar e o isolamento freqüente das prisões em locais de difícil acesso fazem com que se desenvolva entre os guardas certo espírito de solidariedade. Como a polícia, os guardas podem algumas vezes se ver como uma sociedade a parte (...). A subcultura que se desenvolve nessas comunidades fechadas promove uma visão de mundo paroquial e defensiva (tradução nossa)²¹⁹

Tais descrições sobre o “mundo dos guardas”²²⁰, considerado pouco explorado e compreendido pelos estudos sociológicos sobre prisões, apresentaram a homogeneidade, a harmonia e a coesão como as principais características desse grupo. Envolvidos profundamente com o seu trabalho e performando as mesmas tarefas rotineiras durante anos os guardas acabariam se tornando “cativos” do

²¹⁴ Ver, por exemplo, ESSELSTYN (1985) e LOMBARDO (1985; 1989).

²¹⁵ DUFFE, 1974, p.168.

²¹⁶ SYKES & MESSINGER, 1960, p. 5.

²¹⁷ KAUFFMAN, 1981, p. 272-273.

²¹⁸ KAUFFMAN, 1981, p.285

²¹⁹ "The stigmatization of the job, the peculiar working hours, and the frequent isolation of the prisons in out-of-the-way places make for a certain esprit and solidarity among the guards. Like the police, guards may sometimes view themselves as a society apart (...). The subculture which develops in these closed communities promotes a parochial and defensive world view".

²²⁰ PHILLIBER, 1987, p. 25.

ambiente prisional e sendo progressivamente “encapsulados”²²¹ pelo papel que desempenham. Ou seja, estariam “aprisionados” mesmo quando fora das prisões dado o estado constante de vigilância e alerta demandados pela atividade custodial que desempenham.

No entanto, não só os ambientes prisionais mudaram com o crescimento exponencial das populações prisional como também os modos de exercício da autoridade pelo staff. Foram agregados novos conhecimentos, novas formas de treinamento da atividade, novas tecnologias para a administração cotidiana das prisões (monitoramento eletrônico) e novos instrumentos de trabalho (armas de fogo, armas *taser* e comunicação via rádio). O grupo do staff também cresceu e se tornou mais diverso, especializado e profissionalizado. Torna-se, portanto, quase ilusório pensar esse grupo a partir de referências únicas como “subcultura”, harmonia e coesão. Os conflitos entre diferentes gerações do *staff* prisional são o principal reflexo dessas mudanças (fragmentações) pelas quais tem passado o grupo.

No dia-a-dia das equipes de trabalho o aprendizado das tarefas e o modo como devem ser executadas ainda é transmitido pelos mais antigos de função. Os “guardas antigos” procuram “treinar” os novatos assim que ingressam nas prisões, alertando-os para os perigos advindos com a aplicação rígida do regulamento e dos procedimentos técnicos ensinados pelo COPE, como destacado anteriormente. Precisam saber “dosar” o uso da autoridade, dialogar com os presos e conquistar o respeito da população sem demonstrações excessivas de força física.

O trabalho custodial tradicional (vigiar, conferir cadeados e lidar com os presos) demanda certo tempo para ser assimilado²²² e o aprendizado dessa “malícia” conferia aos membros mais antigos do *staff* uma posição de prestígio e autoridade nas prisões nas décadas de 1980 e 1990, como descrito no primeiro capítulo. Os guardas na linha de frente possuíam uma reputação ilibada e conquistavam o respeito dos internos em virtude do conhecimento do uso

²²¹ KAUFFMAN, 1981, p. 202.

²²² MORAES, 2005, p.233.

estratégico da “malícia”. O saber prático²²³ do “guarda antigo” ainda é acionado pelos “líderes” das equipes e pelos agentes novatos, porém os mesmos deixaram de possuir ampla autonomia decisória, de exercer completamente sua autoridade nas alas dos pavilhões e de desfrutar de uma posição de prestígio.

Isso... tem pessoas aqui que... Agentes efetivos, hoje, que já são pessoas que eram do contrato. Então... Já são pessoas que já tem experiência de dez anos, nove anos. Então... Essas pessoas passam para gente, né? - Como lidar com o dia a dia. Então... a gente para muito pra ouvir isso... A gente colhe dessas pessoas que tem mais experiência, para gente estar podendo... né? - Captar essas experiências boas... E também, não só também as experiências boas, mas as experiências negativas também. Para a gente poder aprender a lidar no dia a dia. Então, a gente procura muito seguir, ouvir essas pessoas que tem experiências no sistema já... Para poder estar aprendendo. Por que a experiência... Cada dia que se passa você vai aprendendo uma coisa nova (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - CERESP)

Essa relação estabelecida entre os “guardas antigos” e os “agentes novatos”, sobretudo, no processo de transmissão do conhecimento em relação ao trabalho nas prisões não é caracterizada somente pela harmonia e companheirismo. Os “guardas antigos” rotulam os “agentes novatos” de “barrigas verdes”²²⁴, alegam a falta de união entre eles em decorrência da separação das funções em equipes de trabalho e a identificação dos novatos com o trabalho “policial” em detrimento do trabalho custodial. Tal identificação encontra-se refletida no desejo dos novatos em trabalhar somente nos postos de segurança externa da unidade nos quais vão portar armas de fogo ou de integrar futuramente o GIR ou o GETAP.

Hoje em dia o agente penitenciário novato ele não confia no agente penitenciário mais antigo. (Por quê?) Pela promoção desses grupos (GIR, GETAP e COPE), o estado ele divide e também gera a desconfiança entre eles, porque eles não trabalham juntos, eles trabalham de forma isolada. Então, um grupo não conversa com o outro. É um absurdo. Os agentes penitenciários que trabalham... não conversam com os agentes penitenciários que trabalham na equipe de plantão (gaiola e tranca). Existe essa diferenciação sim, então existe essa desconfiança (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – Jacy de Assis)

Alguns agentes novatos, por outro lado, não acreditam na eficiência do trabalho dos “antigos” no desempenho do seu papel custodial, rotulando-os de

²²³ COELHO, 2005, p.97.

²²⁴ Rótulo que significa que ainda são considerados os “bebês” do sistema penitenciário, sem qualquer tipo de experiência ou conhecimento sobre a vida e o trabalho nas prisões.

“amadores”, “truculentos”, “corruptos” e “sem profissionalismo”. Na convivência diária nos pavilhões, ao trabalhar um agente antigo com um agente novato, por vezes, eclodem situações de desavenças no que diz respeito à escolha dos procedimentos de vigilância e segurança a serem executados. Os antigos acionam o seu “saber prático” advindo da ampla experiência com os presos, enquanto, os novatos procuram replicar os procedimentos de segurança padrão ensinados pelos instrutores do COPE.

Bom, o comportamento que o pessoal tem, que o pessoal mais antigo tem, que é um pouco... alguns, né?. A questão da falta de atenção nas galerias, eles acham que é tudo muito tranquilo, igual, por exemplo, você tirar um preso para um advogado... é um preso que você tira, tem que ter uns cinco agentes para abrir a cela, tirar o preso e levar. Para um que está na... na capa, que a gente fala, que é a grade, um (agente) para abrir, um para cobrir, um para ficar no ferrolho, um para cobri-lo e o outro armado, é o certo. Tem gente que entra na galeria sozinho, abre cela sozinho, que é errado, não pode. Tem agente que entra de dois, de três, com o faxina (preso que trabalha no pavilhão) solto... então o risco é muito grande. Há também a questão da... da truculência, os agentes mais antigos que estão aí assim, há vinte, dez, doze, treze anos (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - CERESP)

Essa distinção operada pelos agentes entre os considerados “amadores” e os “profissionais” do sistema se torna mais acentuada quando são analisadas as interações estabelecidas entre os agentes na linha de frente da unidade e, entre esses, e os integrantes do GIR. Ser um “profissional” do sistema prisional significa para os “caveiras”, possuir um forte senso de missão na execução das tarefas, ser disciplinado, respeitar a hierarquia entre os pares e manter um comportamento formal distanciado em relação aos detentos. Esse modo de tratamento formal e impessoal também se estende aos próprios colegas de profissão não pertencentes ao grupamento. De acordo com os integrantes do GIR, os problemas a surgir no interior das unidades prisionais não são unicamente causados pelos presos, mas também pelos próprios agentes. E, por isso, precisam fazer uma vigilância cerrada sobre os dois grupos. Ou seja, desconfiar de qualquer atitude considerada suspeita vinda dos dois lados.

Então, eu trabalho muito com hierarquia, com postura e a maioria aqui não, não viveu muito disso. Infelizmente aqui nosso - não só nessa unidade - mas o sistema em si ele tem muitos problemas com segurança. Então têm quadrilha aqui dentro de agente penitenciário que passa celular, droga, informações para o detento de moradia, de familiar. Então, eu evito ter contato externo com o agente penitenciário. Não chegar lá

fora eu finjo que não conheço, mas eu evito, por questão de segurança (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - CERESP)

Os agentes integrantes do GIR não interagem constantemente com os presos, fazem a supervisão e auxiliam os agentes das equipes internas (gaiola e tranca) em situações consideradas de maior risco - momentos de soltura para o banho de sol, transferência de presos para os pavilhões ou escolta de presos no interior da unidade - e, por isso, são rotulados pelos outros agentes de “morosos”, “superiores” e “policiais”. Na visão dos “guardas antigos” eles não desempenham o “verdadeiro” trabalho do agente que consiste especificamente em fazer a vigilância e a custódia direta dos presos. Além do mais o trabalho de supervisão interna realizada pelo GIR é considerado por muitos como uma grave violação à regra básica de convivência harmônica entre os pares, qual seja: nenhum agente possui mais autoridade que o outro!.

Os GIR eles falam, eles se autodenominam, os caveiras do sistema prisional, né?. São, são realmente, são, que nem eu falei para você, são grupos que são especializados, são grupos que são treinados, são grupos que são preparados pra aquilo? São. Só que eles ficaram com essa idéia que eles são um grupo a parte, eles não têm que conversar com as pessoas. Então você chega em unidade aí que o GIR não cumprimenta nem o GIR da outra unidade. Tem unidade que você vai que os caras nem conversa com você, entendeu?. Então veio essa cultura já, que nem eu falei para você, foi criado... veio de uma área militar (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - PNH)

Eu falo assim, o grupo como um todo, esses não tem como eu não citar, porque esses dois grupos, eles... eles trabalham de uma forma padronizada. O GIR... o GIR segue até... como que... como que eu posso dizer, meio que uma... uma... meio que um militarismo, entendeu?. De certa forma, eles seguem ensinamentos militares e... para poder entrar em galerias e coisa e tal. O GTI²²⁵ ele não tem esse militarismo aplicado, mas eles têm um procedimento certo a ser seguido, eles entram na cela... eles entram na... no pavilhão, o agente X abre a porta da cela, agente Y faz essa proteção, agente Z fica no corredor. Então assim, os que trabalham de forma mais padronizada são o GTI e o GIR (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 03 – BICAS II)

As equipes Alfa e Bravo do GIR se sentem responsáveis pela missão de segurança da penitenciária como um todo. E, segundo eles, os agentes “despreparados” causam mais problemas que os presos no interior dos pavilhões

²²⁵ Grupo de Trânsito Interno - GTI.

em razão do “amadorismo”. Recorrentemente precisam realizar “operações surpresa” no interior dos pavilhões com o propósito de encontrar objetos ilícitos nas celas (drogas ou celulares) e verificar a existência de algum problema no desempenho da execução dos procedimentos rotineiros de segurança. Tais operações são planejadas entre o diretor de segurança, os coordenadores do GIR e os agentes do setor de inteligência²²⁶.

O desconhecimento da realização dessas “operações surpresas” no interior dos pavilhões nos quais trabalham tem gerado descontentamentos entre os agentes na linha de frente (gaiolas, tranca e trânsito interno) e um sentimento de progressiva “erosão de autoridade”²²⁷ perante os presos. Nos momentos dessas operações eles são afastados dos seus postos e devem aguardar até a conclusão dos procedimentos internos. E, dependendo do que os agentes do GIR encontrarem no interior das celas (celulares ou drogas), eles podem ser considerados suspeitos em potencial pela facilitação da entrada de tais objetos ilícitos e se tornarem alvo de vigilância cotidiana dos agentes do setor de inteligência e do próprio GIR.

O equipamento do GIR é de ponta, de última linha, o equipamento novo, excelente de trabalho. Já o equipamento do agente plantonista, diarista ali, não, é obsoleto. Mas ocorre o seguinte, enquanto tiver essa diferenciação de equipamento, de farda, o agente que está na linha de ponta ali, ele se sente diminuído, derrotado (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – Jacy de Assis)

Essas tensões entre os grupos de agentes (“guardas antigos”, “agentes novatos” e dos grupamentos táticos) se conjugam no dia-a-dia das prisões às existentes ao lidarem diretamente com os presos nas celas. Cada grupo possui uma visão e concebem um modo específico de interação a ser estabelecido com os presos. A natureza dessa interação entre o *staff* prisional e os presos é considerada por alguns autores²²⁸ como “o coração da vida prisional”²²⁹, pois o seu caráter (cooperativa ou repressiva) assegurará ou não equilíbrio interno.

²²⁶ Agentes penitenciários responsáveis pelas atividades de investigação nas penitenciárias.

²²⁷ HEPBURN, 1984, p.579.

²²⁸ Dentre eles Sykes (1965), Sparks & Bottoms (1995) e Liebling et al (2011).

²²⁹ LIEBLING *et al*, 2011, p. 83.

No entanto, a manutenção desse equilíbrio tem se tornado cada vez mais complexo devido às mudanças nos perfis criminais e no padrão de interação entre os presos nos ambientes prisionais. Os agentes têm sido demandados a lidar com uma clientela extremamente diversa no que diz respeito aos seus “códigos de conduta”, alianças e rivalidades. E, administrar o cotidiano dessas prisões, tem requerido um conhecimento mínimo sobre o modo como cada grupo de presos interage e opera. Além de um acompanhamento de perto dos seus movimentos no interior dos pavilhões.

III. II – A administração do cotidiano prisional

Ordem e controle

Antes de a SUAPI assumir o controle sobre as instituições prisionais de Minas Gerais, a polícia civil se ocupava da função investigativa e da guarda dos criminosos. Esta última função, por seu turno, não se coaduna com a atividade policial e com as atribuições legais reservadas a esse órgão do sistema de justiça criminal brasileiro, de polícia judiciária. A transferência gradativa dos presos das carceragens policiais para as unidades prisionais desafogou as delegacias e ensejou um movimento de circulação de presos pelas diversas instituições penitenciárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH²³⁰ a partir de 2003.

Os presos que antes permaneciam durante meses e anos nas dependências das carceragens policiais iniciam hoje seu percurso pelo sistema penitenciário com a chegada aos Centros de Remanejamento do Sistema Prisional - Ceresp nos quais aguardam julgamento e, se condenados, são transferidos para uma das vinte e oito unidades prisionais da região metropolitana.

O tempo entre a chegada e a saída dos Ceresps é marcado por diferentes procedimentos administrativos, dentre eles, as averiguações do histórico criminal

²³⁰ RIBEIRO *et al*, 2004.

do preso, a realização de um mapeamento preliminar pelos agentes penitenciários (conversa com os recém-chegados) com vistas a verificar se o mesmo possui algum tipo de desavenças ou rivalidades com outros reclusos e, por fim, o encaminhamento para uma das celas do centro de remanejamento. Essa atividade inicial de verificação após o preso ser deixado pelos policiais civis é realizada pelos agentes do Núcleo de Segurança Interna (NSI). Eles controlam a quantidade de vagas, fazem a averiguação criteriosa dos perfis criminais e mantêm contato contínuo com os núcleos de outras unidades prisionais da região metropolitana.

Assim... Aqui (CERESP) acontece, às vezes, por exemplo... O preso alega que tem alguma rixa... Uma... entre eles - Né? - Um problema de gangues entre eles lá fora. Aí eles estão na mesma galeria. A galeria "A", por exemplo... Quando tira eles pro sol, vai a galeria "A", toda. Um dia da galeria "A", vai a galeria toda. Então... Quando acontece isso, vai e avisa já: "Eu não posso ficar nessa galeria aqui não, por que eu tenho problema - Né? - lá de fora". Aí... É passado para o coordenador e o coordenador vai avaliar, e juntamente com a inteligência, vai investigar se realmente existe isso e pra qual galeria ele pode ser levado. Aí faz uma pesquisa se a galeria... Se lá aceita ele, direitinho, justamente (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - CERESP)

No caso, inicialmente, quando eles (presos ligados a gangues) chegam, eles chegam bem humildes, né? Conversam com todos, né, mas eles sempre procuram ficar próximos a... aos seus amigos, pessoal que já é da gangue... Então eles caçam problema na cela só para mudar para uma cela mais próxima, ou mudar para uma cela que tenha um integrante, e... aos poucos, eles vão se juntando. É...é muito, muito complexo isso (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - CERESP)

O trabalho do NSI encontra-se alinhado com o de inteligência nas unidades prisionais. Agentes do setor de inteligência fazem investigações cotidianas minuciosas a respeito do histórico dos presos, dos comportamentos e procuram identificar possíveis ações ou planos que possam desestabilizar o cotidiano prisional. Tal atividade também conta com a colaboração de alguns presos "delatores" que possuem sua identidade preservada para não serem mortos nos pavilhões caso seus pares descubram a sua delação. A atenção normalmente é direcionada para presos com suspeição de vínculos com facções criminosas, "chefes" do tráfico de drogas e membros de gangues. Consiste em um trabalho ao mesmo tempo preventivo e investigativo. São eles também os responsáveis por informar à direção das unidades prisionais os "tipos" de preso a serem transferidos ou encaminhados, além do seu grau de "periculosidade".

A passagem dos presos pelos centros de remanejamentos é provisória e, caso sejam condenados, eles serão removidos para alguma penitenciária da RMBH. O remanejamento dos condenados é realizado pela SUAPI (atualmente pela Secretaria de Administração Prisional – SEAP) através da verificação da existência de vagas nas prisões, do grau de “periculosidade” do preso e a escolta de transferência fica a cargo dos agentes penitenciário que integram o Comando de Operações Especiais - COPE.

Ao deixar as dependências dos centros de remanejamentos, tem início a distribuição dos presos sendo que, muitos deles, são encaminhados às unidades prisionais destinadas ao recebimento de presos com perfis bastante específicos, como, por exemplo, a Penitenciária Nelson Hungria, a Penitenciária José Marinho Drummond²³¹, a Penitenciária Jason Soares Albergaria²³² e o Presídio de Vespasiano²³³. A Penitenciária Nelson Hungria, em especial, reúne uma população prisional bastante diversa no que diz respeito aos seus perfis criminais e tem demandado um trabalho mais cauteloso de triagem.

Na chegada dos presos as penitenciárias os agentes realizam um novo mapeamento preliminar²³⁴ com o propósito de conhecer melhor o histórico criminal do recém-ingresso e evitar preventivamente possíveis brigas, conflitos violentos ou mortes no interior dos pavilhões²³⁵. Torna-se importante conhecer o tipo de crime cometido, a orientação sexual, o pertencimento a alguma gangue juvenil ou facção criminosa (especialmente ao Primeiro Comando da Capital – PCC) e se possui algum tipo de rivalidade ou “guerra de rua”²³⁶ com algum preso cumprindo pena na penitenciária. Muitos no seu primeiro dia na penitenciária também informam aos agentes sobre suas filiações a determinados grupos e se existe algum desafeto cumprindo pena na unidade para a qual foi transferido.

²³¹ Penitenciária para a qual são encaminhados os presos condenados por crimes sexuais e membros de gangues rivais. Conhecida como uma “prisão seguro”.

²³² Penitenciária para a qual são encaminhados presos que se auto-declaram homossexuais. Existe um pavilhão específico para presos com esse perfil.

²³³ Penitenciária para a qual são encaminhados presos que se auto-declaram homossexuais. Como na Jason também existe um pavilhão específico para presos com esse perfil.

²³⁴ COELHO, 2005, pp. 103-104.

²³⁵ COUTO, 2011, p. 21.

²³⁶ Os presos chamam de “guerras de rua” as rivalidades entre grupos de criminosos (gangues ou chefes do tráfico) nos aglomerados e favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Nas penitenciárias o isolamento preventivo de presos considerados “caguetas” ou “X9”²³⁷, “ratos de boca”²³⁸ e condenados por crimes sexuais (estupradores ou pedófilos) consiste em uma medida administrativa mantida pelas direções para preservar a vida do preso e manter a ordem nas celas, pois, caso sejam descobertos pela população prisional podem ser violentados ou mortos. Esses presos indesejados geralmente encontram-se apartados da convivência nas celas de “seguro” enquanto o restante da população encontra-se confinados nas chamadas “celas de convivência”²³⁹ nos pavilhões.

No entanto, a averiguação operada pelos agentes tem sido bem mais cautelosa nos últimos quinze anos e tem demandado a busca por um conhecimento mínimo sobre o modo como os indivíduos pertencentes a grupos criminosos (gangues e facções) tão específicos operam e se comportam dentro e fora das prisões. Os presos ex-profissionais da segurança pública não são aceitos pelos presos “comuns”, os presos homossexuais precisam ser preventivamente agrupados²⁴⁰, os considerados “chefes do tráfico de drogas” dos aglomerados da RMBH e pertencentes ao PCC são considerados de “alta periculosidade” e, por isso, necessitam de uma vigilância e tratamento “especial” e os presos pertencentes a gangues rivais não aceitam ficar nas mesmas celas.

As chamadas “guerras de rua” existentes entre os membros de gangues de diferentes bairros dos aglomerados da RMBH são fortemente sentidas dentro das prisões. Cada grupo tem procurado afirmar seu pertencimento, sua identidade e procurado ficar territorialmente demarcados no interior das celas nos pavilhões. A dinâmica da criminalidade na RMBH tem se caracterizado nos últimos vinte anos por ciclos de enfrentamento entre grupos criminosos rivais marcados por uma série de ações e retaliações violentas²⁴¹. Tais conflitos ocorrem por conta de disputas por pontos de tráfico de drogas ou mesmo por desavenças pessoais entre os membros. Instaura-se uma forma específica de “guerra” entre os grupos

²³⁷ Presos que delatam os seus pares recebem o rótulo de X9.

²³⁸ Os presos rotulados como “ratos de boca” são aqueles que roubam objetos ou pertences de outros presos nas celas.

²³⁹ COUTO, 2011, pp. 21-22.

²⁴⁰ No CERESP existem celas específicas para presos da população LGBT.

²⁴¹ BEATO & ZILLI, 2012, p. 77.

com ampla utilização de armas de fogo e conflitos cujo desfecho, muitas vezes, termina com a morte de integrantes desses grupos de gangues²⁴².

Na Penitenciária Nelson Hungria, por exemplo, tais observações são realizadas através do sistema de monitoramento eletrônico²⁴³, da vigilância cotidiana nos pavilhões, de conversas os presos com vistas a identificar os grupos de gangues rivais e de uma busca pela interpretação dos significados das linguagens específicas (gírias, códigos ou expressões faciais) utilizadas por cada grupo para comunicarem entre si ou das tatuagens em seus corpos que podem vir a indicar tais filiações. Muitos desses códigos são totalmente incompreensíveis para um indivíduo externo ao grupo como, por exemplo, o léxico dos presos ligados ao PCC (jets²⁴⁴, proceder²⁴⁵, falso profeta²⁴⁶, torres²⁴⁷ e sumareio²⁴⁸).

Como mostramos no primeiro capítulo, em meados da década de 1980, as penitenciárias de Minas Gerais eram povoadas por criminosos considerados de “baixo risco”²⁴⁹ que atuavam de forma individualizada, em pequenos grupos ou quadrilhas sem manterem entre si qualquer laços de identidade, lealdade e coesão. A convivência nas celas era pautada pelo cumprimento de “regras” comuns compartilhadas e de conhecimento de todos. Em razão da crescente emergência de grupos criminosos a dinâmica interna nas prisões mudou completamente. Os presos não mais se orientam a partir de um “código cativo”²⁵⁰ informal único e dominante, como descrito por Sykes (1965). Ou seja, existem regras e normas muito específicas dependendo do grupo ao qual estão filiados os internos.

²⁴² ROCHA, 2015, p. 289.

²⁴³ Existe uma sala no interior da Penitenciária Nelson Hungria chamada de CFTV. São oito televisões nas quais os agentes fazem todo o monitoramento interno dos pavilhões, anexos e área externa da unidade.

²⁴⁴ São os presos considerados “líderes” do pavilhão.

²⁴⁵ Consiste em um conjunto de regras de conduta que os membros do PCC precisam seguir.

²⁴⁶ Preso que mentiu ao dizer ser irmão batizado do PCC, mas verdadeiramente não é.

²⁴⁷ As torres são as posições políticas de comando do PCC, responsáveis pelos “salves” que orientam as ações dos presos.

²⁴⁸ Averiguação realizada pelos membros do PCC para identificar seus membros batizados.

²⁴⁹ PAIXÃO, 1991, p. 38.

²⁵⁰ O grupo de prisioneiros que emergem em decorrência da condição de privação é qualificado por Sykes (1965) como uma “sociedade de cativos” ou “sociedade dentro da sociedade”. Um agrupamento de indivíduos com normas, valores, hierarquia, formas de lealdade e linguagens específicas. Ou seja, regidos por um “código” de conduta socialmente aceito pelos membros dessa sociedade. A sua atuação constitui um forte mecanismo de regulação do “mundo do crime” nas prisões.

E cada grupo de presos apresenta comportamentos bastante peculiares. Para lidarem com uma clientela tão diversa a chegar as penitenciárias os agentes construíram tipificações sobre o modo como os indivíduos pertencente aos principais grupos (gangues, facções e chefes do tráfico) se comportam e interagem. Por exemplo: os presos pertencentes a alguma gangue são normalmente mais jovens, são muito unidos, porém mais indisciplinados, causam mais problemas nas celas de convivência; os chefes do tráfico são considerados “perigosos”, assumem papéis de liderança e possuem forte capacidade de persuasão e articulação; os presos ligados a facções são considerados mais “tranqüilos”, porém, não menos “perigosos”, procuram ficar mais calados e esporadicamente atuam de forma violenta contra os presos e os próprios agentes penitenciários. Tais tipificações também orientam suas interações no dia a dia com esses presos e as estratégias de controle a serem empregadas ao entrarem nos pavilhões específicos.

Conseguimos perceber sim e muita das vezes o preso... ele se apresenta como sendo da facção (PCC) e são os presos mais tranqüilos, entre aspas, de a gente trabalhar, porque eles são mais respeitadores, o modo como eles falam que é “Tirar cadeia” né?. O modo como eles cumprem a pena é diferenciado, então o respeito deles é maior, é... eles não são presos que tendem a criar problemas, porque como eles são subordinados a uma facção eles não podem liderar, eles precisam de uma autorização do comando, então são presos bastante fáceis de lidar (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - CERESP)

Olha... Os presos que têm grande influência aqui são os presos que comandam o tráfico em morros e favelas, né? (...). Eu acredito que os que comandam o tráfico são perigosos, eles são perigosos. Porque... eles têm uma facilidade em... em incitar movimentos de subversão da ordem, organizar e incitar. E, ao mesmo tempo, eles têm também a facilidade de ter meios de comunicação quando um comparsa ou ele mesmo sair em um escolta externa. Meios de comunicar para a tentativa de alguma coisa, entendeu?(Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 03 – BICAS II)

O acirramento dessas divisões na população prisional promoveu uma reorganização interna nas próprias penitenciárias – sobretudo na Penitenciária Nelson Hungria - com a criação de pavilhões para presos com esses perfis específicos e o chamado “seguro de guerra” para presos rivais. Captar o “clima” em cada pavilhão para evitar possíveis conflitos violentos entre os presos tornou-se uma tarefa primordial e árdua a ser executada cotidianamente. E, cada tipo de preso, tem demandado um modo específico para lidar (às vezes mais cauteloso,

mais severo ou mais “relaxado”) e procedimentos de segurança diferentes a serem executados nesses espaços nos quais estão os reclusos.

O tratamento no pavilhão do PCC é um, no pavilhão do pessoal que já foi da área de segurança (Pavilhão 12) é outro e no dos outros presos é de outra forma totalmente diferente. (Isso deixa o trabalho mais difícil?) Com certeza, enquanto um cara do PCC tem algumas regalias, os outros não têm, até mesmo o poder que tem a facção criminosa dentro do âmbito da segurança pública, isso inibe o servidor, porque o servido fica refém. Ele pensa assim: ‘se eu endurecer com esse cara aqui, ele vai mandar matar minha família lá fora’ (...) (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - COPE)

O ambiente prisional apesar da existência de todo um aparato repressivo – câmeras de vigilância, comunicação coordenada via rádio, GIR, armamentos de menor potencial ofensivo e instrumentos para a imobilização de presos - para a garantia da segurança interna e externa tem sido percebido como de muito risco pelos agentes. O porte ilegal de celulares por alguns presos possibilita uma forte comunicação e articulação com o “mundo” exterior.

Soma-se a isso o fato de que muitas vezes os agentes penitenciários residem nos mesmos bairros que os familiares dos presos. Um dos agentes entrevistados relatou que o seu filho e de um preso da unidade na qual trabalha estudavam na mesma Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI em Belo Horizonte. Todas as vezes que ele encontrava com a esposa do detento na porta da UMEI procura evitar olhares e qualquer tipo de contato. Segundo esse agente é bastante recorrente os familiares de presos perguntarem aos agentes nas ruas dos bairros como se encontra o seu familiar na prisão, além das tentativas de corrupção através do oferecimento de dinheiro para levarem drogas ou celulares. A sensação de medo causada devido à natureza do trabalho desempenhado é forte entre os agentes do Estado de Minas Gerais. Grande parte dos funcionários acredita que corre muito risco (61,4%) no exercício de sua atividade laboral, enquanto apenas 0,5% acredita que não corre risco algum, conforme tabela 06 abaixo.

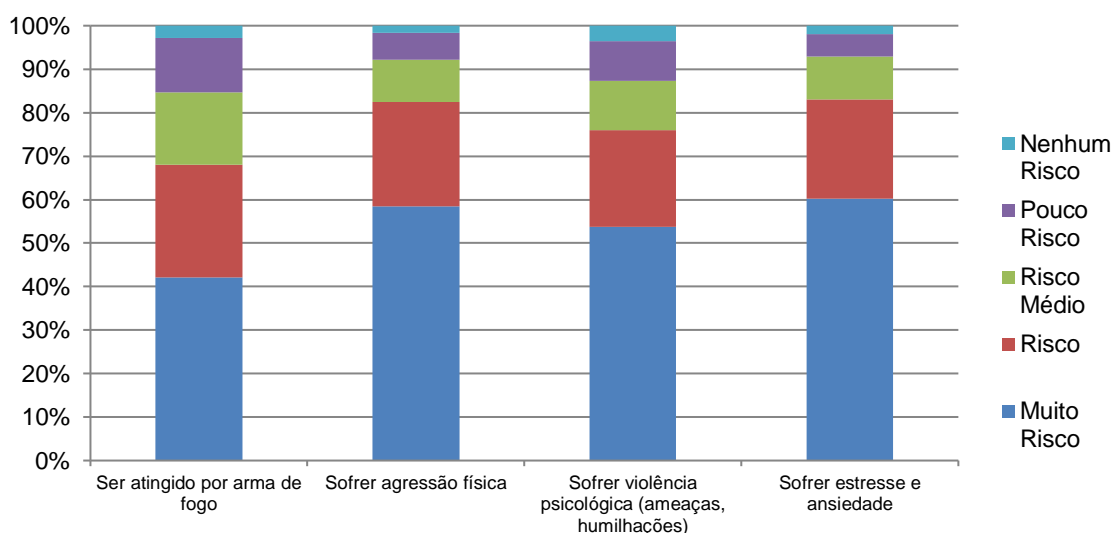
Tabela 06 – Risco que corre na sua atividade atual de agente penitenciário

	Frequência	Percentual	Porcentagem válida
Nenhum risco	8	0,5	0,5
Pouco risco	37	2,4	2,4
Risco médio	163	10,7	10,7
Risco	377	24,6	24,7
Muito risco	939	61,4	61,6
Total	1524	99,6	100,0
Sem informação	6	0,4	
Total	1530	100,0	

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

Quando a percepção do risco é detalhada, em termos do seu significado como, por exemplo, sofrer agressão física, estresse e ansiedade são preocupações que 60% dos agentes penitenciários das unidades prisionais do Estado afirmam ter. Além do mais, ser vítima de violência psicológica e arma de fogo também são duas grandes preocupações (ver Gráfico 05 abaixo). Ou seja, desenvolvem o trabalho custodial sob intensa pressão, insegurança e desconfiança.

Gráfico 05 – Frequência da percepção do risco dos agentes penitenciários no exercício da profissão



Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

A percepção de um ambiente de risco de vida iminente faz com que muitos agentes se mantenham em um estado de alerta e prontidão constantes como é o caso dos agentes do GIR. Juntamente com a direção, o serviço de inteligência da unidade e do CFTV procuram identificar cotidianamente possíveis movimentos interpretados como “estranhos” a surgir no interior dos pavilhões (aglomerações de presos, início de discussões ou planos de fugas ou motins). Além de buscarem constantemente por objetos ilícitos escondidos pelos presos no interior das celas como a confecção artesanal dos chamados “chuchos”, drogas, celulares ou armas de fogo.

Esse estado de alerta permanente muitas vezes esbarra nos métodos próprios de trabalho – maior proximidade, maior diálogo com os presos, menor estado de alerta e mais “relaxamento” no que diz respeito à segurança - desenvolvidos pelos agentes de linha de frente nos pavilhões. Normalmente eles tomam suas decisões cotidianas considerando o tipo de preso com o qual estão lidando e buscam o que consideram serem os melhores cursos de ação para contornarem situações conflituosas. Como possuem o conhecimento do dia-a-dia, seus julgamentos de situações de indisciplina são informados pelas vivências cotidianas e experiências passadas e, por isso, dizem possuir táticas mais eficientes para contornar situações consideradas “perigosas” sem recorrer ao uso da força, como normalmente procedem os agentes do GIR.

Tais diferenças no modo de realizar o trabalho custodial tem gerado tensões e conflitos cotidianos entre os grupos de agentes considerados “profissionais” – GIR, GETAP e Inteligência-e os rotulados por estes de “amadores”. Para os que se auto-intitulam “profissionais” o exercício de sua tarefa de vigilância está direcionada tanto para o comportamento dos presos quanto dos próprios agentes. Os dois casos abaixo ilustram o motivo pelo qual o chamado “amadorismo” de alguns agentes é considerado como um dos principais problemas existentes no cotidiano das penitenciárias.

É igual eu falei dos agentes mais antigos que são mais largados... às vezes ele está com um cigarro ele passa o próprio cigarro para o preso... está comendo alguma coisa passa para o preso... não que esteja errado, mas tem coisa que excede a... a... a relação entre agente e preso. Deixa de ser uma relação de respeito e vira intimidade, passou para a intimidade é um risco. Né, chega ao ponto do preso

perguntar quanto você cobra para trazer um celular, trazer uma droga, às vezes você não tem nem intimidade, ele canta a pedra, se você der uma... uma... sambada ele viu que você é propenso né? Ele vai insistir (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - CERESP)

Eu já entrei algumas vezes no pavilhão e onde os agentes tinham... o agente anterior que entrou lá, tinha esquecido de trancar uma cela. Trancou ela com um ferrolho passado, aberta. A cela aberta. Já tivemos casos, por exemplo, eu já tive caso do preso faxina, chegar perto de mim: "o senhor agente, pelo amor de deus...". "O que que foi"? "Ó, não fui eu não, 'pelo amor de Deus, só vim contar pro senhor...". Aí eu falei: "o que foi"? "a 12 (arma calibre 12) do fulano de tal, está lá, escondi ela. Estava lá perto dos presos lá, ele esqueceu ela". E aí você acha que é pouco né? (risos). E aí outro preso: "ô agente, eu vim trazer essa arma aqui, para o senhor...(risos)... vim trazer essa arma aqui que o agente esqueceu no banheiro, fui dar faxina lá agora, estava lá no banheiro (risos). Entendeu? (risos). É aí que a gente começa... na área de segurança tem muito isso, a gente vê demais isso, a gente começa a ficar mais seletivo (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

Tanto do lado dos próprios colegas e, sobretudo, do lado dos presos, os agentes penitenciários precisam lidar com conflitos tensos para manter o "equilíbrio precário"²⁵¹ da ordem nas prisões. A impossibilidade ou incapacidade em separar preventivamente os presos de acordo com seu tipo criminal, estruturas de pertencimento a grupos criminosos fora das prisões (gangues juvenis ou facções criminosas), segundo a sua sexualidade ou de se antecipar a ocorrência de planos arquitetados pelos presos (assassinato de desafetos ou rivais, acerto de contas entre "chefes" do tráfico e ataques violentos a própria unidade prisional vindas do exterior), pode resultar em mortes ou eclosão de motins e rebeliões nos pavilhões.

Porque a gente sabe que a cadeia é um barril de pólvora, pode explodir a qualquer momento. Então o preso, mesmo o faxina, ele pode pular em alguém do administrativo, ele pode estar armando, ele pode até mesmo... outro preso, de outra quadrilha, pode forçar ele: "ou você mata ou você morre aqui dentro. Você vai pular nele que nós vamos...". Entendeu?. O GIR fica ali para dar segurança da unidade interna. Porque o GIR, na verdade, ele faz a segurança da unidade interna, dos próprios agentes, do administrativo, do diretor. A segurança interna é o GIR (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 03 - COPE)

A desconfiança em relação ao "despreparo" dos agentes considerados "truculentos" ou "amadores" na execução incorreta de tarefas básicas inerentes ao seu papel custodial (abrir e fechar cadeados, abrir e fechar celas, retirar os

²⁵¹ COELHO, 2005, p. 83.

presos para o banho de sol ou algemar um preso), no “relaxamento” da vigilância e na “corrupção da autoridade”, tem tornado os agentes penitenciários também vigias dos próprios colegas.

Nos últimos quinze anos a manutenção do “equilíbrio precário” do sistema penitenciário da RMBH é bastante delicado, se sustentando principalmente na separação preventiva dos presos com o objetivo de atenuar eventuais conflitos e na constituição de uma força custodial repressiva (GIR e COPE) com vistas à intimidação de comportamentos disruptivos. Por vezes os presos resistem a colaborar com o trabalho dos agentes e pequenas falhas no trabalho investigativo do setor de inteligência resultam em encontros inesperados entre presos rivais nos pavilhões. Nesses casos, especialmente, o GIR ou COPE buscam restaurar de maneira eficiente a ordem nos pavilhões. Tais operações são executadas com extremo planejamento e cautela, pois, qualquer procedimento violento pode colapsar ainda mais o cotidiano prisional.

III. III – Lidando com as resistências e com o uso da força

Maximizar a segurança, redobrar a vigilância e reduzir os riscos

Administrar o cotidiano de ambientes prisionais requer a busca por um ponto de equilíbrio nas relações entre os agentes e, entre esses, e os presos. No interior dos pavilhões os agentes na linha de frente desenvolvem um trabalho complexo de busca por cooperações mútuas, acomodações da vigilância e acordos tácitos com os presos para a garantia do *status quo* prisional²⁵². Tais negociações demandam fortes compromissos de ambos os lados e alta dose de previsibilidade dos comportamentos²⁵³.

Qualquer movimento disruptivo ou imprevisível pode minar o trabalho desenvolvido no decorrer de meses e, por conseguinte, gerar o colapso da ordem prisional. A atenção dos agentes precisa estar direcionada para as práticas executadas pelos membros das equipes e para as ações dos presos nos momentos de maior

²⁵² SPARKS & BOTTOMS, 1995, p. 55.

²⁵³ COELHO, 2005, p.135.

proximidade. Pequenas falhas na execução de atividades rotineiras simples (retiradas de cela ou para o banho de sol) podem trazer sérios prejuízos para a manutenção do equilíbrio interno, além de colocar a vida dos agentes penitenciários e dos presos em risco.

Que a gente convive ali doze horas, quarenta horas semanais, a... um do lado do outro, que não... Se o cara fazer um gesto, a gente está observando. Então é um cuidando do outro, um observando o outro, o tempo todo. Quando eu trabalhava no pavilhão, combinava... Tinha nossa equipe. "Ninguém anda sozinho! Todo mundo junto". Então, um ajudando o outro, e um vigiando o outro e qualquer ato, discrepante, né, assunto encerrado, né. A gente entra dentro do corredor, dentro de uma ala, vai todo mundo junto, ou vai no mínimo... Se um fica para trás, a gente não vai deixar ele para trás. Se ele estar ficando para trás: "Ô cara. Você está errado. Você está querendo o que?" Né. Tenta... observar esses agente que são discrepantes, ou são amigos demais de todo mundo. Amigos de preso, amigo de agente, né... Ou é retraído demais ou... sempre age na calada (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – BICAS II)

É tenso porque você está ali com... com... cem presos, cento e cinquenta em um pátio, com quinze agentes para retornar com eles para cela. É um momento muito tenso que qualquer falha na segurança coloca em risco a vida de todo mundo. O mínimo erro... o erro na hora de trancar uma porta de cela, o erro de esquecer... porque a gente passa uma corrente que ela limita a abertura de porta da cela, se tiver um movimento, assim, simultâneo, a corrente, ela segura, aí dá... te dá mais possibilidade de você puxar a corrente e voltar a porta da cela. Às vezes os agentes esquecem a corrente, aí fica com preguiça de voltar para buscar a corrente... se a coordenação vê isso, eles... eles são punidos, não pode, é regra o uso da corrente, é obrigatório. Mas às vezes o descuido, esqueceu: "Ah não, não precisa não", excesso de confiança, que nunca vai acontecer. Igual tem muita gente que nunca... nunca presenciou um motim. Eu nunca presenciei uma rebelião, já presenciei um início de motim. Mais de um (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 03 – BICAS II)

Qualquer procedimento de segurança executado de maneira descomprometida pode dilatar as possibilidades dos presos de colocarem em ação planos de fuga, motins, rebeliões ou tentativas de agressão violenta em direção aos agentes. Por vezes, também, presos não cooperativos resistem em colaborar com o trabalho dos agentes se recusando a sair das celas, "batendo capa"²⁵⁴ simultaneamente na ala do pavilhão como forma de protesto ou "trancando o banho de sol"²⁵⁵, prática muito corriqueira de resistência da população prisional nas unidades prisionais da RMBH.

²⁵⁴ Quando todos os presos de maneira simultânea batem com algum objeto na grade das celas.

²⁵⁵ Quando os presos se recusam a voltar para as suas celas após o banho de sol no pátio do pavilhão.

Nessas situações de resistência nos pavilhões das penitenciárias os coordenadores das equipes de trabalho internas (gaiolas e tranca) são os responsáveis pela administração dos conflitos e desenvolvimento de estratégias para a restauração da ordem junto aos presos. Eles procuram compreender os motivos da resistência, negociar com as lideranças e “segurar” o pavilhão para que não seja necessária a atuação do GIR. Segundo os agentes na linha de frente os integrantes do GIR deixam os presos mais exaltados e revoltados pela forma agressiva das operações.

O uso da coerção física é rejeitado por esses agentes como meio eficiente para alcançar a obediência, a cooperação dos presos e também como forma de exercer a autoridade custodial²⁵⁶. Devendo ser empregado somente em situações extremamente especiais como, por exemplo, agressão violenta dos presos em relação aos agentes, brigas nas celas entre presos, tentativas de assassinatos e rebeliões. O melhor trabalho consistiria no uso habilidoso da discricionariedade ao lidar cotidianamente com os internos²⁵⁷. Realizar “operações surpresas” visando unicamente reforçar a autoridade do grupamento e a intimidação dos presos somente torna o “clima” nos pavilhões mais tenso, conflituoso e imprevisível.

No entanto, caso as situações de resistência nos pavilhões adquiram proporções mais sérias e os presos se recusarem a dialogar com os agentes o problema normalmente deve ser informado ao diretor da penitenciária. Somente o diretor tem a prerrogativa de acionar o GIR em sua base operacional para a “missão” no interior dos pavilhões. O diretor comunica o ocorrido ao coordenador da equipe do GIR (o agente 01) e, em seguida, são definidos os procedimentos a serem executados pelos membros do grupamento.

A missão do dia é repassada ao grupo pelo coordenador, são definidos os procedimentos, as tarefas a serem executadas e o modo como serão executadas no interior do pavilhão. Também são auxiliados pelos agentes do canil que entram com cachorros adestrados visando a intimidação dos presos. Após a reunião os integrantes do GIR deixam as dependências da base operacional e, reunidos em

²⁵⁶ SCOTT, 2006, p. 14.

²⁵⁷ LIEBLING, 2011, p. 130.

tropa, marcham em direção ao pavilhão amotinado. Existem dois tipos de entrada da tropa para a “tomada” do pavilhão, são elas: a entrada rápida e a entrada tática. Na entrada rápida o granadeiro joga a bomba (o *start*²⁵⁸), os agentes escudeiros entram correndo nas celas, anunciam o comando e os extratores imobilizam os presos e algemam. Entradas táticas ocorrem quando existe a suspeita da existência de armas de fogo ou porte de “chuchos” pelos presos. A tropa entra de forma cadenciada, lenta, protegida pelos escudeiros e procuram conter os presos gradativamente.

Caso os presos se recusem a entregar as armas ou comecem a agrupar para confrontar os agentes, a operação é realizada em etapas: primeiramente o coordenador procura conversar com os presos para entender a situação, em seguida, caso os presos persistam em continuar com o motim iniciam os procedimentos. São colocados agentes do GIR no entorno do pavilhão para fazerem a cobertura do perímetro, evitar fugas e para pegarem objetos que, porventura, podem ser arremessados pelos presos. Primeiro jogam bombas de gás para dispersar os presos, gás de pimenta, usam da força para conter os amotinados e das algemas para imobilizá-los.

Nas operações todos os comandos são proferidos pelo coordenador. Não é permitido a qualquer um dos membros improvisos, desobediência aos comandos ou ações não planejadas. Momentos de maior tensão demandam a união da tropa para o confronto com os presos. O “time tático” se reúne de forma alinhada e nenhum integrante pode “fraquejar” ou desertar do grupo. Correr ou não socorrer um colega numa situação de confronto consiste em uma violação grave ao princípio de “espírito de corpo” que rege o grupamento. O integrante do GIR pode ser punido ou expulso do grupo.

Nas situações mais críticas de resistência dos presos o GIR procura “cansar” os presos cortando a água e a luz do pavilhão. E podem permanecer durante dias no interior da unidade até cessar os conflitos violentos entre os presos (brigas, tentativas de assassinato ou acerto de contas entre grupos rivais) ou motins. Caso as situações adquiram proporções consideradas “extremas” - rebeliões -

²⁵⁸ Palavra em inglês que significa iniciar.

com alto risco de vida aos presos, a possíveis reféns ou aos próprios agentes penitenciários o diretor geral da penitenciária deve acionar como último recurso de forçado Estado os agentes penitenciários do Comando de Operações Especiais – COPE do sistema prisional.

Ao receber na base operacional do COPE o pedido do diretor geral da penitenciária para a realização da intervenção o diretor geral do COPE aciona o diretor de operações especiais e, em seguida, convocam uma reunião (chamada de “*briefing*”²⁵⁹) com os membros do Grupo de Operações Táticas – GOT. Nessa reunião são coletadas informações junto ao diretor geral da penitenciária sobre a situação nos pavilhões, avalia-se o risco (se existem armamentos, depredação no interior das celas ou reféns) e são definidos os procedimentos a serem realizados pela equipe. O princípio que rege os integrantes do GOT ao deixarem a base operacional é o mesmo das forças policiais de operações especiais²⁶⁰, qual seja: “Vá e Vença!”.

A gente (COPE) até brinca aqui, eu não posso perder. Porque a gente, quando vai para lá (penitenciária), não se permite falar: “nós vamos perder”, não. A gente tem que ir e tem que ganhar, tem que resolver, tem que conseguir. Não interessa como, a gente não recua, a não ser para tomar impulso, mas do contrário.... Porque a gente está ali como última força, última *ratio*, se a gente não conseguir êxito, acabou. Aquele local ali, ele em si, acabou. Se um dia, Deus me guarde, se acontecer de a gente não conseguir controlar uma situação dessa (rebelião ou motim), nossa moral vai lá em baixo (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 12 - COPE)

Quando o COPE chega, os presos eles param a rebelião. A gente está meio que igual o império romano. Império romano antes, no começo, quando ele estava no auge, ele chegava nos portões da cidade e falava: “o império romano está aqui”. Aí todo mundo já: “então beleza, parou, a gente não precisa brigar, pode entrar e dominar e tal”. E o COPE, hoje em dia, pelas intervenções que têm feito, de sucesso e tal, o sistema carcerário conhece e aí eles falam: “ih, a COPE chegou, a COPE chegou”. Então todo mundo já se rende, já parou a bagunça, já vira: “ei sô agente, aqui ó, estou aqui de boa.” Então a gente já chega. Eles (presos) já sabem. Então, é muita força para eles (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

Ao chegarem a penitenciária o COPE convoca os membros do GIR e eles se tornam auxiliares subordinados aos membros do COPE. A operação de “tomada” da penitenciária normalmente é realizada da seguinte forma: a tropa do COPE

²⁵⁹ Palavra em inglês que significa instrução.

²⁶⁰ Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar – BOPE.

informa aos presos que se encontram na unidade e mandam todos os detentos sentarem ao fundo da cela. Caso estejam amotinados no pátio do pavilhão são proferidos comandos para os presos sentarem no chão com a mão na cabeça. Qualquer sinal de desobediência aos comandos o grupamento inicia os procedimentos de imobilização dos presos e encaminhamento progressivo para as celas de origem. Se houver resistência violenta e os presos se levantarem para o enfrentamento: emerge o confronto. Os escudeiros se alinham para proteger a tropa, o time tático se prepara para a invasão do pavilhão e os integrantes com a calibre 12 (arma com bala de borracha) tomam seus postos caso precisem atirar.

Tem uma coisa que é fato: contra força não há resistência. A primeira coisa que eu falo com os presos é isso, contra força não há resistência. Eu sou o Estado, sou o braço do Estado, eu sou a força, eu tenho granada, eu tenho cachorro, eu tenho bomba, eu tenho tudo, vocês estão presos aí dentro, eu vou entrar, vou arrebentar vocês tudo e ir embora pra casa (...). Eu não sou pai de preso, não fui eu que coloquei vocês aqui, meu negócio é custódia, é manter vocês aí dentro porque o Estado determinou (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

No momento das operações os grupamentos (GIR e COPE) procuram atuar usando a força de forma progressiva (verbalização, ação, imobilização e, caso seja necessário, o tiro). Os agentes nos treinamentos são ensinados a desenvolverem um profundo alto controle, conter qualquer forma de ímpeto agressivo e procurar “calibrar” o uso da força nos contatos com os presos, como descrito no capítulo dois. O uso do GIR ou do GOT como último recurso de força demanda planejamento, precisão e ações meticulosas. Porém, muitos integrantes dos grupamentos, destacam as dificuldades de em situações adversas de confrontos diretos com os presos “dosarem” ou controlarem sua força. Situações de excessos no uso da força são consideradas freqüentes nas operações nos pavilhões e podem gerar denúncias por parte dos presos, as chamadas “representações” contra os agentes. E, por conseguinte, os integrantes do GIR ou do COPE podem responder criminalmente (agressão física, tortura ou tentativa de homicídio) pelo ato cometido²⁶¹.

²⁶¹ Existe um conjunto de procedimentos a serem realizados em situações dessa natureza, o preso deve fazer o exame de corpo de delito, o agente responsável pela agressão deve preencher o auto de resistência e, ao final, o processo deve ser encaminhado para a SEAP e para o Ministério Público.

O GIR é um grupamento mais bruto, querendo ou não querendo, se o cara não tiver um vigor físico, o *modus operandi* dele é assim, ele tem que ter uma habilidade com a calibre doze muito grande, se ele tiver que atirar, ele não pode falhar, ele não pode errar. Ele pode atirar num preso e acertar no de lá. Mesmo no preso que ele for acertar, ele tem que saber onde acertar, se não ele vai arrumar problema pra ele. É muito penoso, ou seja, é o pior grupamento que tem. Eu chamo o GIR de BO. Onde você vai trabalhar e arrumar BO (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 05 – COPE)

Então às vezes, igual aconteceu, teve uma revista geral, todas as galerias ao mesmo tempo, trouxeram o COPE, que é o Comando de Operações Especiais. Trouxe um efetivo grande, colocou cada galeria em um pátio, a gente fez as revistas minuciosas em todas as celas. Um preso da galeria D tentou inflamar os demais e tentou pular em um agente, o agente na hora deu um tiro de escopeta nele, foi de munição não letal, né, e ele caiu, os outros presos nem levantaram, aí levou para IML, etcétera. Aí deu reportagem etc e a família : “Foi uma covardia, isso foi uma covardia, que eles estão atirando no meu filho”, a mãe falou “meu bebê”. No dia, nesse dia quase que eu tive um treco, mas tudo bem. Então acaba que a nossa relação com a família é muito... muito estreita. A gente trata com muito respeito, com muita, procura ter o máximo de, de dignidade possível, só que eles nos vêem como ameaça igual ao preso, não todos, longe disso, mas a maioria nos trata como ameaça, né?. Como se nós tivéssemos culpa do preso, do filho deles estar preso aqui. Então a gente procura, igual o preso lá dentro, a gente tenta ser maleável, então às vezes a gente tem uma relação boa, às vezes a gente tem uma relação ruim... então é uma faca de dois gumes (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 – CERESP)

No entanto, a atuação dos grupos táticos especializados no interior das unidades prisionais, sobretudo o GIR, não está restrita às intervenções consideradas “extremas” de restauração da ordem e de gerenciamento de crises, como apresentadas anteriormente. São executadas atividades rotineiras de cobertura da segurança dos agentes de linha de frente nos momentos de soltura dos presos para o banho de sol, de revistas periódicas nas celas, vigilância para averiguação do trabalho dos agentes nas alas dos pavilhões, intervenções visando reforçar o controle sobre a população prisional e também ações envolvendo apuração de denúncias de corrupção por parte dos agentes penitenciários como, por exemplo, de entrada com drogas ou celulares para os presos.

Nas penitenciárias o serviço de inteligência é o responsável pelas investigações de denúncias contra presos e contra os próprios agentes penitenciárias. O trabalho dos agentes desse setor consiste em uma atividade eminentemente investigativa e atuam a “paisano”. Ou seja, não usam qualquer tipo de uniforme ou farda do sistema prisional. Apuram denúncias de existência de armas, drogas e celulares no interior das celas, além de planos de atuação articulada de

membros de gangues ou facções criminosas. Fazem também a uma averiguação meticulosa quando existe a suspeita de que algum agente está facilitando ou entrando com objetos ilícitos na unidade (celular, drogas e mesmo cartas ou informações para os presos). Esses agentes possuem ampla autorização para circularem pelos mais diversos espaços da unidade, dialogar com os presos e com os próprios agentes.

Todas as informações coletadas nas investigações são compartilhadas primeiramente com o diretor de segurança e diretor geral, com o núcleo de inteligência do COPE e com a diretoria de segurança da SEAP, dependendo da gravidade do caso. Esses atores procuram trabalhar alinhados para impedir planos de fugas, de rebeliões e prender agentes corruptos. Situações de corrupção envolvendo membros de equipes de agentes são consideradas extremamente tensas, pois caso os agentes penitenciários denunciados resistam de forma violenta a denúncia ou tentem fugir os integrantes do GIR estão autorizados pela direção a imobilizá-los ou algemá-los na própria unidade prisional até a chegada da polícia militar.

Normalmente as intervenções planejadas do GIR ou COPE no interior dos pavilhões acontecem em razão de denúncias apuradas pelo setor de inteligência. Os pavilhões são “tomados” de surpresa. O caráter imprevisível dessas operações aliada a vigilância exercida pelo GIR no interior das alas dos pavilhões consiste em um dos principais pontos de conflito entre o grupo dos agentes de linha de frente e o grupo dos agentes de grupamentos táticos. Os agentes da linha de frente alegam a impossibilidade de conseguir desenvolver um trabalho custodial eficiente. Se sentem tão vigiados quanto os próprios presos. Não possuem mais autonomia para lidar com os presos, administrar o cotidiano dos pavilhões e recorrentemente são alertados por membros do GIR em relação aos riscos das acomodações da vigilância e vínculos muito próximos com os presos.

Só que a equipe (gaiolas e tranca) é o coração do sistema. A equipe que vai entrar para gerenciar a disciplina e a ordem e as crises e evitar que elas se instalem. Não adianta você já entrar: tiro, porrada e bomba. Sendo que eu poderia gerenciar no diálogo, não adianta. Você vai criar mais revolta naquele criminoso que já é revoltado. Então, você vai gerar mais assassinato e mais crise, deteriorar mais o sistema. E

gerar uma crise que poderia ser evitada (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 – Jacy de Assis)

Qualquer problema que está tendo a gente conversa direto com esse cara (líder do pavilhão, conhecido como o preso “voz ativa”), e o próprio cara controla a cela toda, fala: “não já resolvemos seus deveres aqui ele vai resolver para a gente, entendeu?”. Por isso tudo que acontece aí dentro eu gosto de resolver, eu gosto de assim, se eu falo com o preso que eu vou fazer aquilo eu gosto de fazer, porque? Porque e..... Fica ruim depois, se você não resolver o problema, aí fica feio até para agente mesmo, entendeu?. Então as vezes é uma torneira que está estragada ali e o cara: “pó está vazando água aqui, está precisando resolver”. E você fala: “não, vou ali, vou resolver para você” e não resolver, aí fica aquele trem.... Aí quando você chega lá o preso: “pó, você falou que ia resolver e não resolveu”. Aí fica até ruim para agente, entendeu? (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 – Presídio de Santa Luzia)

Como procuramos mostrar ao longo desse capítulo o staff prisional não se constitui como um grupo homogêneo, completamente coeso e harmonioso. São diferentes subgrupos com seus próprios princípios, sua própria maneira de lidar com os presos e concepções bastante particulares em relação ao papel que desempenham nas prisões. Os agentes na linha de frente acreditam que os métodos de trabalho menos repressivos são mais eficientes para assegurar a tranquilidade nos pavilhões. O trabalho custodial requer certa tolerância e proximidade respeitosa com os presos. Cada situação, cada atitude, cada tomada de decisão no pavilhão é resultado de uma incansável busca cotidiana por confiança, cooperação, credibilidade e respeito para o desempenho tranquilo das tarefas demandadas. Tal grupo prioriza o diálogo ao invés da ação repressiva e da resposta rápida a qualquer sinal de movimento suspeito nos pavilhões.

Ao lidarem com pessoas aprisionadas há muito tempo acreditam que se torna primordial o recurso as habilidades verbais, a autonomia decisória nos casos de situações de indisciplina e a “flexibilidade” representa um elemento chave nas interações com os presos. Resolver situações de forma pacífica também consiste em uma estratégia de sobrevivência e garante a própria segurança pessoal dos agentes nos pavilhões. Ações periódicas de caráter repressivo como as executadas pelo GIR somente geram um ciclo de retaliações, revolta e um quadro cotidiano de imprevisibilidade dos comportamentos dos presos. Ao mesmo tempo em que os agentes na linha de frente reconhecem a importância do seu modo de

trabalho, dizem não mais terem oportunidades para demonstrarem suas experiências e manterem a ordem sustentável no tempo.

Os que se autodenominam como os “profissionais” julgam que os “amadores” possuem uma visão quase que “romântica” do modo de funcionamento de uma penitenciária. O tipo de trabalho desempenhado por eles não mais se coaduna com um ambiente prisional povoado por presos pertencentes a gangues rivais e facções criminosas. Ou seja, de extremo risco. Torna-se importante reduzir as oportunidades de eclosão de situações violentas pela via da intimidação dos presos, de demonstrações performáticas da autoridade, da manutenção de relações mais distantes e formais, além de recorrer a todo o tipo de recurso repressivo disponível (grupamentos táticos, armamentos, bombas e cachorros adestrados) para diminuir a dependência do trabalho dos agentes de segurança penitenciária em relação aos presos.

Todas essas concepções divergentes sobre o modo de desenvolver o “melhor” trabalho nas prisões também são o reflexo das próprias imagens que o *staff* prisional possui de si e das suas atividades. Para alguns deles há muito tempo o trabalho nas prisões deixou de ser uma atividade “simples” de custódia de presos e passou a ser uma atividade eminentemente policial. Os próprios agentes penitenciários não mais se reconhecem como os “guardiões” da ordem prisional, mas como policiais.

No decorrer dos anos alguns deles tem se dedicado a tarefas de “combate” ao crime organizado, de investigação e de segurança interna e externa das penitenciárias. De acordo com esse grupo essas novas atribuições os tornaram mais reconhecidos, mais respeitados e mais orgulhosos da atividade desempenhada. Essa representação do *staff* prisional como policiais, por sua vez, não é compartilhada por todos os membros da categoria profissional, como será mostrado a seguir. Tal dilema identitário (guardiões ou policiais?) tem gerado discussões, insatisfações, conflitos e concepções divergentes sobre o que é ser um profissional responsável pela custódia de indivíduos presos.

PARTE III

EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

CAPÍTULO IV – IMAGEM E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Neste capítulo mostraremos como a insatisfação dos agentes de segurança penitenciária com a imagem estigmatizada do trabalho custodial ensejou uma busca por maior reconhecimento via aproximação e identificação progressiva com o trabalho policial. O processo de construção de uma nova identidade profissional para a categoria ocorreu mediante a incorporação da estética e performances militares das forças especiais das policias militares brasileiras. No entanto, nessa tentativa de distanciamento ou rejeição da imagem do guardião e afirmação de uma imagem do policial militarizado instalou-se um dilema identitário no grupo profissional. Os agentes têm apresentado diferentes visões de si, da natureza do seu trabalho e do modo como a população externa os tem reconhecido ao atuarem fora das prisões, especialmente, os pertencentes aos grupamentos táticos.

IV.1 – Custódia, estigma e descrédito

O trabalho custodial desenvolvido pelo *staff* de linha de frente no interior dos pavilhões pode ser fracionado em quatro funções diferentes, segundo Lombardo (1989), são elas: segurança, supervisão, serviço e “policiamento”²⁶². A função de segurança, considerada por muitos como a primordial, demanda um controle estrito e a contenção dos presos em suas celas. Consiste em uma atividade voltada para a prevenção de fugas, contagem rotineira da população prisional e a verificação de cadeados e grades. A função de supervisão implica uma vigilância dos comportamentos e a escolta dos presos pelo interior da unidade prisional. O atendimento a demandas, reclamações e pedidos diz respeito à função de prestação de serviços. Ou seja, uma atividade de ajuda mútua, suporte e aconselhamento. São nesses momentos de contato mais próximo (e de maior “intimidade”) que os membros do *staff* e os presos desenvolvem de forma cooperativa determinados “acordos tácitos” para tornarem a convivência menos “pesada”, mais tranqüila e harmoniosa²⁶³.

²⁶² LOMBARDO, 1989, pp. 61-66.

²⁶³ SCOTT, 2006, p.17.

Assim como os policiais nas ruas os guardas nos ambientes prisionais se esforçam para a manutenção da ordem através da vigilância, da aplicação das regras e da “arte da persuasão”²⁶⁴. Seu papel envolve o patrulhamento rotineiro pelas alas, a detecção preventiva de situações de indisciplina, a identificação de presos que podem vir a “ameaçar” a ordem e o uso de sanções para a garantia do *status quo* prisional. Normalmente atuam de maneira seletiva ao deparar com atos de “indisciplina” nas celas. E recorrem a seus próprios julgamentos a partir dos gestos, linguagens e experiências com os presos ao decidirem se devem ou não aplicar as reprimendas. O “policiamento” em ambientes prisionais, por sua vez, difere daquele exercido nas ruas em razão do longo período de convivência entre captores e cativos. Inevitavelmente relações extremamente próximas são ali estabelecidas, sejam elas harmoniosas, conflituosas, de inimizade, de aversão ou de estranhamento²⁶⁵. Como destacado por Liebling *et al* (2011, p. 137):

A prática policial tem funções complexas e contraditórias, e muitos exemplos de um bom policiamento depende das habilidades verbais ao invés do uso da força física. Todas essas observações são também verdadeiras para o trabalho custodial. Ambas as tarefas, de policiamento e de “policiamento” dos comportamentos nas prisões, requerem o uso do poder e da autoridade, o uso da discricionariedade, a busca pela ordem e a oposição à ilegalidade²⁶⁶ (tradução nossa).

No entanto, apesar da existência de algumas similaridades entre as práticas de policiamento nas ruas e nos ambientes prisionais, existe essa diferença fundamental entre os dois tipos de trabalho, como destacado anteriormente, qual seja: o *staff* prisional de linha de frente mantém um contato contínuo com os criminosos. E, como resultado desse contato, relações de proximidade são estabelecidas e a ordem precisa ser periodicamente negociada²⁶⁷.

O vínculo estabelecido com o preso (seja ele de qual natureza for) é inerente à atividade de custódia, segundo alguns agentes. Somente em unidades com

²⁶⁴ LIEBLING, 2000, p. 344.

²⁶⁵ SCOTT, 2006, p. 21.

²⁶⁶ “Police practice has complex and often contradictory functions, and most examples of good policing rely on verbal skills rather than physical coercion. All of these observations are true of prison work. Both the task of policing and the task of ‘policing’ prison behavior require the use of power and authority, the use of discretion, the pursuit of order and an opposition to lawlessness” (LIEBLING *et al*, 2011, p.137).

²⁶⁷ STRAUSS, 1979, p. 11.

tecnologias avançadas de segurança máxima²⁶⁸ torna-se possível manter no tempo certo grau de distanciamento físico em relação à população prisional. Inexistentes tais condições de trabalho os agentes penitenciários e os presos precisam buscar um ponto de equilíbrio nas suas interações cotidianas. E, muitas vezes, as fronteiras a demarcar os “limites hierárquicos e de moralidade”²⁶⁹ se dissolvem progressivamente no transcorrer da convivência nas alas dos pavilhões. Os agentes de linha de frente apontam dificuldades para lidarem com o sofrimento alheio e o dilema cotidiano de aproximação e/ou distanciamento em relação à população prisional.

A gente acaba que desenvolve, assim, uma empatia com o preso. Você que trabalha todo o dia na unidade prisional. Então você muitas das vezes o agente tem que ter muito cuidado com isso, mas isso acontece, você vê naquele preso às vezes um irmão. Isso também acontece. Então se o preso te respeita... você gosta dele. Você não vai ser tão ríspido. Ele vai te ver com os olhos de carinho também. Então vai além, tem certa cumplicidade entre o agente e o preso (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 12 - COPE)

Essa proximidade física também é vista como potencialmente “poluidora”²⁷⁰ do comportamento e da imagem geralmente construída sobre aqueles que executam a tarefa árdua de custódia. Os agentes penitenciários vivem sob o medo constante de assimilarem progressivamente a linguagem, os códigos de conduta, o modo de comportar e o jeito de escrever dos presos²⁷¹. E, com isso, procuram desenvolver inúmeras estratégias de autocontrole dos seus comportamentos (evitar ficar conversando demais com os presos, evitar a leitura dos bilhetes e pedir aos familiares para alertarem caso percebam mudanças nas suas atitudes), além dos próprios colegas de profissão advertir cotidianamente sobre os riscos da

²⁶⁸ Nas prisões de segurança máxima contemporâneas, as chamadas “supermax”, todo o controle da população é feito através de um sistema eletrônico de vigilância, de abertura e fechamento das celas e os presos encontram-se reclusos em celas de confinamento solitário. Somente em situações especiais de brigas violentas ou tentativas de assassinato existe o contato mais próximo entre os membros do staff prisional e os presos. Para uma análise sobre o modo de funcionamento das *supermax*, ver o trabalho de Shalev (2009).

²⁶⁹ FREITAS, 1985, p. 29.

²⁷⁰ De acordo com Jacobs (1978, p. 189) se o trabalho policial pode ser considerado como uma “ocupação contaminada, o trabalho custodial é totalmente “poluidor” do comportamento do guarda em razão do contato permanente com a população de criminosos.

²⁷¹ De acordo com Moraes (2005, p. 221) a proximidade física com o preso tem um custo psíquico e identitário para os agentes penitenciários, uma vez que, significa mimetizar-se naquilo que eles percebem como a sua antítese. O processo de socialização profissional da categoria demanda adentrar e conhecer o modo de vida dos presos para desempenhar de maneira eficiente as tarefas custodiais cotidianas.

“contaminação”. Porém, essa assimilação do modo de vida cativo²⁷² torna-se um processo quase que incontrolável para muitos deles.

A gente até, a gente até evita de ficar lendo os catuzinhos (bilhetes com pedidos) deles. Por que são várias coisas erradas. Se você ficar... Absorvendo (risos). Você acaba absorvendo aquilo e falando (Vocês pegam essa linguagem?) Isso! A gente acaba absorvendo a linguagem. Chega lá fora, você chama a pessoa pela linguagem deles. Então a gente evita, um pouco, de ficar falando. Para poder sair e não absorver. Por que, agente... acaba pegando o hábito do preso (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - CERESP)

Se, no interior das prisões, a preocupação dos agentes penitenciários reside na manutenção de certa distância social em relação aos presos para preservar sua identidade/autoridade, fora delas, a preocupação se volta para imagem negativa que o público externo geralmente tem sobre aqueles que desempenham a tarefa de “bater a tranca”. São considerados “corruptos”, “violentos”, “sádicos”, “brutos” e “sem profissionalismo”. O agente penitenciário carregaria, portanto, um estigma²⁷³ duplo, em sua vida intramuros e extramuros²⁷⁴.

Nas prisões são, por vezes, desprezados pelos presos e por alguns colegas de profissão que consideram depreciativa ou “amador” a atividade de tranca, como mostramos no capítulo anterior. O porte das chaves das celas e dos pavilhões tem significado “amadorismo”, “inferioridade”, “descrédito”, “rusticidade” e “ausência de profissionalismo”. Até para aqueles que optam por deixar à profissão a passagem pela prisão pode deixar uma marca indelével em sua trajetória profissional, como no caso relatado abaixo:

Eu lembro que eu estava no supermercado e eu conhecia a dona desse supermercado e o currículo dele (ex-colega agente penitenciário) chegou lá para ele ser repositor no supermercado, na hora que ela olhou o currículo dele ela falou assim: “não, esse cara aqui não”. Eu falei assim: “mas porque? Eu conheço esse cara”. Ela falou assim: “mas não ele já foi agente penitenciário, você tá doido, claro que não”. Então, a sociedade não gosta do preso e não gosta do agente porque se tem a impressão de que o cara é ‘malandreado’, se o cara foi... se ele saiu do sistema, se o contrato dele vencer, mas ela não quer saber, ele passou pelo sistema prisional

²⁷² SYKES & MESSINGER, 1960, p. 5.

²⁷³ O estigma constitui um descrédito, uma fraqueza, uma desvantagem que imputamos a alguns indivíduos e representa uma discrepância entre a identidade social real (julgamento de si) e a identidade social virtual (julgamento pelos outros). Ou seja, um atributo profundamente depreciativo que leva ao descrédito do indivíduo, segundo Goffman (1988, p. 13).

²⁷⁴ LOURENÇO, 2010, pp. 16-17.

alguma coisa tem de ruim naquele cara. Então as pessoas não percebem isso, uma vez que você entrou no sistema você está taxado, para você arrumar outro emprego só se você for com peixada, senão não tem jeito (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 – COPE)

Para os que permanecem na carreira, ao deixarem as dependências da prisão, precisam aprender a lidar com as reações negativas do público externo quando descobrem o seu ofício. São percebidos como profissionais passíveis de serem corrompidos, coniventes com os criminosos e violentos no trato com os mesmo. A mídia, na visão de alguns agentes, reforça o estereótipo do “carcereiro” bruto e sádico²⁷⁵. Essa percepção de uma imagem pública estigmatizada é compartilhada pelos agentes do Estado de Minas. Para 64,8% dos entrevistados no *survey* online a imagem que a sociedade em geral tem dos agentes penitenciários é regular ou ruim, conforme Tabela 07 abaixo.

Tabela 07 – Percepção da imagem que a sociedade possui dos agentes penitenciários

	Freqüência	Percentual	Porcentagem válida
Muito boa	32	2,1	2,1
Boa	200	13,1	13,1
Regular	495	32,4	32,5
Ruim	492	32,2	32,3
Muito ruim	302	19,7	19,9
Total	1521	99,4	100,0
Sem Informação	9	0,6	
Total	1530	100,0	

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

Quando se encontram fora das prisões procuram serem mais cautelosos, ocultar o trabalho e não falar sobre a profissão devido ao receio de uma suposta reação negativa por parte das pessoas. Essa visão estereotipada do público externo em relação à profissão tem profundas implicações para a vivência dos agentes penitenciários, especialmente, a discriminação fora do seu local de trabalho. São

²⁷⁵ No decorrer do trabalho de campo foram inúmeras as referências ao livro lançado pelo médico Dráuzio Varela denominado “Carcereiros” e, posteriormente, transformado em seriado pela rede Globo de televisão. As referências eram de insatisfação com a nomenclatura utilizada, concebida por eles como depreciativa, remetendo a uma função antiga desempenhada por eles nas carceragens da polícia civil em meados da década de 1980 no Brasil.

normalmente tratados como se também fossem “criminosos”, ou seja, “contaminados” por uma clientela considera indigna, “suja” e perigosa²⁷⁶. Dentre os respondentes do *survey* 50,2% disseram já ter sofrido algum tipo de discriminação por conta da sua ocupação, conforme Tabela 08 abaixo.

Tabela 08 – Discriminação dos agentes penitenciários fora do seu local de trabalho

	Freqüência	Percentual	Porcentagem válida
Sim	764	49,9	50,2
Não	759	49,6	49,8
Total	1523	99,5	100,0
Sem Informação	7	0,5	
Total	1530	100,0	

Fonte: Quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais (2014-2015)

Foram inúmeros os relatos de estratégias desenvolvidas pelos agentes para ocultarem o seu ofício em sua vida extramuros, dentre as principais: nunca sair da unidade prisional com o uniforme, evitar falar sobre sua rotina de trabalho com pessoas desconhecidas e, caso seja questionado por alguém, dizer apenas que trabalha na área de segurança. Tais situações embaraçosas que podem vir a ocorrer caso sejam “descobertos” tornam-se ainda mais conflituosas quando encontram ou convivem com os policiais militares. No âmbito das forças de segurança pública os agentes penitenciários são normalmente considerados uma categoria profissional a parte²⁷⁷, desprestigiada, desacreditada e sem o *status* do reconhecimento como policiais.

No decorrer dos anos a convivência entre os agentes penitenciários e os policiais militares dentro e fora das prisões foi permeada por tensões, conflitos e disputas de poder. Quando eles compartilhavam a administração cotidiana das penitenciárias em meados da década de 1990 os policiais constantemente buscavam reforçar a posição de subordinação e auxílio dos guardas de presídio

²⁷⁶ CRAWLEY & CRAWLEY, 2008, p.137.

²⁷⁷ Não estão reconhecidos como força da segurança pública no Art 144 da Constituição Federal Brasileira: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

em atividades de maior complexidade, como mostramos no primeiro capítulo. Nos cursos de formação e treinamentos alegavam o seu despreparo para atividades de risco por não possuírem o direito ao porte de arma de fogo e o caráter não organizado da categoria em Minas Gerais.

No entanto, à medida que os agentes penitenciários foram se profissionalizando, reivindicando maior autonomia para administrar as prisões e treinar os seus próprios pares e se aproximaram esteticamente (conquista do porte de arma de fogo, uso de fardas, viaturas próprias e criação de grupamentos táticos especializados) das forças policiais militarizadas, os conflitos foram se acirrando. Os encontros entre os integrantes dos grupamentos táticos especializados do sistema penitenciário (GIR, GETAP e COPE) e os policiais militares têm sido permeados por divergências, mal entendidos e embates, como o caso relatado abaixo por um agente:

Um agente do COPE, ele foi visto por um cara numa pizzaria, o dono da pizzaria viu que ele estava armado. Ele e outro agente. Os dois tomando uma cerveja e tal, os dois armados. O cara falou: “não, esses dois caras armado não são...”. Os caras estão a paisana, barbudo e tal. Dois caras armados, esses caras vão assaltar aqui. Aí foi e ligou para os caras da PM, que era patrulha ali da área. Patrulha que fica ali mesmo, moscando, e aí a patrulha chegou. A patrulha chegou e pediu para os caras levantar e ir todo mundo para parede. Aí o agente do COPE, o outro agente, coitado, contratado, foi. O agente do COPE falou: “eu não vou para parede, vou me identificar para você”. Cara... tinha um mais nervoso, um cabo véiné?. Já deu nele um pedala e falou: “para parede não, você vai ser algemado agora”. Já jogou ele com a cara no chão, deu um pacote nele e aí algemou e pôs no rabo da viatura. Pôs na bunda da viatura deixou os dois a noite inteira no batalhão. Eles ficaram tipo de meia noite até umas cinco da manhã no batalhão, levou na delegacia para o delegado autuar. O delegado não autuou, não tinha crime. O delegado não quis autuar. Eles fizeram ali um boletim de ocorrência só no batalhão mesmo e liberaram o cara. Parabéns! (risos). A viatura todinha está sendo processada. Já estão afastados e todos eles processados (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

A circulação de diferentes membros do grupo de agentes penitenciários pelos mais diversos espaços, instituições e cidades no exercício de suas funções profissionais refletem a ampliação das atribuições da categoria nos últimos anos. Não somente atuam exclusivamente na custódia interna dos presos, mas em atividades de escolta de presos, operações especiais consideradas de alta complexidade, ministram cursos de formação e treinamentos diversos. Tal ampliação tem significado para muitos deles a transformação do seu trabalho em

uma atividade eminentemente policial. E também o seu próprio reconhecimento não mais como um “guardião” da ordem prisional, mas como um policial envolvido no “combate” ao crime dentro e fora das prisões. A imagem do guardião com um molho de chaves nas mãos exercendo a vigilância nas alas dos pavilhões e “batendo a tranca” representa uma visão pretérita, distorcida, estereotipada e não reconhecida como representativa da profissão.

IV. II – Guardiões ou policiais?: o dilema identitário

O principal elemento de distinção do guarda de presídio em meados da década de 1980 consistia no uso habilidoso da “malícia”. Conseguir o respeito e a obediência dos prisioneiros sem recorrer ao uso da força conferia a ele um *status* diferenciado na “turma dos guardas”. Os detentores dessa habilidade individual gozavam de uma posição de prestígio nas penitenciárias e, por isso, possuíam um profundo orgulho profissional. Essa marca distintiva não mais confere aos membros do *staff* prisional tal superioridade e muito menos tem significado mais submissão por parte da população prisional, de acordo com os agentes. O processo de profissionalização da categoria com forte investimento em treinamentos, estética e performances militares inverteu a escala de prestígio e superioridade no grupo do *staff*. Permanecer operando nos pavilhões como há quatro décadas ou não buscar participar dos treinamentos ministrados pelo COPE pode relegar o agente a uma posição de inferioridade ou demérito nas penitenciárias.

E hoje quando o preso vê a questão de postura, de uniforme, porque ele consegue identificar o agente hoje pelo uniforme: ‘esse é o cara do GIR’, ‘esse é o cara que vai trabalhar no pavilhão’, ‘esse é o cara do COPE’. Então eles vêem que com essa padronização também, eles sabem diferenciar cada grupamento e sabem diferenciar o nível de cada agente. Eles sabem muitas vezes, ele está ali zutando o cara (agente) do pavilhão, mas eles sabem que chegou o camuflado: ‘oh, é o GIR, com o GIR eu não vou ter essa mesma conversa, eu vou ter que cumprir’, ‘ahh, o COPE, já é outra situação o COPE chegar na unidade. O COPE tá aí: “acabou o problema”. Ou até auxiliar a resolução do problema. A gente vê também essa mudança na questão do preso (...) Hoje, quando eu vejo, o pessoal do COPE tem um padrão COPE, ou padrão GIR, ou padrão GETAP, então o preso já sabe com quem literalmente que ele tá mexendo (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 06 - COPE)

Esse “temor” por parte da população prisional elevou os integrantes dos grupamentos táticos especializados a uma posição de superioridade antes ocupada pelo guarda de presídio portador do conhecimento sobre o uso habilidosos da “malícia” e com ampla capacidade discricionária. Tal reconhecimento também significou um distanciamento em relação a qualquer elemento de afirmação da identidade profissional que remetesse a esse antigo “guardião” das penitenciárias.

O uso de fardas, o porte de armamentos de alta tecnologia, o treinamento rígido, o investimento pessoal em diferentes atividades especializadas, o tratamento mais impessoal em relação aos presos, a conduta austera, o uso da força como meio para conquistar a eficiência e o trabalho considerado de alta complexidade fez com que muitos agentes penitenciários construíssem uma nova imagem de si, da atividade que desempenham e da própria profissão. Não se reconhecem mais como “guardas”, mas sim como policiais e seu trabalho não consiste em uma atividade de custódia dos prisioneiros, mas em uma atividade policial.

Porque, nós já somos polícia, pode não ser reconhecido, pode não estar na lei, mas nós já somos. Nós saímos fardados com viaturas pilotadas, operações especiais, armamento pesado de ponta, trabalhamos com a logística melhor do que muito policiais e fazemos trabalho que a própria polícia faz. Fazemos recaptura de presos, escolta de presos, intervenções. Então... e o que frustra muito a gente é que não é reconhecido. Dentro do estado ele não tem reconhecimento da área de segurança pública, não tem aposentadoria especial. É uma profissão que abala tanto o psicológico do agente e ele não aposenta com trinta anos de trabalho igual à polícia (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 03 - COPE)

A gente tem trabalho de polícia, só não tem a moral de polícia (Como assim?) Não é reconhecido como. Sempre que a gente escolta preso, custodia preso, a gente fazendo o REDS. Tem armas. Tem o porte de armas. Tudo que a polícia faz. E hoje aqui, pelo menos em Minas, que é tão perto de Rio e São Paulo, a gente anda tranqüilo aqui, porque os presos sabem que a gente tem porte de arma. (Essa questão de não ter moral, com a polícia penal vai ter mais reconhecimento do trabalho dos agentes?) Eu acho que sim. Até mesmo da sociedade (E você acha que o preso pode ser que respeitem mais vocês pela nomenclatura da polícia?) Sim. Quando tem um monte de gente (criminosos), entra em uma viatura da polícia: “é polícia”. Já muda o semblante das pessoas. Se entra com o agente penitenciário, não vai mudar(...). Já tratam o GIR diferente do agente normal, como eles (presos) acham que é polícia. Imagina se o preso achar que todos os agentes normais são polícia. O COPE também. Vai mudar muito (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 02 - PNH)

No entanto, apesar de certo grupo de agentes penitenciários se reconhecerem como policiais e desenvolverem uma atividade considerada similar a dos policiais, especialmente, daqueles pertencentes às forças especiais da polícia militar, ainda existe um empecilho legal. Muitos dos entrevistados se sentem extremamente ressentidos, indignados e menosprezados por não serem reconhecidos legalmente como policiais. A aspiração máxima da categoria no país hoje é se tornar uma polícia de direito²⁷⁸ sendo, portanto, incluídos no artigo 144 da Constituição Federal.

O reconhecimento como policiais penais significaria também uma via de legitimidade social pela qual poderiam positivar sua imagem perante a sociedade, gerar maior coesão entre os membros do grupo profissional e auxiliar as polícias (militar e civil) na chamada “guerra contra o crime”²⁷⁹ dentro e fora das prisões. Como suas atividades não estão mais restritas ao interior das prisões recorrentemente se deparam com situações diversas de ocorrência de crimes (assaltos, roubos, furtos, tentativas de assassinato) nas ruas e a própria população tem demandado alguma atitude por parte deles poros reconhecerem como policiais, como o caso relatado abaixo:

Porque se nós estamos passando pelos locais, igual já houve assaltos aí que na mesma hora quem estava passando perto? O COPE. Aí na mesma hora foi solicitado, o COPE chegou, interveio e resolveu a situação. Até trocar tiro já trocou. O trabalho ostensivo, não é um trabalho de polícia?. E a população nos vê como polícia, então não tem muita diferença. O impacto na população não vai ser muita coisa, porque muitos, para não falar a maioria, já nos vêem como polícia. Pelo armamento que nós temos e pela forma que nós trabalhamos, pela postura, então nós somos polícia sim. A única diferença é que o congresso falta regulamentar (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 01 - COPE)

Diferentemente dos agentes penitenciários brasileiros os membros do *staff* prisional do Reino Unido acreditam que o seu trabalho não se parece e muito

²⁷⁸ O Artigo 144 da Constituição Federal define o que deve ser entendido por “segurança pública” circunscrevendo as missões das polícias brasileiras. Na I Conferência Nacional de Segurança Pública realizada no país em 2009, dentre as 40 (quarenta) diretrizes aprovadas a mais votada foi a que defende a Proposta de Emenda Constitucional – PEC que transforma os agentes de segurança penitenciária do país em policiais penais (MORAES, 2013, p. 144).

²⁷⁹ A metáfora da “guerra contra o crime” significa um estilo de policiamento de confronto. A visão dos policiais como “soldados” engajados nessa guerra tem significado maior violência policial e violação de direitos contra os cidadãos, segundo Skolnick (1993, pp.115-116). Representa uma ênfase no controle repressivo do crime ao invés do preventivo.

menos se aproxima do desenvolvido pelas polícias nas ruas. As leituras de auto-percepção dos guardas ingleses, se fossem conhecidas por alguns agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais, soariam absolutamente anacrônicas. Em uma pesquisa desenvolvida junto aos guardas prisionais nas prisões do Reino Unido a autora Elaine Crawley (2004) buscou captar as percepções dos guardas em relação ao trabalho por eles desempenhado e os estimulava a indicar similaridades ou diferenças em relação a outros grupos ocupacionais existentes. Ao se compararem com outros grupos relataram que o seu trabalho se aproximava mais do desenvolvido pelos enfermeiros e pelos psiquiatras ao invés dos policiais. Ou seja, recorrentemente nos pavilhões precisavam escutar os detentos, orientar, evitar desentendimentos e ajudá-los com algum problema²⁸⁰.

Apesar de no decorrer dos anos ter existido essa forte identificação dos agentes penitenciários mineiros com as forças policiais militarizadas e a reprodução dos seus principais elementos distintivos via treinamento, ainda assim, sobressairia o caráter civil da atividade custodial. Basta observar o comportamento cotidiano dos agentes sem a farda, de acordo com um dos entrevistados. Na visão de alguns agentes penitenciários o treinamento pesado dos grupamentos táticos especializados somente conferem a eles uma estética e uma *performance* militarizada, não conseguem mudar o comportamento civil característico dos membros do grupo profissional. O que distingue o militar não é o uso da farda, mas a sua postura disciplinada, austera e ríspida. E, por isso, apesar de se auto-proclamarem “policiais” os agentes penitenciários ainda permaneceriam atrelados ao chamando “mundo civil”²⁸¹.

Se você pega um militar, mesmo ele não estando fardado, ele tem postura de militar. Ele fardado, está trabalhando, mas ele tirou a farda, a postura dele é de militar (...). Ele é militar 24h. O agente não, ele veste como militar, mas um militar meio capenga porque ele não tem aquela formação tão rígida (...). Se você não tem um curso de formação muito bem estruturado, você está aberto (...). Porque o agente é produto do meio, ele veste igual militar e age igual civil. Se você vê o fardamento, você vai ver que é uma coisa bem militarizada, só que ele não age igual militar. O militar, o jeito dele agir, a formação dele, a identidade dele é diferente. O agente é assim, quando ele está no serviço, ele tá fardado igual militar, aí ele vai para casa, mete a arma na cintura, igual policial civil. Se você pegar o agente penitenciário, quando ele está de

²⁸⁰ CRAWLEY, 2004, pp. 177-178.

²⁸¹ CASTRO, 2004, 19.

férias, a primeira coisa que ele deixa é a barba crescer (...). O militar, aquilo tá nele, esse que é o problema(Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 05 - COPE)

Esse incômodo do entrevistado em relação ao comportamento evidentemente “civil” dos agentes penitenciários dos grupamentos táticos especializados, que se auto – proclamam “policiais”, diz respeito ao profundo zelo dos policiais militares por uma conduta militar “exemplar” e esforço para o seu aprimoramento nas suas interações cotidianas. Esse zelo se constitui como um signo de distinção da polícia militar brasileira (em especial, os membros do alto oficialato) em relação aos outros profissionais da segurança pública e demais servidores do “mundo civil”. No trato cotidiano procuram ser extremamente parcimoniosos, formais e profundamente afeitos as etiquetas e cortesias militares. Os movimentos são milimetricamente desenhados no espaço, apresentam uma gesticulação econômica, precisa e desenvolvem uma profunda obsessão pela correção postural. Além do mais se impõem uma auto - vigília no que diz respeito à apresentação pública e o asseio pessoal, cabelo muito bem cortado e o semblante sem barba²⁸². Ou seja, a farda é só um elemento estético e indicativo do pertencimento a uma organização da segurança pública.

Essa busca dos agentes penitenciários pelo reconhecimento legal como policiais seria, portanto, ilusória na visão de alguns membros da categoria. Mesmo conquistando a mudança de *status* de agentes penitenciários para policiais penais não deixariam de executar a atividade fim que os distingue entre os profissionais da segurança pública, qual seja, a custódia. Tornar-se um policial penal não isentará o agente do contato com a população prisional, seja ele cotidiano, como no caso daqueles a trabalhar na linha de frente nos pavilhões; efêmero ou episódico, como no caso dos membros de grupamentos táticos especializados (GIR, GETAP e COPE).

Então eu particularmente pensando, eu acho que vai ser muito bacana ao invés de eu abordar um detento e falar ou alguém me pedir uma identificação na rua e tal. Eu falar: “Polícia!”. É muito bonito falar isso. Mas na verdade lá dentro eu sei que eu sou apenas um agente. Entende?. Não que isso seja menor ou maior do que alguém, mas

²⁸² MUNIZ, 1999, pp. 95-103.

é função diferente. A função é diferente (Entrevista Agente de Segurança Penitenciária 09 - COPE)

Como mostramos anteriormente se instalou nos últimos quinze anos um dissenso no grupo profissional dos agentes penitenciários em relação à identidade profissional da categoria. Alguns se reconhecem como policiais, enquanto outros acreditam que a custódia ainda representa o principal elemento de distinção do grupo no âmbito dos profissionais da segurança pública. Ou seja, nunca deixarão de serem reconhecidos como os “guardiões” das penitenciárias. E esse dilema identitário tem acompanhado os agentes penitenciários em suas vivências tanto dentro quanto fora das prisões.

No interior das unidades têm significado uma disputa entre dois grupos (agentes de linha de frente *versus* agentes de grupamentos táticos) em relação aos “melhores” métodos de trabalho a serem empregados para a administração cotidiana desses espaços. Enquanto o primeiro grupo prioriza o diálogo, o segundo grupo prioriza o uso da força. E, por vezes, tais divergências tem gerado conflitos e uma convivência tensa. Fora das prisões os agentes penitenciários têm buscado firmar uma nova imagem da profissão e dos seus profissionais. Relegando a imagem do “guardião” ao passado e evidenciando a do policial militarizado, altamente treinado, vocacionado e em estado de prontidão para quaisquer operações de restauração da ordem nas prisões e nas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos últimos vinte anos ocorreram mudanças significativas no modo de administrar os ambientes prisionais no Estado de Minas Gerais, sobretudo, em razão da saída dos policiais militares dos postos de direção e de segurança externa das penitenciárias, do crescimento exponencial da população prisional, do crescimento do efetivo de agentes penitenciários, do processo de profissionalização da categoria, além da centralização administrativa do sistema com a criação de uma secretaria específica para o gerenciamento exclusivo das penitenciárias.

Essa centralização definiu modos de regulação da vida prisional - formalização de orientações e standardização progressiva dos procedimentos de segurança internos - e limitou as margens de autonomia das direções das unidades prisionais. Os regimes institucionais prisionais fechados e autoritários, refletindo a personalidade e estilo individual dos diretores policiais militares em meados das décadas de 1980 e 1990, se tornaram mais porosos e burocratizados. A tônica da política penitenciária estadual a partir de meados dos anos 2000 foi maximizar a segurança reduzindo as oportunidades de desordem institucional (motins ou rebeliões) e a dependência do trabalho do *staff* prisional em relação aos presos.

O trabalho de custódia desenvolvido pelos guardas de presídio se resumia a tarefas custodiais no interior dos pavilhões - vigilância do comportamento dos presos, controle das chaves, verificação dos cadeados, negociação com lideranças e verificação cotidiana das celas – e a transitoriedade da atividade impedia qualquer possibilidade de desenvolvimento de fidelidade organizacional e construção de uma identidade profissional. A ausência de supervisão por parte da direção possibilitava aos guardas na linha de frente uma ampla autonomia decisória para interferir em uma variedade de atividades dos presos nos pavilhões, dialogar, negociar, além de distribuir punições e privilégios. O conhecimento da “malícia” possibilitava aos guardas mais experientes (e habilidosos) a execução eficiente de suas tarefas rotineiras e a manutenção da estabilidade nos pavilhões. No entanto, com pouco treinamento formal se encontravam em uma posição precária de dependência em relação aos presos e

aos próprios policiais militares nas penitenciárias do Estado nos momentos “extremos” de eclosão de motins ou rebeliões.

A criação do Comando de Operações Especiais – COPE em 2003 representou o início de um processo de investimento em treinamentos e a introdução de elementos organizacionais nos moldes do estilo militar para tornar os agentes penitenciários menos dependentes, mais estratégicos, repressivos e eficientes na administração cotidiana das prisões. O grupo transitório da “turma dos guardas”, característico dos anos de 1980, se transformava gradativamente em uma força custodial permanente, envolvida finalmente em uma carreira profissional. Os integrantes dessa força pública no decorrer dos anos reivindicaram o monopólio sobre o controle da população prisional, iniciaram uma busca por métodos mais repressivos de trabalho e, posteriormente, por maior reconhecimento da categoria profissional.

Um dos principais empecilhos para o exercício completo da sua autoridade nas penitenciárias consistia na presença dos policiais militares nas atividades de direção, segurança externa e de treinamento dos membros da força recém-criada. O principal movimento reivindicatório do *staff* prisional, especialmente do COPE, foi retirar os policiais de tais funções e exercê-las em sua plenitude. O distanciamento físico conquistado em relação aos policiais militares, por sua vez, não significou uma busca por diferenciação e construção de uma identidade profissional específica, singular ou distinta, pelo contrário. Eles incorporaram o modo de treinamento, os armamentos, a estética, a linguagem, os valores, as crenças e os padrões de atuação característicos das forças policiais militarizadas, principalmente, aos grupamentos táticos especializados do sistema penitenciário mineiro.

O investimento nesses grupamentos táticos (COPE, GIR e GETAP) definiu progressivamente os rumos do processo de “profissionalização” dos agentes de segurança penitenciária. Criados para intervenção em situações de motins e rebeliões (e, por vezes, em operações cotidianas de rotina) apresentam fortes características das forças policiais militares como o uniforme camuflado, as viaturas próprias, o treinamento militar, os valores de hierarquia e disciplina e o

modus operandi de restauração da ordem. Integrar um desses grupamentos nas prisões também tem significado ascender a uma posição de prestígio e simbolicamente tem reforçado a autoridade dos integrantes perante o *staff* prisional e os presos.

Embora sejam freqüentemente chamados de agentes de segurança penitenciária, tal nomenclatura, para muitos dos membros desses grupamentos e alguns agentes, não mais reflete a complexidade do trabalho por eles desempenhado e a própria maneira como se reconhecem atualmente. Não se vêem como “guardiões”, mas como policiais. Tal identificação por sua vez não tem atingido todos os membros do grupo profissional e, por isso, têm sido freqüentes os embates, os conflitos, as clivagens e a instauração de um dilema identitário. A aproximação com o campo policial (militar) gerou uma identidade profissional dual - custodial e policial - e uma competição no interior das penitenciárias por dois modelos diferentes de trabalho. O primeiro, de natureza custodial, prioriza o diálogo, a proximidade com o preso e as estratégias de negociação da ordem; o segundo, de natureza militar, prioriza a resposta rápida, o uso da força e o distanciamento em relação aos presos.

Esse intenso processo de militarização da força custodial tem dado amplo destaque para as tarefas voltadas exclusivamente para a segurança, a vigilância e a disciplina rígida nas prisões. Os procedimentos de segurança são rigidamente planejados, existe um controle rigoroso sobre o movimento dos presos e a demanda por resposta rápida a qualquer comportamento disruptivo no interior dos pavilhões. Tal disciplina também tem sido demandada do próprio grupo de agentes na linha de frente do sistema penitenciário.

O trabalho em equipe requer o desenvolvimento de especialidades, o treinamento formal da atividade, a reprodução dos procedimentos técnicos operacionais e o controle interno do comportamento pelos próprios pares. Ou seja, estão reduzidas as chances de demonstrarem habilidades individuais ou expertises conquistadas em razão do contato prolongado com os presos. Tal “saber prático” – chamado em meados da década de 1980 de “malícia” – que permite ao agente penitenciário lidar de maneira habilidosa com os presos, manter a ordem

sustentável no tempo e impedir a eclosão de motins ou rebeliões, consiste em um conhecimento hoje depreciado por muitos desses profissionais e aqueles a persistir no seu acionamento cotidiano ao executarem suas tarefas rotineiras nos pavilhões podem vir a receber o rótulo de “amadores”.

Finalmente, com a ascensão dos grupamentos táticos a uma posição de prestígio/autoridade nas prisões os agentes penitenciários a trabalhar no interior dos pavilhões não mais desfrutam de ampla discricionariedade para (re) interpretar as regras do regulamento prisional no contexto de cada interação social com os detentos. Estão submetidos ao controle dos pares na execução de suas tarefas rotineiras e limitados a agir de forma autônoma em situações cuja competência é exclusiva de grupamentos como o GIR e o COPE. No decorrer dos anos ocorreu um deslocamento do lócus de autoridade dos agentes na linha de frente para esses grupamentos e, tal mudança, impactou seriamente no modo como a ordem é construída nos ambientes prisionais contemporâneos. Ou seja, cada vez menos inclinada a negociações (cooperação mútua, acordos táticos ou acomodações) entre os agentes e os presos no curso de suas interações sociais cotidianas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juniele Rabelo de. Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. Tese de Doutorado. Programa de Pós – Graduação em História Social. Universidade de São Paulo – USP, 2010.

ARNOLD, Helen. The prison officer. In: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben; JEWKES, Yvone. Handbook on Prisons 2ed. New York: Routledge, 2016.

ARNOLD, Helen. The experience of prison officer training. In: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben; WAHIDIN, Azrini. Understanding Prison Staff. New York: Routledge, 2008.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analia Soria. Trajetórias Profissionais e carreira dos agentes penitenciários: Distrito Federal e Goiás. In: SANTOS, José Vicente Tavares (org). Subsídios para construção de um novo fazer segurança pública. Brasília: SENASP, 2009.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A Emergência do Profissionalismo na Polícia Militar de Minas Gerais. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

_____. A polícia em transição: O modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, p. 65-96, 2011.

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento. São Paulo: EdUSP, 2001.

BEATO, Cláudio Chaves; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 80, pp. 71-88, 2010.

BITTNER, Egon. As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia. In: Aspectos do trabalho policial. São Paulo: EdUSP, 2003.

BRODEUR, Jean-Paul. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. Caderno CRH, v. 17, n. 42, 2006.

CÂMARA, JR Sette. Sistema Penitenciário em Minas Gerais. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 3, p. 118-129, 1951.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, Arthur; MEDEIROS, Mateus. A desmilitarização das polícias: policiais, soldados e democracia. *Teoria e sociedade*, v. 1, n. 11, p. 66-89, 2003.

COUTO, Vinicius Assis. A Oficina do Diabo e a Casa do Senhor: os embates identitários dentro dos presídios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011.

COYLE, Andrew. Understanding Prisons: Key Issues. In: *Policy And Practice: Key Issues in Policy and Practice*. New York: McGraw-Hill Education (UK), 2005.

COYLE, Andrew. Change management in prisons. In: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben; WAHIDIN, Azrini. *Understanding Prison Staff*. New York: Routledge, 2008.

CLAUS, Waldemar. Agentes penitenciários: un estado del arte. VII Jornadas de Sociología. Departamento de Sociología de La Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación, La Plata. 2012.

CLOWARD, R. Social Control in the Prison. In: Hazelrigg, L., ed. *Prison within society. A reader in penology*. New York, Doubleday, 1968.

CRAIG, Susan C. Rehabilitation versus Control: an organizational theory of prison management. *The Prison Journal*, vol. 84, n. 4, p. 92- 114, 2004.

CRAWLEY, Elaine M. Doing prison work: the public and private lives of prison officers. New York: Routledge, 2004.

CRAWLEY, Elaine; CRAWLEY, Peter. Understanding Prison Officers: culture, cohesion and conflict. In: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben; WAHIDIN, Azrini. *Understanding Prison Staff*. New York: Routledge, 2008.

CRESSEY, Donald R. Contradictory directives in complex organizations: The case of the prison. *Administrative Science Quarterly*, p. 1-19, 1959.

CREWE, Ben. The sociology of imprisonment. In: *Handbook on prisons*. New York: Routledge, 2012.

CROUCH, Ben M.; ALPERT, Geoffrey P. Prison Guards attitudes toward components of the criminal justice system. *Criminology*, v. 18, n. 2, p. 227-236, 1980.

CROUCH, Ben M.; MARQUART, James R.; MARQUART, James W. An appeal to justice: Litigated reform of Texas prisons. Austin: University of Texas Press, 1989.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. De " Depósito de Presos" a " Instituição Penitenciária": Sistema Carcerário em Minas Gerais. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba (PR), 2011.

CRUZ, Marcus Vinicius G; BATITUCCI, Eduardo C; SILVA, Sérgio L; SOUZA, Letícia G. Agente Penitenciário: em busca da identidade – notas de pesquisa no

sistema prisional de Minas Gerais. 37º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, 2013.

DIULIO, John J. Governing prisons: a comparative study of correctional management. New York: The Free Press, 1987.

DUBAR, Claude. A socialização: a construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

_____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Cadernos de pesquisa, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2013.

DUFFEE, David. The correction officer subculture and organizational change. Journal of Research in Crime and Delinquency, v. 11, n. 2, p. 155-172, 1974.

DRAKE, Deborah. Staff and order in prisons. In: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben; WAHIDIN, Azrini. Understanding Prison Staff. New York: Routledge, 2008.

ESSELSTYN, T. C. The social system of correctional workers. Crime & Delinquency, v. 12, n. 2, p. 117-124, 1966.

FERREIRA, Ana Paula V; PORTO, Bruno C. S; PAULA, José Eduardo C; SILVA, Rodrigo M. P. Análise acerca do processo de ingresso de profissionais na carreira de agente de segurança penitenciário no Estado de Minas Gerais. X Congresso Consad de Gestão Pública, Brasília (DF), 2017.

FRANK, Benjamin. The emerging professionalism of the correctional officer. Crime & Delinquency, v. 12, n. 3, p. 272-276, 1966.

FIGUEIREDO, Railander Quintão. Educação em serviços penais: diretrizes para a Escola de Formação do Sistema Prisional de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FREITAS, Renan S. Reversões hierárquicas e eclosão de conflitos em prisões. Revista de Administração Pública, vol. 19, n.4, pp.27-37. Rio de Janeiro, Out./Dez, 1985.

GARIGLIO, Luigi. The 'Cycle of Doing Coercion': An Ethnography on the Use-of-force and Violence in both a Prison and an Asylum. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Milão, 2015.

GOES, Eda Maria. A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

IRWIN, John. Prisons in turmoil. Boston: Little, Brown, 1980.

IRWIN, John; CRESSEY, Donald R. Thieves, convicts and the inmate culture. *Social problems*, v. 10, n. 2, p. 142-155, 1962.

JACOBS, James B. Stateville: The penitentiary in mass society. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

JACOBS, James B.; RETSKY, Harold G. Prison guard. *Urban Life*, v. 4, n. 1, p. 5-29, 1975.

JACOBS, James B. What prison guards think: A profile of the Illinois force. *Crime & Delinquency*, v. 24, n. 2, p. 185-196, 1978.

JANOWITZ, Morris. O soldado profissional: estudo social e político. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

KAUFFMAN, Kelsey. Prison officers' attitudes and perceptions of attitudes: A case of pluralistic ignorance. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 18, n. 2, p. 272-294, 1981.

KRASKA, Peter B. Militarization and policing—Its relevance to 21st century police. *Policing: a journal of policy and practice*, v. 1, n. 4, p. 501-513, 2007.

GLANTZ, Israel B. Toward a conceptual schema of prison management styles. *The Prison Journal*. p. 42 – 61, 1981.

HAWKINS, Gordon. The prison: Policy and practice. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

HEPBURN, John R. The exercise of power in coercive organizations: A study of prison guards. *Criminology*, v. 23, n. 1, p. 145-164, 1985.

HEPBURN, John R. The erosion of authority and the perceived legitimacy of inmate social protest: A study of prison guards. *Journal of Criminal Justice*, v. 12, n. 6, p. 579-590, 1984.

HEPBURN, John R. Prison guards as agents of social control. In: *The American Prison*. Springer, Boston, MA, p. 191-206, 1989.

HEPBURN, John R.; ALBONETTI, Celesta. Role conflict in correctional institutions. *Criminology*, v. 17, n. 4, p. 445-460, 1980.

HEPBURN, John R.; CREPIN, Ann E. Relationship strategies in a coercive institution: a study of dependence among prison guards. *Journal of Social and Personal relationships*, v. 1, n. 2, p. 139-157, 1984.

JURIK, Nancy C.; MUSHENO, Michael C. The internal crisis of corrections: Professionalization and the work environment. *Justice Quarterly*, v. 3, n. 4, p. 457-480, 1986.

JURIK, Nancy C. et al. Educational attainment, job satisfaction, and the professionalization of correctional officers. *Work and Occupations*, v. 14, n. 1, p. 106-125, 1987.

KING, Sue. Reconciling custodial and human service work: The complex role of the prison officer. *Current Issues Crim. Just.*, v. 21, p. 257, 2009.

KAUFFMAN, Kelsey. Prison officers' attitudes and perceptions of attitudes: A case of pluralistic ignorance. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 18, n. 2, p. 272-294, 1981.

KLOFAS, John M.; KLOFAS, John M. Reconsidering prison personnel: New views of the correctional officer subculture. *International Journal of offender therapy and comparative criminology*, v. 28, n. 3, p. 169-175, 1984.

KLOFAS, John; TOCH, Hans. The guard subculture myth. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 19, n. 2, p. 238-254, 1982.

KRASKA, Peter B. Militarization and policing - Its relevance to 21st century police. *Policing: a journal of policy and practice*, v. 1, n. 4, p. 501-513, 2007.

LIEBLING, Alison; PRICE, David, SHEFER, Guy. *The Prison Officer*. New York: Willian Publishing, 2011.

LIEBLING, Alison. Prison officers, policing and the use of discretion. *Theoretical Criminology*, v. 4, n. 3, p. 333-357, 2000.

_____. Distinctions and distinctiveness in the work of prison officers: Legitimacy and authority revisited. *European Journal of Criminology*, v. 8, n. 6, p. 484-499, 2011.

LOMBARDO, Lucien X. *Guards Imprisoned: Correctional Officers at Work*. New York: Routledge, 1989.

_____. Group dynamics and the prison guard subculture: is the subculture an impediment to helping inmates?. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 29, n. 1, p. 79-90, 1985.

LOURENÇO, Luiz C. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas: Revista de*

Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 3, n 10, pp. 11-31. Rio de Janeiro, Out/Nov/Dez, 2010.

MARQUART, James W. Prison guards and the use of physical coercion as a mechanism of prisoner control. *Criminology*, v. 24, n. 2, p. 347-366, 1986.

MCCLEERY, Richard H. The governmental process and informal social control. In: CRESSEY, Donald (org). *The prison: studies in institutional organization and change*. New York: Hold, Rinehart & Winston, 1961.

MCCLEERY, Richard H. Mudança de política na administração de presídios. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1975.

MONTEIRO, Rodrigo Padrini. “ O dom de ver atrás do morro”: a atividade de Agentes de Segurança Penitenciária em um Manicômio Judiciário de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia PUC Minas, Belo Horizonte, 2018.

MORAES, Pedro R B. Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

_____. A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 25, n.1, pp. 131-147. São Paulo, Junho, 2013.

MUNIZ, Jaqueline. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado -Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras. *Security and Defense Studies Review*, vol. 01, 2001.

OLIVEIRA, V.N; RIBEIRO, L. M. L. ; BASTOS, L. M. . Os Agentes Penitenciários em Minas Gerais: quem são e como percebem a sua atividade. *Sistema Penal & Violência (Online)*, v. 7, p. 175-192, 2015.

OHLIN, Lloyd E. *Sociology and the Field of Corrections*. Russell Sage Foundation, 1959.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, p. 13-44, 1983.

_____. Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Uma saga carcerária. *Temas IMESC*, vol. 02, n.02, pp. 97-110. São Paulo, 1985.

_____. As lições do motim na Penitenciária Agrícola de Neves. Mestrado em Sociologia, 1985 (mimeo).

PAIXÃO, Antônio L; COELHO, Edmundo C. Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

PHILLIBER, Susan. Thy brother's keeper: A review of the literature on correctional officers. *Justice Quarterly*, v. 4, n. 1, p. 9-37, 1987.

PONCIONI, Paula Ferreira. Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Identidade profissional policial. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 503-510, 2014.

REINER, Robert. A política da polícia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REISS JR, Albert J. Organização da polícia no século XX. *Policimento Moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 65-114, 2003.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Análise da política penitenciária feminina do estado de Minas Gerais: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto. 164f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO, Ludmila; LOPES, A. G. Public Safety Policy in the State of Minas Gerais (2003-2016): Agenda Problems and Path Dependence. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 7, p. 121-134, 2018.

RIBEIRO, Ludmila M L, CRUZ, Marcus Vinicius G., BATITUCCI, Eduardo C. Política Pública Penitenciária: a Gestão em Minas Gerais. In: XXVIII ANPAD, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Georgia. Análise do Sistema Penitenciário Mineiro. Monografia. Graduação em Administração Pública – Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, 1999.

ROCHA, Rafael L. S. A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n. 2, p. 277-301, 2015.

SAPORI, Luiz F. Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luís Flávio; SOUZA, Silas Barnabé de. Violência policial e cultura militar: aspectos teóricos e empíricos. *Teoria e Sociedade*, v. 7, 2001.

SCOTT, David. The caretakers of punishment: Prison officer personal authority and the rule of law. *Prison Service Journal*, n. 168, p. 14-19, 2006.

SILVA, Karla Leal Luz de Souza. A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correccionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940). Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

SILVA, Robson Rodrigues da. Entre a caserna e a rua: o dilema do “Pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SILVA, Anderson Moraes de Castro. Nos braços da lei: o uso da "violência negociada" no interior das prisões. Rio de Janeiro: E+ a, 2008.

SINHORETTO, Jaqueline. Segurança Pública e Encarceramento no Brasil: articulações e tensões entre políticas e práticas. Relatório Final Pensando a Segurança Pública, Ministério da Justiça, Brasília, 2016.

SHALEV, Sharon. Supermax: controlling risk through solitary confinement. Devon: Willan Publishing, 2013.

SPARKS, J. R; BOTTOMS, A. E. Legitimacy and order in prisons. *The British Journal of Sociology*.vol. 46, no. 1: pp. 45-62, 1995.

STORANI, P. Vitória sobre a morte: a glória prometida. O "rito de passagem" na construção da identidade das operações especiais do BOPE/PMERJ. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense, 2006.

STRAUSS, Anselm L. Negotiations: Varieties, contexts, processes, and social order. San Francisco: Jossey-Bass Inc Pub, 1979.

SKARBEEK, David. The social order of the underworld: How prison gangs govern the American penal system. New York: Oxford University Press, 2014.

SKOLNICK, Jerome H.; FYFE, James J. Above the law: Police and the excessive use of force. New York: Free Press, 1993.

SYKES, Gresham. The Society of Captives: a study of a maximum security prison. New York: Princeton University Press, 1965.

_____. A Corrupção da Autoridade e a Reabilitação. IN: ETZIONI, Amitai. Organizações Complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, p.191-198, 1975.

THOMAS, Jim. Some aspects of negotiated order, loose coupling and mesostructure in maximum security prisons. *Symbolic Interaction*, v. 7, n. 2, p. 213-231, 1984.

KING, Roy D. Prison staff: an international perspective. In: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben; WAHIDIN, Azrini. *Understanding Prison Staff*. New York: Routledge, 2008.

WILENSKY, Harold L. The professionalization of everyone?. *American journal of sociology*, v. 70, n. 2, p. 137-158, 1964.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

Unidade prisional:

Data:

Entrevistador:

1 - Perfil

1. Você é de qual cidade? Qual é o seu bairro?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual é o seu cargo no sistema penitenciário?
4. Qual o turno e a escala de trabalho?
5. Há quanto tempo você trabalha como agente penitenciário?
6. Você trabalha nesta unidade prisional há quanto tempo?
 - a. Já trabalhou em outras unidades prisionais?
 - b. Sabe informar quais e por quanto tempo em cada uma?
 - c. Se sim. Você poderia me contar como foram suas experiências em outras unidades prisionais?

2 - O ingresso na profissão de agente de segurança penitenciária

7. Antes de ingressar na profissão de agente penitenciário você exerceu alguma outra atividade profissional? Se sim, pode me contar como foram essas outras experiências profissionais
8. Na sua família existem outros agentes penitenciários?
9. Qual foi o principal motivo pelo qual escolheu esta profissão?
10. Você é contratado ou concursado? Como ocorreu o processo de seleção?

3 – O curso de formação e o treinamento

11. Antes de ingressar no sistema penitenciário você participou de algum curso de formação? Como foi? (disciplinas, tempo de duração e o aprendizado da profissão)
12. Você participou de treinamentos (arma de fogo, gerenciamento de crises, motins e rebeliões)?
13. Como foi o seu primeiro dia de trabalho numa prisão? Pode me contar essa história

4–Administração da vida prisional

- 14.Quantos presos estão reclusos aqui na unidade?
- 15.Quantos agentes trabalham aqui na unidade?
- 16.Como é organizado e distribuído o trabalho entre os agentes?
 - a. Quais são os setores de trabalho da unidade prisional?
 - b. Como são distribuídos os agentes por esses setores?
 - c. Em qual setor você trabalha? Como são distribuídas as tarefas?
- 17.Agora, gostaria que você descrevesse como é a sua rotina de trabalho na unidade prisional?
- 18.Quais são as tarefas da sua rotina que demandam maior cautela e atenção?
 - a. Como essas tarefas são realizadas?
 - b. Como foi o aprendizado dessas tarefas?
 - c. Vocês seguem algum procedimento operacional padrão na realização destas tarefas? Se sim, pode me dar um exemplo
- 19.Agora, vamos falar sobre a administração da unidade prisional como um todo. Quais são os procedimentos envolvidos quando o preso chega à unidade prisional?
- 20.Como os presos são classificados e distribuídos pelos pavilhões?
- 21.Existe algum recurso de monitoramento eletrônico interno na unidade prisional? Se sim, como funciona?
- 22.Existem presos que exercem uma grande influência perante os outros presos? E grupos de presos? Como os agentes lidam com esses presos?
- 23.Existem presos considerados perigosos na unidade prisional?
- 24.Existe algum pavilhão ou cela específica para determinados presos? Quais são os pavilhões e celas?
 - a. Como é lidar cotidianamente com esses presos? Existem diferenças em relação aos presos de outros pavilhões?
 - b. Existem procedimentos de segurança específicos para esses pavilhões? Se sim, quais?
- 25.Quais são os principais problemas de segurança e disciplina vivenciados cotidianamente? Como os agentes lidam com esses problemas?
 - a. Como a direção lida com esses problemas?

5 - Relação com os colegas agentes penitenciários

- 26.Pensando na sua vivência aqui na unidade, como é a convivência diária com os colegas agentes penitenciários?
- 27.Como é organizado o trabalho entre os agentes?
 - a. E na sua equipe? Existe algum líder?
 - b. Como são tomadas as decisões?
- 28.Existem setores ou tarefas que demandam um perfil específico de agente? Se sim, quais são? Como deve ser o agente?
- 29.Existem agentes que são mais respeitados na unidade prisional? Se sim, por que são respeitados?

30. Na sua opinião, existem algumas diferenciações entre os agentes penitenciários (por exemplo, em razão do tempo na profissão ou vínculo profissional)? Se sim, pode me contar um pouco sobre essas diferenças
31. Você já integrou o Grupo de Intervenção Rápida - GIR ou o Comando de Operações Especiais - COPE?
 - a. Qual a função desses grupos?
 - b. Como as tarefas são realizadas?
 - c. Existe um processo de seleção e um treinamento específico? Como acontece?
32. Você acha que existe união entre os agentes penitenciários?
33. Você acha que existe confiança entre os agentes penitenciários?
34. Quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados no tratamento diário com os seus colegas agentes?
35. Quais são os principais desentendimentos e/ou conflitos entre os agentes penitenciários?
 - a. Como esses conflitos são resolvidos?
 - b. A direção tem algum papel na solução destes conflitos?
 - c. Você já esteve envolvido em conflitos com colegas? Se sim, pode me contar sobre essa história
36. Para você, o que seria um comportamento suspeito de um agente penitenciário na unidade prisional? Como vocês lidam?
37. Para você, o que seria um comportamento intolerável de um agente penitenciário na unidade prisional? Como vocês lidam?
38. Você já presenciou situações de corrupção entre agentes e presos? Se sim, pode me contar algum caso
39. Você convive ou tem amizade com colegas agentes fora da prisão?
40. Se você pudesse definir em poucas palavras quem são e como são os agentes, quais seriam? Das palavras citadas, qual é a mais importante?

5 – Relação com os presos

41. Como se dá a rotina dos presos nesta unidade prisional?
42. Na sua opinião, como um agente penitenciário deve proceder ao conviver e tratar com os presos?
43. Na sua opinião, como um agente penitenciário não deve proceder ao conviver e tratar com os presos?
44. Quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados no tratamento com os presos?
 - a. Você já teve que empregar o uso da força física de forma enérgica no trato com os presos? Se sim, pode me contar algum caso
 - b. Você já foi ameaçado por algum preso? Se sim, pode me contar essa história
 - c. Você já foi agredido por algum preso? Se sim, pode me contar essa história
 - d. Você já presenciou motins ou rebeliões? Se sim, pode me contar essa história
45. Para você, o que seria um comportamento suspeito de um preso? Como você lida?

46. Para você, o que seria um comportamento intolerável de um preso? Como você lida?
47. Como acontece a aplicação de punições quando o preso infringe alguma regra da unidade prisional?
48. Normalmente os presos pedem favores para os agentes (tipo conseguir um cigarro, levar um recado para a família, etc.).
 - a. Você acha que dá para fazer favor para os presos?
 - b. Você já fez e/ou deve favor para algum preso da unidade?
 - c. Algum preso já pediu para você entrar com algo proibido (celular ou droga) na unidade prisional?
49. Existem conflitos entre os presos? Como eles se dão?
 - a. E conflitos entre agentes e presos? Se sim, pode me contar algum caso
 - b. Você já esteve envolvido em algum conflito com preso? Se sim, pode me contar essa história
50. Vocês já conseguiram evitar algum conflito violento entre os presos, motins ou rebeliões? Como foi?
51. Se você pudesse definir em poucas palavras os presos, quais seriam? Das palavras citadas qual é a mais importante?

7– Relação com a direção

52. Quantos diretores existem na unidade prisional além do diretor geral?
53. Você vivenciou o período das direções das penitenciárias sob o comando de policiais militares reformados? Se sim, pode me contar essa história
54. Quais as situações ocorridas na unidade prisional que devem ser comunicadas ao diretor da unidade prisional? Pode me contar uma situação comunicada por você
55. Você já modificou ou não cumpriu uma ordem que recebeu do diretor? Se sim, pode me contar essa história
56. Você já tomou alguma decisão sem comunicar o diretor? Se sim, pode me contar essa história

8 - Percepções sobre a profissão

57. Como você vê a profissão de agente de segurança penitenciária?
58. Você se sente seguro dentro e fora da prisão? (risco de vida, porte de arma e vida privada)
59. Você participa do sindicato dos agentes de segurança penitenciária?
60. Você conhece a PEC 14/2016? O que acha da proposta de mudança de agente de segurança penitenciária para polícia penal?

ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGENTES DO COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – COPE

Data:

Entrevistador:

1 - Perfil

1. Você é de qual cidade? Qual é o seu bairro?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual é o seu cargo no sistema penitenciário?
4. Qual o turno e a escala de trabalho?
5. Há quanto tempo você trabalha como agente penitenciário?
6. Você trabalha no COPE há quanto tempo? Você trabalha atualmente no Grupo de Operações Táticas – GOTE, no Grupo de Transporte e Escolta – GTE ou no Plantão de Base?
 - a. Já trabalhou em unidades prisionais?
 - b. Sabe informar quais e por quanto tempo em cada uma?
 - c. Se sim. Você poderia me contar como foram suas experiências nas unidades prisionais?

2 –O ingresso na profissão de agente de segurança penitenciária

7. Antes de ingressar na profissão de agente penitenciário você exerceu alguma outra atividade profissional? Se sim, pode me contar como foram essas outras experiências profissionais
8. Na sua família existem outros agentes penitenciários?
9. Qual foi o principal motivo pelo qual escolheu esta profissão?
10. Você é contratado ou concursado? Como ocorreu o processo de seleção?

3 – O curso de formação e o treinamento

11. Antes de ingressar no sistema penitenciário você participou de algum curso de formação? Como foi? (disciplinas, tempo de duração e o aprendizado da profissão)
12. Você participou de treinamentos (arma de fogo, gerenciamento de crises, motins e rebeliões)?
13. Como foi o seu primeiro dia de trabalho numa prisão? Pode me contar essa história
14. Qual foi o principal motivo pelo qual escolheu ingressar no COPE?
15. Como ocorreu o processo de seleção do COPE? Você participou de algum curso de formação? Como foi? (disciplinas, tempo de duração e o aprendizado).
16. Você participou de treinamentos? Pode me contar como foram.

17. Você participou de outros cursos e treinamentos ao longo da sua carreira? Se sim, quais? Pode me contar como foram.
18. Você ministra disciplinas em cursos de formação para os agentes penitenciários ou para outros profissionais da segurança pública? Se sim, pode me contar sobre essa experiência.
19. Você ministra treinamentos para os agentes penitenciários ou para outros profissionais da segurança pública? Se sim, pode me contar sobre esses treinamentos.

4–Administração da vida prisional

20. Quantos agentes trabalham aqui no COPE?
21. Como é organizado e distribuído o trabalho entre os agentes?
 - d. Quais são os setores de trabalho do COPE?
 - e. Como são distribuídos os agentes por esses setores?
 - f. Em qual setor você trabalha? Como são distribuídas as tarefas?
22. Agora, gostaria que você descrevesse como é a sua rotina de trabalho no COPE?
23. Quais são as tarefas da sua rotina que demandam maior cautela e atenção?
 - d. Como essas tarefas são realizadas?
 - e. Como foi o aprendizado dessas tarefas?
 - f. Vocês seguem algum procedimento operacional padrão na realização destas tarefas? Se sim, pode me dar um exemplo.
24. Agora, vamos falar sobre a administração das unidades do sistema penitenciário mineiro como um todo. Quais são os procedimentos envolvidos nas operações especiais ou na escolta de presos? Pode me contar como são realizados.
25. Você já participou de operações em algum pavilhão ou cela específica para determinados presos? Se sim, quais foram os pavilhões e celas?
 - c. Como é lidar com esses presos? Existem diferenças em relação aos presos de outros pavilhões ou de pavilhões comuns?
 - d. Existem procedimentos de segurança específicos para esses pavilhões ou celas? Se sim, quais?
26. Quais são os principais problemas de segurança e disciplina vivenciados nas operações especiais ou na escolta de presos? Como os agentes lidam com esses problemas?
 - b. Como a direção do COPE lida com esses problemas?

5 - Relação com os colegas agentes penitenciários

27. Pensando na sua vivência aqui no COPE, como é a convivência diária com os colegas agentes penitenciários?
28. Como é organizado o trabalho entre os agentes?
 - c. E na sua equipe? Existe algum líder ou coordenador?
 - d. Como são tomadas as decisões?

29. Existem setores ou tarefas que demandam um perfil específico de agente?
Se sim, quais são? Como deve ser o agente?
30. Existem agentes penitenciários que são mais respeitados aqui no COPE?
Se sim, por que são respeitados?
31. Em sua opinião, existem algumas diferenciações entre os agentes penitenciários (por exemplo, em razão do tempo na profissão, vínculo profissional, investimento em treinamentos ou integrante de grupamentos)?
Se sim, pode me contar um pouco sobre essas diferenças
32. Você já integrou o Grupo de Intervenção Rápida – GIR ou Grupo de Escolta Tático Prisional - GETAP?
 - d. Qual a função desses grupos nas unidades prisionais?
 - e. Como as tarefas são realizadas?
 - f. Existe um processo de seleção e um treinamento específico para ingressar nesses grupamentos? Como aconteceu?
33. Você acha que existe união entre os agentes penitenciários?
34. Você acha que existe confiança entre os agentes penitenciários?
35. Quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados no tratamento diário com os seus colegas agentes?
36. Quais são os principais desentendimentos e/ou conflitos entre os agentes penitenciários?
 - d. Como esses conflitos são resolvidos?
 - e. A direção tem algum papel na solução destes conflitos?
 - f. Você já esteve envolvido em conflitos com colegas? Se sim, pode me contar sobre essa história
37. Para você, o que seria um comportamento suspeito de um agente penitenciário na unidade prisional? E nas operações do COPE? Como vocês lidam?
38. Para você, o que seria um comportamento intolerável de um agente penitenciário na unidade prisional? E nas operações do COPE? Como vocês lidam?
39. Você já presenciou situações de corrupção entre agentes e presos? Se sim, pode me contar algum caso
40. Você convive ou tem amizade com os colegas agentes fora da prisão?
41. Se você pudesse definir em poucas palavras quem são e como são os agentes, quais seriam? Das palavras citadas, qual é a mais importante?

6 – Relação com os presos

42. Em sua opinião, como um agente penitenciário deve proceder ao conviver e tratar com os presos?
43. Em sua opinião, como um agente penitenciário não deve proceder ao conviver e tratar com os presos?
44. Quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados no tratamento com os presos?
 - e. Você já teve que empregar o uso da força física de forma enérgica no trato com os presos? Se sim, pode me contar algum caso.
 - f. Você já foi denunciado pelo uso da força física de forma enérgica? Se sim, pode me contar como foi.

- g. Você já foi ameaçado por algum preso? Se sim, pode me contar essa história
 - h. Você já foi agredido por algum preso? Se sim, pode me contar essa história
 - i. Você já presenciou motins ou rebeliões? Se sim, pode me contar essa história
45. Para você, o que seria um comportamento suspeito de um preso? Como você lida?
46. Para você, o que seria um comportamento intolerável de um preso? Como você lida?
47. Existem conflitos entre os presos? Como eles se dão?
- c. E conflitos entre agentes e presos? Se sim, pode me contar algum caso
 - d. Você já esteve envolvido em algum conflito com preso? Se sim, pode me contar essa história
48. Vocês já conseguiram evitar algum conflito violento entre os presos, motins ou rebeliões? Como foi?
49. Se você pudesse definir em poucas palavras os presos, quais seriam? Das palavras citadas qual é a mais importante?

7– Relação com a direção

50. Quantos diretores existem no COPE além do diretor geral? E coordenadores de equipes?
51. Quais as situações ocorridas no COPE que devem ser comunicadas ao diretor ou aos coordenadores? Pode me contar uma situação comunicada por você
52. Você já modificou ou não cumpriu uma ordem que recebeu do diretor ou do coordenador? Se sim, pode me contar essa história.
53. Você já tomou alguma decisão em operações do COPE sem comunicar o coordenador? Se sim, pode me contar essa história.

8– Percepções sobre a profissão

54. Como você vê a profissão de agente de segurança penitenciária?
55. Você se sente seguro dentro e fora da prisão? (risco de vida, porte de arma e vida privada)
56. Você participa do sindicato dos agentes de segurança penitenciária?
57. Você conhece a PEC 14/2016? O que acha da proposta de mudança de agente de segurança penitenciária para polícia penal?

ANEXO III – CRONOLOGIA DE EVENTOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS 2015 - 2017

DATA	PRESOS	AGENTES PENITENCIÁRIOS	ADMINISTRAÇÃO E GRUPOS EXTERNOS
2015			
06/05/2015	<p>CERESP lotado e o possível retorno de presos as carceragens policiais. Crise no sistema penitenciário de MG.</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/06/interna_gerais,644805/seds-vai-usar-carceragens-da-policia-civil-e-imizeis-publicos-para-abrigar-presos-em-mg.shtml</p>		
2016			
07/06/2016		<p>Agentes Penitenciários anunciam greve em Minas Gerais</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/07/interna_gerais,770168/agentes-penitenciarios-anunciam-greve-a-partir-de-sabado-em-minas.shtml</p>	

10/06/2016			<p>Tribunal de Justiça de Minas Gerais determina que agentes penitenciários não façam greve</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/10/interna_gerais,771517/tjmg-determina-que-agentes-penitenciarios-nao-facam-greve-em-minas-ger.shtml</p>
12/06/2016		<p>Agentes penitenciários de Minas Gerais decidem pela suspensão da greve</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/12/interna_gerais,771893/agentes-penitenciarios-suspendem-greve-para-tentar-conciliacao-com-o-t.shtml</p>	
13/08/2016		<p>Alerta sobre possíveis ataques do PCC a agentes de segurança no Estado de Minas Gerais</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/08/13/interna_gerais,793746/pcc-prepara-ataques-no-sul-de-minas.shtml</p>	

12/09/2016			<p>Reforma Administrativa extingue a SEDS e cria a SESP e a SEAP</p> <p>http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/09/reforma-divide-secretaria-de-defesa-social-de-minas-gerais-em-duas.html</p>
10/11/2016		<p>Agentes penitenciários e socioeducativos protestam em Belo Horizonte contra demissão de contratados</p> <p>https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/agentes-prisionais-e-socioeducativos-protestam-contr-a-dispensa-de-10-mil-servidores-contratados-1.426543</p>	
20/11/2016	<p>Desativação das carceragens da Polícia Civil em MG</p> <p>http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/desativa%C3%A7%C3%A3o-de-carceragens-afeta-o-trabalho-das-for%C3%A7as-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-1.428448</p>		

31/12/2016	<p>Presídios de Minas Gerais em alerta. Risco de rebelião em razão da demissão dos agentes penitenciários contratados</p> <p>https://www.otempo.com.br/cidades/pres%C3%ADdios-de-minas-em-alerta-1.1417582</p>		
2017			
04/01/2017			<p>Superlotação, infraestrutura precária e atuação de facções no sistema penitenciário de Minas Gerais</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/04/interna_gerais,836909/populacao-carceraria-mineira-supera-em-85-numero-de-vagas-no-sistema.shtml</p>
08/01/2017			<p>Crise carcerária já foi vivida em MG</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/08/interna_gerais,837872/crise-carceraria-ja-foi-vivida-em-minas-gerais-episodio-foi-conhecido.shtml</p>

			http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/v/mgtv-30-anos-ciranda-da-morte-em-presidios-de-bh-veio-a-tona-nos-anos-90/2372502/ https://atamineira.com/2014/01/09/o-sistema-penitenciario-e-a-propria-crise/
17/01/2017	<p>Motim no presídio Dutra Ladeira na RMBH. Presos reivindicam volta do antigo diretor</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/17/interna_gerais,840050/rebeliao-na-dutra-ladeira-em-ribeirao-das-neves-termina-sem-mortes.shtml</p>		
17/01/2017	<p>PCC expande domínio em Minas Gerais. Facção comanda unidades no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sul do Estado</p> <p>https://www.otempo.com.br/hotsites/presos-no-sistema/pcc-expande-dom%C3%ADnio-em-minas-e-acumula-regalias-1.1424145</p>		

22/01/2017			<p>Entrevista do novo secretário SEAP</p> <p>http://www.otempo.com.br/cidades/sentei-em-uma-mina-prestes-a-explodir-diz-novo-secret%C3%A1rio-1.1426207</p>
08/02/2017			<p>A superlotação nos presídios de Minas Gerais desafia poder público</p> <p>https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/superlotacao-em-presidios-de-minas-gerais-desafia-poder-publico.ghtml</p>
03/07/2017		<p>Agentes Penitenciários protestam contra a demissão dos contratados do sistema penitenciário</p> <p>http://www.otempo.com.br/cidades/agentes-penitenci%C3%A1rios-ocupam-assembleia-em-protesto-contra-demiss%C3%B5es-1.1492776</p>	

09/09/2017		<p>Agentes Penitenciários fazem protesto por falta de negociação com a SEAP</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/09/09/interna_gerais,899093/visitas-em-presidios-da-grande-bh-sao-atrasadas-em-protesto-de-agentes.shtml</p>	
13/09/2017		<p>Aprovada em primeiro turno no senado a PEC que transforma os agentes penitenciários em policiais penais</p> <p>https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/13/aprovada-em-primeiro-turno-pec-que-transforma-agente-penitenciario-em-policial</p>	
14/09/2017		<p>Agentes Penitenciários fazem protesto na Praça Sete</p> <p>https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/agentes-penitenciarios-fazem-protesto-no-centro-de-belo-horizonte.ghtml</p>	

18/09/2017		<p>Operação do COPE para conter lideranças do PCC no presídio em Uberaba</p> <p>http://gazetadeuberlandia.com.br/operacao-fecha-o-cerco-a-lideres-do-pcc-em-presidio-de-uberaba/</p>	
29/10/2017		<p>Demissão dos agentes penitenciários contratados deixa sistema em alerta</p> <p>http://www.otempo.com.br/cidades/corte-de-agentes-penitenci%C3%A1rios-amea%C3%A7a-pres%C3%ADdios-em-minas-gerais-1.1536703</p>	
31/10/2017		<p>Dois Agentes Penitenciários são baleados na portaria da Penitenciária Nelson Hungria</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/31/interna_gerais,912936/agentes-penitenciarios-e-crianca-sao-baleados-perto-nelson-hungria.shtml</p>	

31/10/2017		<p>Ataques a agentes penitenciário na Penitenciária Nelson Hungria e no presídio de Sabará</p> <p>https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/policia-registra-tres-ataques-contr-forcas-de-seguranca-em-um-dia-na-grande-bh.ghtml</p>	
31/10/2017		<p>Agentes Penitenciários paralisam atividades e protestam na entrada da Penitenciária Nelson Hungria</p> <p>http://g1.globo.com/minas-gerais/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/agentes-penitenciarios-param-em-protesto-contr-tentativa-de-assassinato-de-colegas/6255733/</p>	
01/11/2017		<p>Ameaças e ataques a agentes penitenciários em MG</p> <p>https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/01/interna_gerais,913257/ataque-liga-alerta-no-sistema-prisional-e-previsao-e-de-temor.shtml</p>	

19/12/2017	Três presos fogem da Penitenciária Nelson Hungria https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/19/interna_gerais,925539/tres-detentos-fazem-corda-com-lencois-e-fogem-da-nelson-hungria.shtml		
30/12/2017	Agentes penitenciários impedem fuga de três presos da Penitenciária Nelson Hungria https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/30/interna_gerais,927867/agentes-penitenciarios-impedem-fuga-de-tres-presos-na-penitenciaria-ne.shtml		
01/12/2017			Subsecretário de Segurança Prisional pede aos diretores das prisões de MG que façam a barba http://www.otempo.com.br/hotsites/aparte/subsecret%C3%A1rio-manda-no-whatsapp-%C3%A1udio-para-diretores-fazerem-a-barba-em-2018-1.1561383

**ANEXO IV – RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS GRAVADAS COM OS AGENTES
DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE MINAS GERAIS**

ENTREVISTADO	INSTITUIÇÃO
PRISÕES RMBH	
Entrevistado 01	Bicas II
Entrevistado 02	Bicas II
Entrevistado 03	Bicas II
Entrevistado 01	CERESP Gameleira
Entrevistado 02	CERESP Gameleira
Entrevistado 01	José Martinho Drummond
Entrevistado 02	José Martinho Drummond
Entrevistado 03	José Martinho Drummond
Entrevistado 01	Jason Soares Albergaria
Entrevistado 02	Jason Soares Albergaria
Entrevistado 03	Jason Soares Albergaria
Entrevistado 01	PJMA
Entrevistado 02	PJMA
Entrevistado 03	PJMA
Entrevistado 01	Presídio de Santa Luzia
Entrevistado 02	Presídio de Santa Luzia
Entrevistado 03	Presídio de Santa Luzia
Entrevistado 01	Presídio de Vespasiano
Entrevistado 02	Presídio de Vespasiano
Entrevistado 03	Presídio de Vespasiano
SINDASP	
Entrevistado 01	Presídio Jacy de Assis (Uberlândia)
Entrevistado 04	PJMA
Entrevistado 04	José Martinho Drummond
Entrevistado 01	CERESP de Ipatinga (Vale do Aço)
Entrevistado 01	PJMA e PNH (Aposentado)
Entrevistado 02	PNH
COPE	
Entrevistado 01	COPE
Entrevistado 02	COPE
Entrevistado 03	COPE
Entrevistado 04	COPE
Entrevistado 05	COPE
Entrevistado 06	COPE
Entrevistado 07	COPE
Entrevistado 08	COPE

Entrevistado 09	COPE
Entrevistado 10	COPE
Entrevistado 11	COPE
Entrevistado 12	COPE
Entrevistado 13	COPE
Entrevistado 14	COPE

ANEXO V – HINO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – SEAP

RESOLUÇÃO N.º 36/2017 - GAB. SEAP, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a aprovação do Hino da Secretaria de Estado de Administração Prisional. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais; o Decreto Estadual n.º 47.087 de 23 de novembro de 2016; RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o hino da Secretaria de Estado de Administração Prisional, reconhecida com a seguinte composição:

I – LETRA DO HINO:

I

Para garantir a lei e a ordem do Sistema

Surgiu em Minas uma força estatal

Com o nome de Sistema Prisional

Desenvolvida para prover toda custódia

Preparando para o meio social

II

Ao longo dos dias conquistou independência

E busca ser referência nacional

Sistema Prisional

É seu dever contribuir para a Defesa Social

Estribillo

Vamos avante!

Óh Corajosos e Valorosos sem temer!

Sempre com orgulho, mostrando firme a nossa força, Prisional!

Nunca temendo nem duvidando dos incansáveis guardiões

III

De sol a sol em cada alvorada

Na escolta, na muralha ou no plantão

Humanizar o atendimento
Sabedoria que conduz pelas mãos

IV

Valor no cumprimento da missão
Garantir o atendimento e a segurança
Minas Gerais estou presente
Sou Sistema Prisional

Estribilho

Vamos avante! Óh Corajosos e Valorosos sem temer!
Sempre com orgulho, mostrando firme a nossa força, Prisional!
Nunca temendo nem duvidando dos incansáveis guardiões

II – SIGNIFICADO:

A composição visa contextualizar a atividade pública do Sistema Prisional, além de fazer alusões às carreiras, atividades e a importância dos servidores públicos que formam a estatal mineira evidenciando o caráter contínuo e relevante da Secretaria de Estado de Administração Prisional para a manutenção da ordem pública do Estado de Minas Gerais.

III – AUTORIA:

A letra, música e arranjo são de autoria de Alessandro Araújo da Silva, Masp 1.436.973-0, Eduardo Ferreira Medina, Masp 1.191.435-5, Jair Barbosa Carneiro, Masp 753.056-1, Patrícia de Freitas Andrade Rocha, Masp 1.249.984-4, Maik Diego de Paula, Masp 1.285.052-5, Marcus Paulo Ferreira de Faria, Masp 1.319.029-3, Rangel de Oliveira, Masp 1.226.849-6, Reginaldo Santos Evaristo, Masp 377.848-7 e Valeria do Carmo Pinheiro, Masp 1.377.784-2.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura. Belo Horizonte,
11 de setembro de 2017.

FRANCISCO KUPIDLOWSKI

Secretário de Estado de Administração Prisional